

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**Reestruturação Bancária na Nova Economia: Estudo de caso em cidades
pequenas da Metade Sul do RS - Brasil.**

AMÓS JUVÊNCIO PEREIRA DE MOURA

Pelotas, 2022.

Amós Juvêncio Pereira de Moura

Reestruturação Bancária na Nova Economia: Estudo de caso em cidades pequenas da Metade Sul do RS - Brasil.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Prof. Dra. Giovana Mendes de Oliveira – Orientadora

Pelotas, 2022.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

M929r Moura, Amós Juvêncio Pereira de

Reestruturação bancária na nova economia : estudo de caso em cidades pequenas da metade sul do RS - Brasil / Amós Juvêncio Pereira de Moura ; Giovana Mendes de Oliveira, orientadora. — Pelotas, 2022.

130 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2022.

1. Reestruturação bancária. 2. Cidades pequenas. 3. Fintechs. 4. Nova economia. I. Oliveira, Giovana Mendes de, orient. II. Título.

CDD : 332

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Amós Juvêncio Pereira de Moura.

**Reestruturação Bancária na Nova Economia: Estudo de caso da Metade Sul do
RS - Brasil.**

Dissertação aprovada, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Presidente: Prof. Doutora Giovana Mendes de Oliveira, Orientadora, ICH – PPGeo – UFPEL

Membro: Prof. Doutor Iván Gerardo Peyré Tartaruga, CEGOT – Universidade do Porto

Membro: Prof. Doutor Rogério Leandro Lima da Silveira, PPGDR – UNISC

Membro: Prof. Doutor Sidney Gonçalves Vieira (suplente), ICH – PPGeo – UFPEL

Dedico este trabalho aos meus pais Mara e Juvêncio, e também para a minha irmã, Maira.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu forças para continuar nessa caminhada. Também agradeço a minha família, sobretudo aos meus pais, Mara e Juvêncio Pereira de Moura, e minha irmã Maira Moura, por todo suporte me dado durante essa jornada.

Agradeço a todos professores e professoras do PPGeo UFPel, sobretudo minha orientadora, a professora Giovana Mendes de Oliveira, por todo suporte dado nessa jornada acadêmica e na construção deste trabalho de pesquisa. Também agradeço aos professores Iván G. Peyré Tartaruga e Rogério L. Lima da Silveira pelas recomendações dadas nas bancas de qualificação e de defesa da dissertação, que engrandeceram o trabalho.

Agradeço também a todos amigos e colegas que estiveram próximos e auxiliaram durante essa caminhada, seja com troca de ideias e conversas sobre as disciplinas e sobre o mestrado de forma geral. Neste sentido cito os colegas Guilherme Cabreira, William Lourenço, Victória Paganotto e Antônio Kila. Também destaco o apoio do meu amigo Túlio Matheus Amarillo de Souza, que me concedeu um lugar para ficar em Pelotas quando precisei ir realizar o trabalho de coletas das entrevistas.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de bolsa de pesquisa, que foi de extrema importância para minha dedicação exclusiva ao mestrado. Sendo essa bolsa também de extrema importância para custear despesas acadêmicas, como inscrições para publicar trabalhos em eventos e outros custos acadêmicos.

*“Ouça bem parece que a vida finalmente nos alcançou
Sabíamos que cedo ou tarde isso um dia iria acontecer
Não somos super-heróis.”
(Doyoulike? - Garotos Perdidos).*

RESUMO

Nas últimas décadas o mundo passou por diversas transformações políticas, culturais, sociais e econômicas. Dentre as mudanças econômicas, destaca-se uma importância cada vez maior da inovação, do conhecimento e da tecnologia nas atividades econômicas. Diversas atividades são impactadas, dentre estas encontram-se as atividades bancárias. O presente trabalho pretende investigar quais as causas e impactos do fechamento de agências bancárias nas cidades pequenas, investigando o caso de cinco municípios localizados na metade sul do estado do Rio Grande do Sul. Para isto, no primeiro capítulo abordamos os processos metodológicos utilizados no presente estudo. A metodologia para o presente estudo se divide em três partes: a primeira parte consistiu na caracterização dos municípios selecionados, a segunda parte trata da análise dos dados quantitativos sobre o atendimento bancário nos municípios, por fim, a terceira e última parte da metodologia consistiu na aplicação de entrevistas semiestruturadas, analisadas a partir das técnicas de análise de conteúdo. No segundo capítulo abordamos os impactos da globalização e as mudanças econômicas a ela relacionadas. No terceiro capítulo discutimos as definições existentes a respeito de cidades pequenas e também a respeito de rede urbana. No quarto capítulo, apresentamos os principais marcos técnicos e normativos do sistema bancário brasileiro durante o século XX e até o presente momento. No quinto capítulo apresentamos a caracterização dos municípios estudados, as alterações no atendimento bancário dos municípios entre os anos de 2012 e 2022 e também a visão dos gerentes bancários dos municípios e sindicatos da região a respeito do processo de reestruturação bancária. A partir do presente estudo foi possível constatar que, na visão dos entrevistados, as agências bancárias continuam importantes para as cidades pequenas. Sobre o processo de fechamento de agências, a maioria dos entrevistados acredita que se relaciona principalmente a necessidade dos bancos reduzirem custos operacionais, para assim aumentarem seus lucros.

Palavras-chave: Reestruturação bancária. Cidades pequenas. *Fintechs*. Nova economia.

ABSTRACT

In recent decades, the world has undergone several political, cultural, social and economic transformations. Among the economic changes, there is an increasing importance of innovation, knowledge and technology in economic activities. Several activities are impacted, among which are banking activities. The present work intends to investigate the causes and impacts of the closure of bank branches in small towns, investigating the case of five municipalities located in the southern half of the state of Rio Grande do Sul. For this, in the first chapter we address the methodological processes used in the present study. The methodology for the present study is divided into three parts: the first part consisted of the characterization of the selected municipalities, the second part deals with the analysis of quantitative data on banking services in the municipalities, finally, the third and last part of the methodology consisted of application of semi-structured interviews, analyzed using content analysis techniques. In the second chapters we address the impacts of globalization and the economic changes related to it. In the third chapter we discuss the existing definitions regarding small towns and also regarding the urban network. In the fourth chapter, we present the main technical and regulatory frameworks of the Brazilian banking system during the 20th century and up to the present day. In the fifth chapter, we present the characterization of the municipalities studied, the changes in banking services in the municipalities between 2012 and 2022, and also the vision of bank managers in municipalities and unions in the region regarding the bank restructuring process. From the present study, it was possible to verify that, in the view of the interviewees, bank branches are still important for small towns. Regarding the process of closing branches, most respondents believe that it is mainly related to the need for banks to reduce operating costs, in order to increase their profits.

Keywords: Bank restructuring. Small towns. Fintechs. New economy.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.

AC: Acre.
AL: Alagoas.
AM: Amazonas.
AP: Amapá.
ATM: *Automated Teller Machine*.
BA: Bahia.
BANESE: Banco do Estado do Sergipe.
BANESTES: Banco do Estado do Espírito Santo.
BANPARÁ: Banco do Estado do Pará.
BANRISUL: Banco do Estado do Rio Grande do Sul.
BB: Banco do Brasil.
BCB: Banco Central do Brasil.
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.
BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNH: Banco Nacional de Habitação.
BRB: Banco de Brasília.
CARED: Carteira de Redescontos.
CD: Censo Demográfico.
CE: Ceará.
CED: Comissão Especial de Desestatização.
CEF: Caixa Econômica Federal.
CIP: Conselho Interministerial de Desestatização.
CIPS: *Cross-Border Interbank Payment System*.
CMN: Conselho Monetário Nacional.
COREDE: Conselho Regional de Desenvolvimento.
CPD: Centro de Processamento de Dados.
CREC: *Autin's Center for Research in Electronic Commerce*.
DF: Distrito Federal.
DIT: Divisão Internacional do Trabalho.
DOC: Documento de Ordem de Crédito.
DTT: Divisão Territorial do Trabalho.
EMBRATEL: Empresa Brasileira de Telecomunicações.
ES: Espírito Santo.
EUA: Estados Unidos da América.
FAMURS: Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FEE: Fundação de Economia e Estatística.
FGTS: Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
FMI: Fundo Monetário Internacional.
GO: Goiás.
HSBC: *Hong Kong and Shanghai Banking Corporation*.
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IF: Instituição Financeira.
INSS: Instituto Nacional do Seguro Social.
IPEA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas.
IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano.
ISSQN: Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza.
MA: Maranhão
METROPLAN: Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional.

MG: Minas Gerais.
MS: Mato Grosso do Sul.
MT: Mato Grosso.
OMC: Organização Mundial do Comércio.
OTAN: Organização Tratado Atlântico Norte.
PA: Pará.
PAB: Posto de Atendimento Bancário.
PAEG: Programa de Ação Econômica do Governo.
PDV: Programa de Demissão Voluntária.
PE: Pernambuco.
PI: Piauí.
PND: Programa Nacional de Desestatização.
PPGeo: Programa de Pós-Graduação em Geografia.
PROER: Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.
PROES: Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária.
REGIC: Regiões de Influência das Cidades.
RENPAAC: Rede Nacional de Comunicação de Dados por Comutação de Pacotes.
RJ: Rio de Janeiro.
RN: Rio Grande do Norte.
RO: Rondônia.
RR: Roraima.
RS: Rio Grande do Sul.
SC: Santa Catarina.
SE: Sergipe.
SFN: Sistema Financeiro Nacional.
SP: São Paulo.
SPB: Sistema de Pagamentos Brasileiro.
SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito.
SWIFT: *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*.
TECBAN: Tecnologia Bancária.
TED: Transferência Eletrônica Disponível.
TI: Tecnologias da Informação.
TO: Tocantins.
TRANSDATA: Serviço Especializado de Comunicação de Dados.
UE: União Européia.
UF: Unidade da Federação.
UFPel: Universidade Federal de Pelotas.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: localização dos municípios.....	20
Mapa 2: proporção da diminuição de agências bancárias por UF entre 2015 e 2020. Fonte: BCB (2022).	77
Mapa 3: municípios sem agências bancárias no Brasil em 2010. Fonte: BCB (2022).	79
Mapa 4: municípios sem agências bancárias no Brasil em 2015. Fonte: BCB (2022).	80
Mapa 5: municípios sem agências bancárias no Brasil em 2020. Fonte: BCB (2022).	81
Mapa 6: distribuição de agências bancárias nos municípios de Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini em março de 2012. Fonte: BCB (2022).....	94
Mapa 7: distribuição de agências bancárias nos municípios de Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini em março de 2022. Fonte: BCB (2022).....	95

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Agências bancárias distribuídas por UF nos anos de 2010, 2015 e 2020.	75
Quadro 2 - Municípios sem agências bancárias por UF nos anos de 2010, 2015 e 2020.	77
Quadro 3 - Municípios desassistidos por agências bancárias por Região do Brasil entre 2010 e 2020.	82
Quadro 4 - Número de agências bancárias por capital de UF em 2010, 2015 e 2020.	82
Quadro 5 - Municípios sem agências mas com postos de atendimento por região nos anos de 2012, 2015 e 2020.....	84
Quadro 6 - População total, urbana e rural nos cinco municípios estudados.....	90
Quadro 7- Comparativo da quantidade de agências bancárias por município do Corede Sul juntamente com o município de Cristal.....	91
Quadro 8 - Comparativo de agências bancárias e postos bancários por município selecionado.	93
Quadro 9 - Principais conceitos obtidos nas entrevistas.	108

Sumário

INTRODUÇÃO	8
Capítulo 1 - Aspectos Metodológicos:	17
1.1 - Área de estudo: seleção dos municípios analisados e caracterização dos mesmos.	18
1.2 - Análise de dados estatísticos sobre a diminuição de agências bancárias.	21
1.3 - Realização das entrevistas e processo de análise de conteúdo.	22
CAPÍTULO 2 – Globalização, inovação e as mudanças para alcançar competitividade na sociedade da informação.	29
CAPÍTULO 3 - Cidades pequenas e a rede urbana no contexto da economia globalizada	42
CAPÍTULO 4 - O sistema bancário brasileiro no século XX	49
4.1- Período anterior a 1905: descentralização do sistema bancário e financeiro nacional.	49
4.2 - 1905 a 1964: normatização e integração do sistema bancário nacional.	50
4.3 - Creditização e normatização financeira do território nacional, inserção do meio técnico-científico informacional e desenvolvimento estrutural (1964 - 1994).	52
4.4 - Desestatização do sistema bancário e avanços tecnológicos do setor bancário (1994 - 2021).	59
4.5 - Transformações no atendimento bancário no Brasil entre os anos de 2010 e 2020.	75
CAPÍTULO 5 - REESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO BANCÁRIO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS.	86
5.1 - Caracterização da área de estudo.	86
5.2 - Atendimento bancários nos municípios da área de estudo entre 2012 - 2022.	90
5.3 - Reestruturação dos serviços bancários na visão dos atores envolvidos.	97
5.3.1 - Importância das agências bancárias para as cidades pequenas, processo de fechamento e substituição por postos bancários e correspondentes bancários.	99
5.3.2 - Digitalização bancária, autoatendimento, bancos digitais: impactos no trabalho das agências bancárias.	102
5.3.3 - Impactos da reestruturação na precarização do trabalho e processo de enfrentamento da categoria bancária.	106
5.3.4 - Quadro conceitual teórico.	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
REFERÊNCIAS	115

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX e as primeiras do século XXI se caracterizam por diversas transformações políticas, culturais, sociais e econômicas por todo globo. O capitalismo torna-se o sistema hegemônico global, a partir da queda de muitos regimes socialistas, sobretudo no leste europeu e parte da Ásia. O processo de globalização avança, possibilitando a aceleração dos fluxos financeiros e informacionais sobre os territórios, relativizando distâncias espaciais (SANTOS, 2012). Na esteira do processo de globalização, também ocorrem movimentos de desregulamentação dos Estados-nações, possibilitando o avanço de empresas multinacionais e do capital financeiro sobre diversos países (HARVEY, 1992). Dentre as mudanças culturais ocorridas nas últimas décadas, uma forte característica é a permanente conexão de grande parte da sociedade, pois os avanços telemáticos trouxeram a possibilidade de um número cada vez maior de pessoas se inserirem no que Castells (2005; et. al. 2006) chama de sociedade em rede, que Lévy (1999) chama de cibercultura e Ascher (2010), dentre outros autores, chama de sociedade do *hiperlink*, ou seja, a sociedade se faz do uso das TIs para se comunicar entre si pela *web*. Esse processo foi facilitado pelo surgimento de inúmeros objetos técnicos (SANTOS, 2006; 2012) que possibilitam esse acesso, como computadores e *smartphones*. Santos (2006) fala que os objetos técnicos “se apoderam do nosso cotidiano, com eles nossa interação é prática” (p. 141).

Dentro desse novo contexto social, em que modificam-se as relações sociais, encurtam-se as distâncias espaciais¹ e ocorre a aceleração dos fluxos informacionais, também ocorrem mudanças em como a economia se organiza. Tais mudanças econômicas estão relacionadas com o advento de uma economia cada vez mais associada com a inovação constante, em que o conhecimento se torna um insumo intangível na criação de produtos e serviços inovadores. Diversos autores têm

¹ Dias (2000) salienta que com a evolução das redes, de comunicação e transporte, as distâncias espaciais dinamizam-se: “com a ferrovia, a rodovia, a telegrafia, a telefonia e finalmente a teleinformática, a redução do lapso de tempo permitiu instalar uma ponte entre lugares distantes: doravante eles serão virtualmente aproximados.” (P. 141). Como aponta Santos (2006; 2012), no processo de globalização essa “redução das distâncias” intensifica-se a partir do avanço das técnicas informacionais.

trabalhado com esta temática das mudanças no modo de desenvolvimento² da economia capitalista, relacionadas ao conhecimento e à inovação. Castells (2005) se refere a essas transformações econômicas como “nova economia”. A nova economia³, ao se desenvolver possibilita a flexibilização de tempos e espaços, operações síncronas e assíncronas podem ocorrer entre pessoas e grupos em distintos espaços geográficos e em tempos diferentes. Esta flexibilização leva a entender as atividades econômicas da nova economia, como precursoras de uma nova realidade geográfica. Assim, algumas atividades da nova economia, como as *startups* e empresas de TI, podem, em tese⁴, se alojar em qualquer parte do território, desde que a localização escolhida ofereça condições adequadas, como alta velocidade de conexão com a *web*, e uma estrutura viária e de transportes que possibilitem o fluxo de trabalhadores, por exemplo.

Estudos têm apontado que as grandes cidades ganham centralidade na nova economia. Storper e Venables (2005) discutem a força econômica das cidades, segundo estes autores, as cidades é que teriam os conteúdos necessários para o desenvolvimento da inovação, seja ela tecnológica ou não. Para eles, a presença do *face to face* leva ao burburinho, que propicia a inovação, criando um ambiente de sinergia inovadora. Outros autores abordam a importância das cidades para a nova economia, como Oliveira (2014; 2018; 2021), apontando que são os grandes centros urbanos que possuem estrutura para promover inovações. São nos grandes centros urbanos em que ocorre concentração de universidades, pessoal qualificado, acessos às redes de transporte e logística, entre outras características que contribuam na concentração dos atores nas cidades. Também é nos grandes centros urbanos que os agentes econômicos tendem a se concentrar no território.

² Castells (2005) discute que o *modo de produção* capitalista se divide em diferentes *modos de desenvolvimento*. O modo de desenvolvimento do final do século XX e início do século XXI seria o *informacionalismo* ou *pós-fordismo*.

³ Segundo Castells (2005), a “nova economia” surgiu nos Estados Unidos nos anos 1990, principalmente no estado da Califórnia, surgindo ao redor de setores com as tecnologias da informação e finanças. No Capítulo 2 dispensamos maior atenção ao debater o tema da nova economia, relacionado com o processo de globalização.

⁴ Apesar da possibilidade das atividades da nova economia, como a TI, se alojar em diferentes espaços, desde que esses ofereçam condições para a operacionalização dos seus trabalhos como conexão de banda larga, o que se percebe é a predileção pelas grandes cidades (MOURA et. al., 2020; OLIVEIRA, 2017;). Uma das hipóteses para essa escolha pelas grandes cidades reside nas teorias que apontam a proximidade espacial essencial para as atividade inovadoras se desenvolverem, como apontam Lundvall (2001), Storper e Venables (2005) e Benko (1996).

Se as grandes cidades e a rede urbana assumem grande importância dentro do contexto da nova economia, as cidades pequenas e médias também estão se transformando frente a esse contexto de economia globalizada. Segundo Santos e Silveira (2011), às cidades médias se constituem cada vez mais como elo de ligação entre o global e o local. Segundo estes autores, as cidades médias costumam suprir as demandas técnicas e informacionais necessárias para a produção regional, e “comandam o essencial dos aspectos técnicos da produção regional” (p. 255). Segundo Silveira e Faccin (2021), apenas definições quantitativas sobre o que são cidades médias, como a do IBGE, que considera cidades de 100 a 500 mil habitantes como médias, não são suficientes para definir o que é cidade média, devido à complexidade desse conceito. Segundo estes autores, é preciso considerar que além do contingente demográfico expressivo, é imprescindível que “também apresentam uma concentração e centralização econômicas e uma consolidada função de intermediação econômica e de serviços públicos, e de fluxos diversos, entre sua hinterlândia e a metrópole” (p. 44).

Diversos autores que têm trabalhado, com a temática das cidades pequenas, também fazem apontamentos sobre a fragilidade da definição do IBGE, de cidades de até 100 mil habitantes, ser utilizada para definir cidades pequenas (OLANDA, 2008; SILVA, TOLEDO, 2021). Mas a definição do que é uma cidade pequena, está longe de ser um consenso. Diversos autores trabalham com diferentes definições sobre esse tema (OLANDA, 2008; SILVA, TOLEDO, 2021; CORRÊA, 1999; FRESCA, VEIGA, 2011). Segundo Silva e Toledo (2021), devido ao território brasileiro ser formado majoritariamente por cidades pequenas, torna-se importante o estudo sobre essas formas de cidades, em suas palavras, “estudar as cidades pequenas significa conhecer o espaço, observá-lo em sua aparência, conhecer os mecanismos de construção deste espaço” (p. 399). Ao abordar cidades pequenas, é necessário levar em consideração contextos locais e regionais (OLANDA, 2008), além das dinâmicas das redes urbanas e áreas de influência em que as cidades se inserem.

Neste cenário as transformações provocadas pela nova economia acabam tendo consequências na produção do espaço geográfico. Novas formas de consumir produtos e serviços surgem, principalmente devido aos avanços tecnológicos, a partir da intermediação de *sites* e aplicativos. São exemplos dessas alterações do consumo, capazes de transformar o espaço geográfico, o *ecommerce* e o *plataformismo*.

Oliveira (2014), ao falar de *ecommerce*, aponta que apesar dos avanços das possibilidades de compras pela *web* terem avançado significativamente, podendo se consumir de qualquer parte do território, os centros de comandos e distribuições seguem sendo as grandes cidades. O trabalho publicado por Venceslau (2020) confirma os apontamentos de Oliveira, ao mostrar que os centros de comando das grandes redes de varejo atuantes no setor de comércio eletrônico que operam no território nacional se concentram na Região Concentrada⁵ (SANTOS, SILVEIRA, 2011), principalmente no entorno da metrópole de São Paulo. Uma das características do *plataformismo* (PESSANHA, 2020), é o processo da utilização de plataformas digitais atuando no processo de intermediação de consumidores com o setor de serviços.

Um dos ramos do setor de serviços que, segundo indicam os dados do Banco Central do Brasil, tem tido transformação na forma como utiliza e se instala no território, são os serviços bancários⁶. Partindo do exemplo dos serviços bancários, os estudos de Dias (2017) apontam para um processo de fechamento de agências no interior, sobretudo nas cidades pequenas, ocorrendo um processo de reorganização dos serviços bancários. Nesse processo, segundo a autora, os bancos estão se concentrando nas grandes cidades, passando as cidades pequenas a serem atendidas por correspondentes bancários⁷. O fechamento de agências passa a ser uma realidade, com impactos na economia e política de cidades pequenas. Em 2021, o aparente plano do Banco do Brasil em fechar 361 unidades, sendo 112 agências, a partir de programa de demissão voluntária⁸, causou polêmica no governo federal devido aos possíveis impactos políticos no ano de véspera eleitoral⁹ e a possibilidade

⁵ Região Concentrada é um conceito desenvolvido por Santos e Silveira (2011) para se referir a porção do território brasileiro composta pelas regiões Sul e Sudeste. Segundo estes autores, o conjunto dessas regiões seria onde se encontram as maiores densidades técnicas do país, os grandes atores econômicos, a maior concentração de capitais investidos, entre outras características que demoram uma maior profusão do meio técnico científico-informacional se comparado ao restante do território brasileiro.

⁶ Segundo os dados disponibilizados pelo BCB, em 2018 haviam 2.225 municípios sem agências bancárias. Em 2019 haviam 2.333 municípios. Em 2020 haviam 2.346 municípios.

⁷ Os correspondentes bancários são estabelecimentos comerciais não-bancários como farmácias, casas lotéricas, entre outros, que a partir de convênios e associações com instituições bancárias, oferecem uma série de serviços bancários como saques, depósitos e recebimento de pagamentos de boletos de cobrança. Dias (2017) considera os correspondentes bancários como “objeto híbrido que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto” (p. 384).

⁸ <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/01/11/bb-anuncia-pdv-para-5-mil-funcionarios.ghtml>> Acessado em 15 de Dezembro de 2021.

⁹ <<https://g1.globo.com/politica/blog/andrea-sadi/post/2021/01/13/insatisfeito-bolsonaro-cogita-troca-do-comando-do-bb-com-paulo-quevedes.ghtml>> Acessado em 15 de Dezembro de 2021.

de troca no comando do Banco pelo governo federal, necessitando que André Brandão, o presidente do banco público à época, se explicasse publicamente que o banco não pretendia fechar nenhuma agência¹⁰. O exemplo citado sobre as reações do governo sobre o fechamento de agências, com receio dos possíveis impactos que o fechamento de agências bancárias traria à sua popularidade, traz como indicativo que esse processo de concentração de agências bancárias apenas nas grandes cidades, enquanto fecham-se agências nas cidades pequenas, não seja algo visto de forma positiva pela população. Isso traz a necessidade de investigar a importância das agências bancárias para a população, sobretudo das pequenas cidades.

Além da abertura de fixos geográficos que possam ser alternativa às agências bancárias, como postos bancários os correspondentes bancários, outros fatores podem estar contribuindo para a diminuição do número de agências no território nacional. Um destes fatores pode ser o fortalecimento das diferentes formas dos canais de autoatendimento, disponíveis para a utilização serviços bancários, fenômeno apontado por Contel (2006; 2011) por contribuir com a hipercapilaridade das finanças no território. Entre estes “novos” canais apontados pelo autor estão os caixa-eletrônicos, o *internet banking*, os *call centers* dos bancos e o atendimento por telefone, entre outras formas de utilização dos serviços bancários. O crescimento dos canais de autoatendimento oferecidos pelos bancos ocorre de maneira considerável, em consonância com os avanços das TIs que transcorrem desde a última década do século XX.

Segundo Dias e Lenzi (2009), o uso da *web* para serviços bancários teve seu início em 1995 e “o número de transações bancárias pela Internet passou de 38,7 milhões para 6,2 bilhões entre 1998 e 2006.” (p. 115). As possibilidades da utilização dos serviços bancários pela internet avançam, sobretudo a partir do advento do *smartphone* enquanto objeto técnico que possibilita uma intensificação da inserção da população na sociedade em rede (BERTOLLO, 2015), fazendo surgir novas formas de utilização dos serviços bancários. Sobre estas novas formas, apontamos o surgimento das *fintechs* e bancos digitais.

¹⁰ <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/12/presidente-do-bb-diz-que-houve-falha-de-comunicacao-com-bolsonaro-sobre-fechamento-de-agencias.ghtml>> Acessado em 15 de Dezembro de 2021.

Podemos definir bancos digitais a partir dos esforços de autores que vêm estudando o tema da digitalização das finanças e fluxos financeiros com destaque para Lipton *et. all.* (2016) e Carbellido (2018), como a evolução da tecnologia no setor bancário, permitindo novas formas de acesso remoto ao usuário a partir da internet. Por *fintechs* podemos utilizar novamente Carbellido (2018) e também Coetzee (2018) como o casamento entre as finanças e a tecnologia, sendo empresas que atuam no mercado de crédito, finanças e soluções de pagamento. Por serem conceitos semelhantes, que muitas vezes a mesma instituição é denominada das duas formas, é importante compreender os dois conceitos.

Essas mudanças nos serviços bancários, sobretudo o surgimento das *fintechs* e bancos digitais, podem paulatinamente transformar o uso do espaço geográfico, por isso merecem especial atenção da ciência geográfica. Alguns autores têm trabalhado esta temática, como Videira (2020), que busca compreender a disseminação das *fintechs* no Brasil enquanto componente da mundialização do capital, discutindo os impactos desses avanços tecnológicos no setor bancário. Contel (2020a; 2020b) aponta que desde o surgimento de *fintechs* no território nacional, houve ações normativas para buscar estimular as mesmas, tornando o sistema financeiro mais competitivo e eficiente.

Vivemos um processo de desmaterialização dos serviços bancários. Esse processo se evidencia sobretudo a partir de 2 fatores: 1) dados apontam fechamento de agências, sobretudo nas cidades pequenas, ocorrendo paralelo a isso a concentração de agências nas grandes cidades e sendo substituídos nas cidades pequenas muitas vezes por correspondentes bancários, 2) digitalização dos serviços bancários, algo que se expressa principalmente a partir da proliferação dos bancos digitais e *fintechs*. Esse processo de desmaterialização dos serviços bancários, nos traz a seguinte pergunta, ao refletirmos sobre os possíveis impactos nas cidades pequenas. Esse processo nos traz o presente problema de pesquisa: considerado o juízo dos gestores públicos e privados ligados ao setor bancário, quais as consequências para as cidades pequenas do fechamento de agências bancárias?

A presente pesquisa tem como pano de fundo a questão da transformação da forma como se utilizam os serviços bancários, principalmente o processo de digitalização dos serviços bancários, algo que se expressa principalmente a partir da

proliferação dos bancos digitais e *fintechs*. Nossa hipótese, para os resultados que apresentam diminuição do número de agências bancárias na área de estudo abordada, está fortemente relacionada sobre os avanços tecnológicos do setor de serviços bancários.

A presente pesquisa tem por objetivo geral analisar as consequências para as cidades pequenas do processo de fechamento de agências bancárias, a partir da visão de diferentes sujeitos envolvidos com o setor bancário, como gerentes bancários, sindicatos e o poder público destas cidades, localizadas na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil. Para atingir este objetivo geral, delimitamos os seguintes objetivos específicos:

- Caracterizar o papel das agências bancárias para as cidades pequenas;
- Caracterizar a evolução tecnológica no setor bancário, desde o início da automação bancária até o surgimento das *fintechs* e bancos digitais;
- Verificar o juízo que agentes bancários dos setores público e privado fazem sobre o papel das agências bancárias para as cidades pequenas.
- Verificar o juízo que poder público municipal faz sobre o papel das agências bancárias para as cidades pequenas;
- Sistematizar as consequências e benefícios apontados por agentes públicos e agentes bancários a respeito do fechamento das agências bancárias.

Para melhor entendimento sobre a pertinência da presente pesquisa, dividimos a sua justificativa relacionada a dois tópicos: primeiramente sua relevância científica e acadêmica, sobretudo para a Geografia, mas também para outras áreas do conhecimento como Sociologia, Economia e Desenvolvimento Regional. Um segundo aspecto que justifica a presente pesquisa, é sua relevância social, apontando quais impactos sociais possivelmente acarretados pelo processo de fechamento de agências bancárias em cidades pequenas, assunto abordado pela presente pesquisa. A importância científica da presente pesquisa, reside no entendimento da relevância das agências bancárias para as cidades pequenas, discutindo os impactos que o fechamento desse fixo geográfico causa para as populações locais. O fechamento de agências bancárias está relacionado aos processos de transformação dos serviços

bancários no século XXI, onde a desmaterialização dos serviços bancários, que se relaciona ao fenômeno de plataforma da economia (PESSANHA, 2020), em que ocorrem fenômenos como o surgimento das *fintechs* e bancos digitais (CONTEL, 2020a, 2020b; VIDEIRA, 2020). Os bancos digitais são instituições financeiras que demandam poucos fixos geográficos, caracterizando-se por não possuírem agências bancárias para que seus clientes. Estudar o processo de desmaterialização da economia é importante, pois se insere no âmbito de transformações econômicas do século XXI, a chamada Nova Economia, na qual o processo de globalização traz mudanças na forma como o capitalismo se organiza e na divisão internacional do trabalho (POCHMANN, 2001; SANTOS, 2006; CASTELLS, 2005). Essas transformações econômicas da sociedade tendem a causar transformações espaciais também, ficando a cargo da Geografia o estudo destas transformações.

Já a relevância social da presente pesquisa, reside em discutir como virtualização da economia tem transformado a sociedade e contribuído para a precarização das relações de trabalho, como apontam diversos autores (ANTUNES, 2020; PRAUN, ANTUNES, 2020; ANTUNES, 2018; PESSANHA, 2020). O processo de desmaterialização dos serviços bancários, além de contribuir na precarização das relações, algo evidenciado pelos correspondentes bancários (DIAS, 2017), também contribui no processo de diminuição de ofertas de emprego desse setor (CONTEL, 2020). Outro possível efeito, é como a falta de agências pode impactar o desenvolvimento econômico local, sobretudo das cidades pequenas, principalmente pelos impactos que a falta de uma agência bancária pode ocasionar na oferta de créditos e empréstimos para alguns setores econômicos, como agricultores familiares e pequenas empresas do setor de comércio e serviços. Diante disso, se faz necessário investigar as consequências desse processo.

O presente trabalho se divide da seguinte forma: no primeiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração do presente trabalho. O capítulo subdivide-se em três partes, cada uma abordando os processos metodológicos de: a) processo de escolha dos municípios e caracterização da área de estudo; b) como foi realizada análise dos dados quantitativos e, c) processo de realização análise das entrevistas. No segundo capítulo buscamos contextualizar o período histórico da globalização, abordando quais as mudanças econômicas, sociais, técnicas e culturais deste período, que acreditamos estarem relacionadas ao

fenômeno estudado neste trabalho, a reestruturação do atendimento bancário. No terceiro capítulo buscamos discutir as definições conceituais de rede urbana e cidades pequenas, abordando como estas se organizam no contexto da economia globalizada. No quarto capítulo deste trabalho abordamos as mudanças no sistema bancário e financeiro brasileiro ao decorrer do século XX, até os dias atuais. Abordamos no quarto capítulo também as mudanças na distribuição de agências bancárias no território nacional, no período de 2010 a 2020. No quinto capítulo apresentamos os impactos do processo de reestruturação nos municípios selecionados. Para isso, o capítulo subdivide-se em três partes: a) caracterização da área de estudo; b) atendimento bancários nos municípios da área de estudo e, c) visão dos entrevistados sobre o processo de reestruturação dos serviços bancários nos municípios. Por fim, encerramos o trabalho com as considerações finais, onde apontamos os possíveis impactos que o processo de digitalização dos serviços financeiros e bancários trazem para a organização do espaço geográfico.

Capítulo 1 - Aspectos Metodológicos:

A metodologia para a presente pesquisa se dará através da técnica de triangulação na coleta de dados, proposta por Trivinos (1987). Esse processo se divide em três etapas, que são as seguintes: a) *processos e produtos centrados nos sujeitos*, ou seja, elementos produzidos pelo investigador através de entrevistas, questionários, etc. No caso da presente pesquisa são utilizadas entrevistas, b) *elementos produzidos pelo meio*, como leis, regimentos internos de organizações, dados estatísticos, etc. No presente estudo, se realiza pesquisa documental em leis relacionadas ao setor bancário, bem como em dados estatísticos sobre as populações dos municípios estudados e, também, em dados do setor bancário, e; c) *processos e produtos decorrentes da estrutura sócio-econômica dos sujeitos*, que se realizará tanto a partir de dados socioeconômicos, como também de revisão bibliográfica que trata a respeito da conjuntura e da estrutura econômica dos municípios e da região em que os municípios se inserem.

Tendo por base essa triangulação de Trivinos (1987), dividimos a metodologia em três partes, embora seja opção nossa inverter a ordem descrita no parágrafo anterior, começando pelos *processos e produtos decorrentes da estrutura sócio-econômica dos sujeitos*, passando pelos *elementos produzidos pelo meio* e terminando nos *processos e produtos centrados nos sujeitos*. Essa inversão é realizada para possibilitar contextualizar primeiro quem são os sujeitos estudados na pesquisa e como o fenômeno estudado, a reestruturação do atendimento bancário e fechamento de agências, apresenta-se. Assim podemos analisar a visão dos sujeitos estudados nesta pesquisa, tendo por base já quem são estes, qual a realidade do meio que se inserem e como o fenômeno estudado, fechamento ou não de agências bancárias em seus municípios, tem se desenrolado.

Na primeira parte, abordada no subcapítulo 1.1, abordamos como foi o processo de escolha dos municípios abordados neste estudo, quais critérios utilizados para a escolha dos mesmos. Também abordamos quais foram as fontes para a pesquisa das características socioeconômicas dos municípios e da área de estudo. Na segunda parte, abordada no subcapítulo 1.2, abordamos como foi o processo de pesquisa dos dados quantitativos a respeito da reestruturação dos serviços bancários, quais as fontes dos mesmos, e quais produtos são gerados para a melhor análise dos

mesmos, como gráficos e tabelas. Por fim, no subcapítulo 1.3 apresentamos como se deu o processo de realização das entrevistas com os diferentes sujeitos (gerentes bancários, sindicatos e administrações públicas municipais), também abordando o processo de análise das mesmas.

1.1 - Área de estudo: seleção dos municípios analisados e caracterização dos mesmos.

Como já abordado nos objetivos apresentados na introdução deste trabalho de dissertação, o presente estudo tem como intenção trabalhar com municípios pequenos da chamada “metade sul” do Estado do Rio Grande do Sul. A escolha dessa região se deve primeiro devido a ser a região de influência da UFPel, instituição pública de ensino superior que o presente pesquisador faz parte, contribuindo para um melhor entendimento sobre a região em que a instituição de ensino se localiza. Outro motivo que levou para a escolha dessa área de estudo é a busca em contribuir na análise do desenvolvimento econômico da metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, historicamente menos desenvolvida que o restante do Estado, como aponta Magnoli et. al. (2001).

Para selecionar os municípios a serem investigados no presente estudo, realizou-se uma análise conjunta de dois recortes geográficos distintos, mas que possuem o município de Pelotas como sua maior cidade, sendo estes recortes primeiramente a Microrregião de Pelotas, mas ampliando a análise também para os municípios do COREDE SUL. Essa ampliação se deu devido a insuficiência entre os municípios apenas da microrregião de Pelotas, por se tratarem de poucos, com muitas similaridades e pouca distância entre si. O recorte do Corede Sul apresenta 22 municípios, enquanto o recorte da Microrregião de Pelotas apresenta dez municípios. Nove dos dez municípios da microrregião são também integrantes do Corede Sul, sendo a única exceção o município de Cristal.

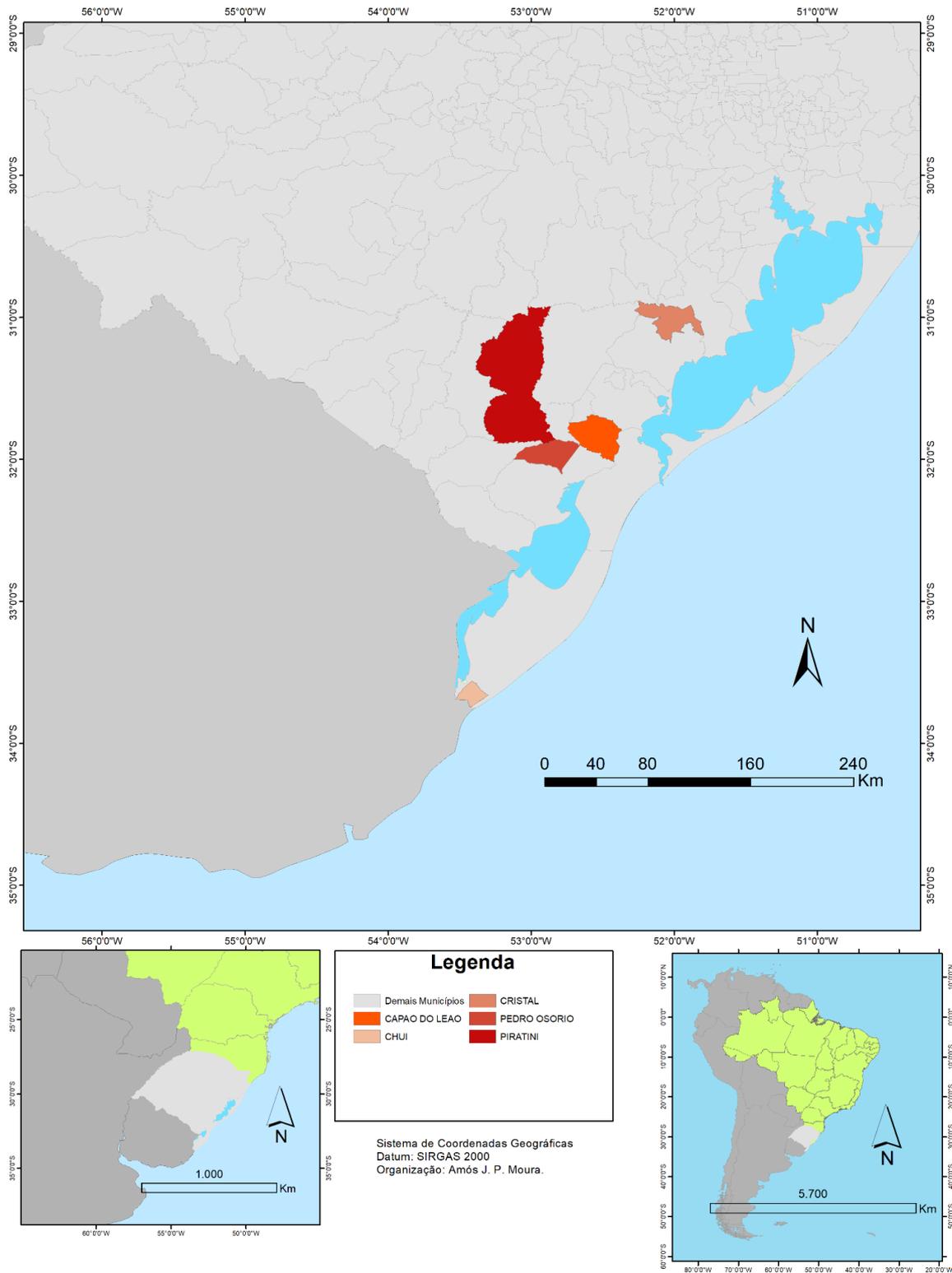
Os critérios para a definição dos municípios estudados foram: a) número populacional abaixo dos 30.000 habitantes; b) características demográficas distintas entre os municípios, com diferentes proporções de população urbana e rural; c) se localizarem na rede de influência de Pelotas; d) distribuição espacial dos municípios, para garantir uma representação que abordasse diferentes aspectos da metade sul

do RS, e; e) o município ter entre uma a três agências bancárias operando em seu território em 2022.

Decidiu-se trabalhar com cinco municípios. Uma quantidade muito grande de municípios dificultaria o trabalho de pesquisa, enquanto uma quantidade menor poderia ser insuficiente para uma análise adequada da reestruturação dos serviços bancários. Os cinco municípios escolhidos acabaram por ser Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini. A exceção do município de Cristal, todos os demais municípios integrantes do Corede Sul, sendo Cristal integrante do Corede Centro-Sul.

No mapa¹¹ abaixo, é possível observar a localização e distribuição espacial dos municípios Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini, selecionados para o presente estudo.

¹¹ Mapa produzido através do *software* ArcGis 10.3.



Mapa 1: localização dos municípios.

Os índices populacionais, econômicos e sociais a respeito dos municípios e da região sul, foram obtidos através de consultas ao IBGE e a FEE¹². A pesquisa a respeito da história e formação econômica dos municípios foi realizada através dos *sites* das prefeituras, na plataforma Cidades¹³ do IBGE. Para caracterizar a região da metade sul do RS, tanto em seus aspectos físico-ambientais, quanto em seus aspectos socioeconômicos, foi realizada uma breve pesquisa bibliográfica.

1.2 - Análise de dados estatísticos sobre a diminuição de agências bancárias.

Para a elaboração da parte quantitativa do trabalho buscou-se dados a respeito da diminuição das agências bancárias no território nacional nas bases de dados do BCB. Para se ter noção das alterações do número de agências em escalas que fosse possível analisar todo território nacional, mas também por regiões e estados do Brasil, buscou-se nas *Divulgações Anuais - Evolução do SFN*¹⁴ Os arquivos compactados dos anos de 2010, 2012, 2014, 2015, 2016, 2018 e 2020. A escolha destes anos se deu por 2020 ser o relatório mais recente divulgado até o momento da elaboração desta parte do trabalho, portanto além deste ano se escolheu 2010 para o período analisar as alterações durante uma década exata.

Para poder analisar os resultados obtidos, foram gerados quadros comparativos, mapas e gráficos apresentados nos subcapítulos 4.5 e 5.2. Sendo os resultados apresentados no subcapítulo 4.5 referentes ao processo de reestruturação dos serviços bancários por todo território nacional, apresentando as diferenças por UF e regiões. No 4.5 é possível acompanhar as mudanças no quantitativo de agências bancárias distribuídas pelo território nacional, por UFs, regiões e também por capitais das UFs no período entre 2010 e 2020. Foram gerados mapas, quadros e gráficos com os dados para melhor visualização das alterações no quantitativo de agências bancárias ao decorrer dos anos.

No subcapítulo 5.2 realizamos uma análise específica dos municípios escolhidos, bem como uma análise da região onde estes se encontram. Buscou-se os dados na *Relação de Agências e Postos de Atendimento das Instituições Financeiras*

¹² Embora a FEE tenha sido extinta em 2018 pelo governo estadual do RS, seu site com todos seus arquivos seguem disponíveis para consulta *online*.

¹³ <<https://cidades.ibge.gov.br/>> Acessado em 12 de Setembro de 2022

¹⁴ <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioevolucaosfno>> Acessado em 15 de Maio de 2022.

e *Filiais das Administradoras de Consórcio*¹⁵, onde é possível buscar a relação de agências bancárias, mas também de outros tipos de fixos geográficos, como postos bancários (antigos PABs), postos de atendimento eletrônico e filiais de administradoras de consórcio. Os períodos escolhidos para analisar foram os meses de março dos anos de 2012 e 2022. A razão para a escolha destes meses se deve ao fato de os dados mais recentes disponibilizados pelo BCB, no momento em que se escreve este trabalho, são de março de 2022. O ano de 2012 foi escolhido para poder melhor analisar as mudanças durante uma década exata.

A diferença de períodos tratados nas duas partes quantitativas da presente pesquisa, sendo 2010 a 2020 quando abordamos a questão nacionalmente (subcapítulo 4.5), e 2012 a 2022 para tratar especificamente dos municípios estudados (subcapítulo 5.2), se deve a disponibilidade dos dados fornecidos pelo BCB. Buscamos na pesquisa trabalhar com os dados mais recentes possíveis, mas como os dados das *Divulgações Anuais - Evolução do SFN* mais recentes são de 2020, usamos estes para buscar entender como se deu o fenômeno de reestruturação do atendimento bancário nacionalmente. Nas duas partes, usamos um período de dez anos antes dos dados mais recentes como corte temporal para comparar, o que ocasiona que os dados mais antigos sejam do ano de 2010 no subcapítulo 4.5 e do de 2012 no subcapítulo 5.2.

1.3 - Realização das entrevistas e processo de análise de conteúdo.

Para esta etapa do processo de pesquisa, foram entrevistados diferentes sujeitos envolvidos com o setor bancário, como gerentes bancários e lideranças sindicais. Os gerentes bancários foram dos municípios de Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini, todos localizados na região sul do estado do Rio Grande do Sul, não sendo possível entrevistar apenas uma agência bancária dentre todas localizadas nesses municípios. As lideranças sindicais entrevistadas foram, primeiramente, um membro da direção do Sindicato Municipal dos Bancários do Rio de Janeiro - RJ, na qual realizou-se uma entrevista piloto, onde foi aplicado o primeiro esboço do roteiro de entrevistas, que pode ser aprimorado para as entrevistas seguintes. As outras duas entrevistas com membros sindicais foram realizadas com

¹⁵ <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/agenciasconsorcio>> Acessado em 15 de Maio de 2022.

as direções dos sindicatos dos bancários de Pelotas-RS e região, e também do sindicato de Rio Grande - RS e região, que comportam a grande parte dos municípios analisados neste trabalho. Era prevista uma quarta entrevista com sindicato, sendo essa com de Camaquã - RS e região, pois Cristal, um dos municípios analisados, se encontra na área de abrangência deste sindicato, mas as tentativas de contato para agendamento desta entrevista foram infrutíferas.

Também era previsto entrevista com o poder público dos municípios que perderam agências, tanto o legislativo quanto o executivo desses municípios, para assim atingir o quarto objetivo específico deste trabalho. Se optou por primeiramente entrevistar os sindicatos e as agências bancárias, e acabou não conseguindo entrevistar nenhum representante do poder público dos municípios. Por exemplo, nas duas viagens a Capão do Leão, para entrevistar os bancos, a prefeitura já se encontrava fechada na primeira vez, assim como a câmara de vereadores, pois seu horário de atendimento é apenas matutino, e na segunda vez não havia disponibilidade de tempo¹⁶. O horário de funcionamento das mesmas é apenas pela manhã. Os demais municípios foram visitados apenas para a realização das entrevistas nas agências bancárias, pois se realizou mais de uma nos dias em que elas foram realizadas, necessitando pegar a estrada assim que a entrevistas acabasse para se dirigir a outro município e realizar entrevista em outra agência. Tentou-se contatar a FAMURS, sendo realizado o envio de um email e também foi realizada uma ligação, na qual a resposta fornecida por telefone é que essa entidade não poderia se pronunciar sobre o tema, pois não existem debates e estudos internos da entidade que tratem sobre o fechamento de agências bancárias em municípios pequenos. O presente trabalho possuía prazo máximo para entrega e defesa, além de recursos escassos para fazer novas viagens apenas para entrevistas o poder público, sendo assim optou-se por não realizar estas entrevistas.

Com exceção da entrevista piloto com o informante do RJ, realizada por vídeo-chamada, todas as demais foram presenciais. Todas entrevistas foram gravadas e transcritas, sendo a piloto gravada em vídeo através da plataforma de

¹⁶ Devido a negativa inicial em um dos bancos do município em conceder entrevista, foi necessário ir a Capão do Leão mais de uma vez. Nessa segunda vez já com a permissão da instituição bancária, além de Capão do Leão se realizou mais duas entrevistas em outros dois municípios no mesmo dia.

videoconferência da UFPel¹⁷, as demais foram gravadas com o auxílio de um aparelho de captação de áudio.

Trivinos (1987) aponta que nada adianta saber executar o conjunto de técnicas que perfaz a análise de conteúdo, se o pesquisador não tiver clareza teórica do objeto e assunto que pretende pesquisar. É o conhecimento teórico prévio que subsidiará as hipóteses e também as perguntas com os sujeitos investigados. Por exemplo, na presente pesquisa buscaremos estudar sobre a relação das agências bancárias com as cidades pequenas, partindo do pressuposto que segundo indicam os dados do BCB (2022), está ocorrendo um processo de fechamento desse fixo geográfico em todo território brasileiro, mas afetando de forma mais intensa os municípios menores. Para isso, buscamos embasamento em diferentes autores que trabalham com a temática dos serviços bancários, sobretudo da Geografia, área que se insere na presente pesquisa. Além de buscar referenciais que tratam de outros temas relacionados aos objetivos da pesquisa, como o advento da economia informacional, cidades pequenas, rede urbana, dentre outros.

Como já mencionado, a coleta das entrevistas foi realizada com utilização de entrevistas semiestruturadas. Trivinos (1987) aponta que essa técnica é uma das principais para o pesquisador qualitativo realizar a coleta dos dados. O autor define entrevista semiestruturada da seguinte forma:

Podemos entender por entrevista semi-estruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. (TRIVINOS, 1987, P. 146).

Em outras palavras, a partir de perguntas centrais que constam no processo de entrevista e são realizadas para todos os informantes, são adicionadas questões relativas a dúvidas e temas que surgirem a partir das respostas dos informantes. No caso da presente pesquisa, assuntos e questionamentos que foram aparecendo ao decorrer das entrevistas, foram já incluídos no conjunto de perguntas aplicadas nas

¹⁷ A Universidade Federal de Pelotas disponibiliza uma plataforma de videoconferências para aulas remotas, reuniões e demais usos voltados a fins acadêmicos de seus discentes e docentes. É possível acessar através de <<https://webconf.ufpel.edu.br/b/>>. Acessado em 05 de Novembro de 2022.

seguintes entrevistas. Um exemplo disso foi iniciar as entrevistas perguntando a quanto tempo cada gerente trabalhava no banco e por quantas cidades e agências já passou. Embora não seja um dado que contribua nos objetivos da presente pesquisa, foi uma informação que ajudou a entender a quanto tempo aquela pessoa trabalha no banco e quanto ela já presenciou das possíveis mudanças decorrentes da reestruturação bancária.

Seguindo as orientações de Trivinos (1987), embora o tempo das entrevistas seja flexível, se buscou cuidar para que o tempo das mesmas não ultrapassasse 30 minutos de duração, pois segundo o autor a partir desse tempo a entrevista passa a ser repetitiva e perde qualidade nas respostas, devido ao cansaço do entrevistado. Outras orientações dadas pelo autor, que foram seguidas para realizar as entrevistas: contato prévio com explicação dos motivos da entrevista, marcar horários que melhor atendam o informante e ser pontual e, por último, criar *rapport* (ser simpático e educado) com o informante. No caso de algumas agências bancárias, não houve contato prévio, mas mesmo assim se explicou os objetivos da mesma e quais tópicos seriam abordados antes da realização.

O processo para a realização das entrevistas foi gravado em todas as entrevistas, com a devida autorização de cada informante. Abaixo seguem as perguntas que serviram de pergunta geradora (MOREIRA et. al., 2005), com as duas categorias de informante que se pretende entrevistar: gerentes de banco e lideranças sindicais da categoria dos bancários. A partir dessas perguntas se darão outras, conforme segue o fluxo da conversa no método de entrevista semiestruturada (TRIVINOS, 1987). Abaixo, apresentamos o roteiro que serviu para nortear as entrevistas.

1 - A importância das agências bancárias para as cidades pequenas e suas regiões.

1.1 - Perguntar sobre o papel da agência no financiamento do desenvolvimento local, sobretudo nos empréstimos aos produtores rurais.

2 - Fechamento de agências bancárias nas cidades pequenas, perguntar quais as causas desse processo e como o fechamento de agências impacta os municípios.

3 - Entendimento do entrevistado se postos bancários (antigos PABs), assim como correspondentes bancários, podem suprir a necessidade de agências.

4 - Impactos das novas tecnologias de consumo de serviços bancários, como o mobile banking e o surgimento do PIX, e como isso pode afetar os bancos tradicionais.

5 - Entendimento do entrevistado a respeito de alteração no fluxo de clientes que visitam as agências diariamente para utilizar os variados serviços.

6 - Entendimento do entrevistado a respeito dos bancos digitais, se de alguma forma ameaçam os bancos tradicionais.

7 - Entendimento sobre o processo de transformação dos serviços bancários tem influenciado na rotina das agências de alguma forma.

8 - O processo de digitalização dos serviços bancários, sobretudo a implementação do autoatendimento, ameaça de alguma forma a oferta de empregos no setor.

9 - Ações da categoria para enfrentar esse processo de fechamento de agências. Perguntar sobre a ocorrência de demissões.

10 - Perguntar se existe alguma forma de conciliar o trabalho das agências com a digitalização dos serviços bancários.

O tópico 1.1, a respeito do papel das agências bancárias no financiamento das atividades agrícolas nos municípios, só era realizado caso o informante não mencionasse algo nesse sentido ao responder o tópico 1. Os tópicos 8 e 9 eram voltados apenas para as entrevistas com lideranças sindicais, pois tratam exclusivamente do tema da perda de empregos ocasionados pela reestruturação bancária. Da mesma forma, o tópico 10, a respeito da possibilidade de conciliar o serviço de digitalização com o trabalho das agências, foi voltada exclusivamente aos gerentes bancários.

Lembramos que como aponta Trivinos (1987), o processo de entrevista semiestruturada não é linear, tendo perguntas inseridas ao decorrer da conversa

conforme sejam necessárias. Portanto, a ordem que os tópicos foram perguntados não necessariamente seguiu a ordem acima descrita.

Para encerrar o detalhamento de como se deu o processo de entrevista em si, ao analisarmos o conteúdo das entrevistas no Capítulo 5 não abordaremos o banco e o município que cada gerente que concedeu entrevista. Isso se deve a pedido de uma das instituições bancárias, que só permitiu que seus colaboradores concedessem entrevistas se a instituição não fosse exposta. Portanto, ao falarmos dos gerentes entrevistados mencionaremos como sendo estes dos bancos “1”, “2” e “3”, e dos municípios 1 à 5. Já quando falarmos das respostas fornecidas pelos sindicatos, não haverá nenhum tipo de medida visando ocultação dos mesmos, tendo em vista que estes não forneceram nenhuma informação sensível.

Após a coleta das entrevistas, pretendeu-se analisar o conteúdo das transcrições das entrevistas a partir da metodologia de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2021), utilizada por diversos pesquisadores, como Trivinos (1987), Moreira et. all (2005) e Mendes e Miskulin (2017).

A análise de conteúdo proposta é um método empírico, que podemos definir como um conjunto de instrumentos de caráter metodológico, que pode ser utilizada no estudo de narrativas discursivas e mensagens (BARDIN, 2021). A metodologia de análise de conteúdo é uma técnica que pode ser utilizada na análise das motivações, atitudes, tendências, ideologias, etc, que se fazem presentes em textos e falas de indivíduos (captadas a partir de entrevistas, correspondências, autobiografias, depoimentos, etc), bem como pode ser utilizada para analisar os mesmos aspectos (atitudes, motivações, ideologias, etc) em textos de leis, documentos oficiais, acordos coletivos de categorias de trabalhadores, etc (TRIVINOS, 1987). A metodologia de análise de conteúdo pode ser utilizada para pesquisas na área de educação, como apontado por Trivinos (1987) e Mendes e Miskulin (2017), na saúde, como apontado por Moreira et al. (2005), bem como em várias outras áreas do conhecimento. Bardin (2021) aponta que o método pode ser aplicado tanto em estudos quantitativos, como qualitativos.

A metodologia de análise de conteúdo consiste em três etapas, segundo Bardin (2021): pré-análise, descrição analítica e interpretação referencial. Essas três etapas são intituladas de outras formas por outros autores, por exemplo, Mendes e

Miskulin (2017) chamam as três etapas de pré-análise, exploração de material e “tratamento dos resultados, inferência e interpretação”. De toda forma, a etapa de “pré-análise”, primeira etapa, é a de organização dos materiais, coleta das entrevistas e/ou questionários, organização do *corpus* da pesquisa e leitura flutuante. Na segunda etapa, de descrição analítica, se realiza um estudo aprofundado do material coletado, também se realiza a codificação, a classificação e a categorização dos resultados, para gerar os quadros de referência. A terceira e última etapa é a interpretação referencial. Nessa etapa, a partir dos dados empíricos já categorizados e analisados, se traz a síntese e a busca pela solução dos objetivos que se pretendia ao início da pesquisa.

De forma resumida, os procedimentos metodológicos da pesquisa se deram na seguinte ordem: a) entrevistas qualitativas semiestruturadas com os gerentes de agências bancárias dos municípios selecionados; b) entrevistas qualitativas semiestruturadas com os líderes sindicais do setor bancário; c) análise do conteúdo das entrevistas, a partir do método de análise de conteúdo; d) descrição dos resultados obtidos na análise.

CAPÍTULO 2 – Globalização, inovação e as mudanças para alcançar competitividade na sociedade da informação.

As últimas décadas do século XX e o início do século XXI caracterizam-se pela integração dos mercados, dentro do contexto de uma economia globalizada. Buscamos abordar o processo de globalização, evidenciando os impactos que esse fenômeno traz, sobretudo as transformações econômicas relacionadas a ele. Oliveira (2013), ao analisar as ideias de diferentes autores sobre globalização (CASTELLS, 2005; HARVEY, 2000; 1992; CHESNAIS, 1996; GIDDENS, 1991), revela que, embora alguns destes autores utilizem outros termos, como Chesnais (1996) ao utilizar o termo mundialização, reforçam ideias ligadas ao domínio do mundo. Segundo Oliveira (2013), estes diferentes autores abordam a temática semelhante da interconexão global, sobretudo na economia.

Ao final do século XX, o mundo passa por diversas transformações geopolíticas, sobretudo relacionadas ao colapso das economias socialistas do leste europeu (CARVALHO, 2022; SALVAGNI et. al., 2022). O modo de produção capitalista também passa por transformações, tornando-se cada vez mais especializado, com o conhecimento tornando chave na produção econômica (HARVEY, 1992, 2000; CASTELLS, 2005).

As contribuições teóricas de diferentes autores dão a globalização diferentes conceituações, embora as definições tragam convergências em vários pontos. Um primeiro passo para definir o fenômeno da globalização, é a partir de Harvey (2000), como o processo iniciado a partir da década de 1970, caracterizado por: a) desregulamentação financeira, a partir do colapso do acordo de Bretton Woods e fim do lastreamento do dólar em ouro; b) ondas de profunda inovação tecnológica, sendo o conhecimento extremamente ligado a esse fenômeno; c) a revolução informacional, contribuindo para a ascensão de uma sociedade cada vez mais informacional e; d) maior facilidade para circulação dos fluxos de pessoas e mercadorias, associados às evoluções dos sistemas de transporte.

A definição de Harvey (2000), converge em vários pontos com a definição de Santos (2012). Para este último, a globalização se caracteriza por: a) unicidade técnica, com as novas famílias de técnicas chegando a diferentes territórios; b)

convergência dos momentos, com a possibilidade dos mercados funcionarem simultaneamente ao redor do globo, além da maior velocidade de circulação dos fluxos informacionais; c) a mais valia globalizada, chamada por Santos de “motor único”, devido ao fato de as empresas operarem em escala global, e; d) cognoscibilidade do planeta. Segundo Santos (2012), a globalização é o ápice da expansão do sistema capitalista em escala global. Esse autor chama atenção para a “tirania” do dinheiro e da informação através da psicosfera atual.

Pochmann (2001) também aborda as mudanças econômicas ocorridas no final do século XX e início do século XXI. Este autor aborda quais os efeitos da Globalização para os Estados, as empresas e, especialmente, a classe trabalhadora. Segundo esse autor, a globalização impôs uma nova organização da divisão internacional do trabalho¹⁸. O autor aponta que as forças de mercado, como comércio, movimento de capitais e mão-de-obra, não ocorrem com igualdade nos diferentes países do mundo. Existe uma tendência a desigualdade entre os países, a partir de razões históricas e estruturais. Essa tendência a desigualdade cria no mundo um pequeno grupo de países ricos e uma maioria de países pobres, onde reside $\frac{2}{3}$ da população global. O autor classifica as nações, a partir dessa desigualdade, com a terminologia de países centrais, semiperiféricos e periféricos.

Pochmann (2001) ao se referir a discussão sobre a organização e distribuição do trabalho na terceira divisão internacional do trabalho¹⁹, traz elementos de discussão próximos dos que Harvey (1992) utiliza para discutir a acumulação flexível²⁰. Pochmann aponta que, ao final dos anos 1960, ocorreu um esgotamento do

¹⁸ Divisão Internacional do Trabalho ou DIT, é um termo que diferentes autores utilizam para se referir como se dá a divisão econômico-industrial internacional, onde cada país tende a se especializar na produção de determinados produtos e serviços (POCHMANN, 2001; SANTOS, 2006; PEREIRA, 2010, 2014; SECCHI, FAHUR, 2017; AREND, 2015). Para entender a situação do Brasil na DIT, recomenda-se a leitura de Santos e Silveira (2011).

¹⁹ Pochmann aponta que a Divisão Internacional do Trabalho pode ser dividida em três períodos históricos. O autor explica que a primeira DIT teve seu início na Inglaterra no século XVIII, com a Revolução Industrial, com essa nação controlando o capitalismo mundial e com maior nível de industrialização das demais nações. Já a segunda DIT, tem início no século XX, e se caracteriza pela centralidade do capitalismo mundial passar a ser dos EUA, principalmente a partir do segundo pós-guerra. A terceira DIT inicia ao final da década de 1960, e tem como características a industrialização tardia dos países periféricos, além da produção de matérias primas nesses países. Já nos países centrais, a economia começa a se concentrar nos investimentos financeiros e investimentos em P&D de inovações tecnológicas.

²⁰ A acumulação flexível abordada por Harvey (1992), também chamada de pós-fordismo por autores como Tumolo (1997), Antunes (1995), Coriat (1988, 1993, 1994) e Zarifian (1994) tem início na segunda metade do século XX, sobretudo a partir da crise de 1973. A acumulação flexível tem como características uma maior flexibilidade na produção buscando otimizar matéria-primas, maior

padrão de industrialização norte-americano. Paralelo a isso, o sistema financeiro internacional colapsa a partir do fim do acordo de Bretton Woods. Uma nova organização do sistema financeiro mundial emerge, que combinando “o desenvolvimento de inovações financeiras com informatização dos mercados, potencializa o volume de transações de curto prazo” (POCHMANN, 2001, P. 26). Esse processo acaba por se combinar com o processo de desregulamentação financeira, fortalecendo o capital financeiro e inibindo o ciclo de expansão produtiva. Segundo o autor, a partir do aprofundamento da concorrência entre os capitais, começou a ocorrer uma maior centralização e concentração de capitais, tanto no setor produtivo, como nos setores bancários e financeiros.

Outra característica apontada por Pochmann (2001) a respeito da divisão internacional do trabalho na globalização é o processo de industrialização dos países semiperiféricos. Esse processo cria concorrência entre os territórios, fazendo com que os países reduzam seus custos de mão de obra, concedam benefícios fiscais e implantem legislações ambientais mais permissivas. As grandes empresas, geralmente com sede nos países centrais, então instalam-se nesses territórios para produzir. Geralmente as partes mais complexas do processo produtivo, que demandam mão de obra melhor qualificada e também é melhor remunerada, continua concentrada nos países centrais.

Além de Pochmann (2001), Chesnais (1996, 2001) também fala do processo das mudanças na economia que ocorreram a partir da centralidade da economia capitalista no capital financeiro, sendo esse os grandes agentes financeiros que, a partir do colapso do acordo de Bretton Woods no início dos anos 1970, assumiram o comando do sistema capitalista. Chesnais utiliza o termo mundialização, ao invés de globalização, embora o contexto de uso pelo autor se assemelha aos dos autores que optam pelo termo globalização.

Chesnais (1996, 2001) aponta que embora os grandes grupos industriais transnacionais tenham tendido a concentração nas últimas décadas, onde poucos grupos controlam grande parte da indústria, o comando direto e indireto dos investimentos e, portanto, da produção, circulação e mão de obra, está no ente

qualificação dos trabalhadores, flexibilidade no consumo, perdas de direitos trabalhistas e maior terceirização.

abstrato do “mercado”, alcunha alocada para definir os grandes agentes financeiros. Esse comando ocorre pelos investimentos dos grupos financeiros, como bancos, fundos de investimento, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimento coletivo, administradoras altamente concentradas de ativos para a conta de clientes dispersos (*mutual funds*). Esses agentes financeiros fazem uso da mundialização, pois a desregulamentação financeira combinada ao processo de ampliação de mercados para se expandir (devido aos processos de liberalização financeira e abertura de mercados com o fim das economias socialistas), tendo novos territórios para ampliar sua atuação.

Ainda segundo Chesnais (1996, 2001), os agentes financeiros buscam diversificar seus investimentos, aplicando capitais em diversos tipos de ativos, como divisas, títulos da dívida pública e privada, ações, entre outros. As nações, para conseguir financiar sua dívida pública e atrair investimentos, implantam medidas de desregulamentação e austeridade. Essas medidas de desregulamentação e austeridade, são muitas vezes impostas pelos órgãos colaterais como FMI e OMC, regulados pelo próprio mercado financeiro, como exigido para a concessão de empréstimos. Por cortarem gastos sociais, direitos da classe trabalhadora, a mundialização do capital acaba por contribuir com as desigualdades entre os países, como Chesnais (2001) diz:

Nascida da liberalização e da desregulamentação, a mundialização liberou, ao contrário, todas as tendências à polarização e à desigualdade que haviam sido contidas, com dificuldades, no decorrer da fase precedente (...) a marginalização dramática de continentes e subcontinentes, são a consequência da forte seletividade inerente aos investimentos financeiros, mas também aos investimentos diretos quando os grupos industriais se beneficiam da liberalização e da desregulamentação das trocas como movimentos de capitais. (P. 12)

A inovação e a tecnologia na globalização tem relação direta com o domínio do capital financeiro, conforme apontam Chesnais (1996, 2001), Santos (2006, 2012), Videira (2020) e Pessanha (2020). Autores como Lundvall (2001), Storper e Venables (2005) e Castells (2005), em seus trabalhos apontam que uma das principais características da Globalização é a centralidade que o conhecimento na economia, sobretudo como necessário para a produção de inovação.

Lundvall (2001) expõe no seu trabalho a ideia de que estamos inseridos em uma economia do aprendizado. Segundo esse autor, o paradigma econômico da

economia globalizada tem especificidades próprias, necessitando de pessoal mais qualificado. O autor expõe que é responsabilidade do poder público promover políticas de desenvolvimento do aprendizado, com a ideia de formar gente qualificada para atuar nas diversas áreas econômicas. O autor aborda que o conhecimento não é apenas técnica codificada, que existe também o conhecimento tácito, o saber fazer. Uma das sugestões dados pelo autor é a busca pela implementação de redes de inovação, locais e globais, para as trocas de conhecimentos tácitos. Essas redes devem ser construídas por empresas, inclusive concorrentes, e as universidades e centros de pesquisa. A questão das políticas para inovação sugeridas por Lundvall (2001), segundo esse autor, devem estar pautadas em um desenvolvimento sustentável socialmente e ambientalmente, com o poder público necessitando voltar suas políticas à promoção de inovações que não poluem.

Por fim, o último ponto abordado por Lundvall (2001) que cabe destacar é a importância de políticas de promoção de pesquisa e desenvolvimento de inovações por parte do Estado, utilizando o surgimento do *software* e da internet como exemplos. Essas inovações, produzidas em um contexto da Guerra Fria, não teriam surgido apenas por iniciativa de empresas apenas. O "mercado" e os agentes privados não teriam a liderança necessária para desenvolver esses processos, sem que se tivesse certeza do tipo de retorno que geraram. Essa questão da importância do Estado também é apontada por Mazzucato (2014). Segundo esta autora, o papel estatal no desenvolvimento da inovação é fundamental, com a mesma trazendo exemplos como o *Iphone*, da *Apple*, que possui muitas tecnologias como o *touchscreen* (tela sensível ao toque) e o assistente de voz *Siri*, foram criados a partir de pesquisas financiadas pelo Estado.

Embora Castells (2005) não fale em globalização, mas sim sobre economia informacional e global, a definição que ele traz sobre esse fenômeno conversa com a dos autores que abordam globalização (OLIVEIRA, 2013). Ao estudar as mudanças sociais e econômicas que ocorrem ao final do século XX (especificamente a partir dos anos 1990) e início do século XXI, Castells (2005) acaba por relacionar a globalização totalmente com suas considerações sobre a nova economia. As duas últimas décadas do século XX marcam o surgimento de uma nova estrutura social, associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo. Esse

informacionalismo, que surge como posterior ao modo de desenvolvimento chamado de industrialismo, é a reestruturação do sistema capitalista ao final do século XX.

Segundo Castells (2005), a nova economia surge nos anos 1990 nos Estados Unidos, ao redor de setores como as tecnologias da informação e as finanças, com "a biotecnologia avultando-se no horizonte" (P. 189). A nova economia é consequência da revolução tecnológica das TIs nos anos 1990, sendo essa revolução consequência de processos que começaram a ser desenvolvidos ainda nos anos 1970. O berço da nova economia ser os EUA se deve a fatores como o país, mais especificamente o estado da Califórnia, ser berço de muitas descobertas e invenções tecnológicas. O tamanho do mercado estadunidense e sua posição central na economia mundial, oferecia boas condições para as indústrias tecnologicamente inovadoras. Além destes aspectos, segundo Castells (2005), fatores culturais e institucionais estadunidenses contribuíram para a gênese da nova economia ser aquele país. Entre os fatores culturais, podemos destacar as ideias de empreendedorismo, individualismo e o multiculturalismo da sociedade estadunidense. Entre os fatores institucionais, podemos destacar a liberalização (antes dos demais países) e o processo de desregulamentação financeira e das atividades econômicas.

Como já mencionado, segundo Castells (2005) a nova economia começa nas tecnologias da informação e nas finanças. Mais especificamente no setor de tecnologias da informação, o autor nota características desse setor que os diferencia dos demais. Uma primeira consideração é o crescimento econômico expressivo desse setor: na década de 1990, o crescimento por valor agregado por trabalhador cresceu 10,4% anualmente. Cerca de 5x o índice de crescimento de toda economia. Outros dados que apontam o crescimento desse setor é o crescimento das empresas relacionadas à internet. Entre 1998 e 1999, o crescimento dessas empresas chegou a 68%, chegando ao valor total de US\$ 500 Bilhões, e superando ramos de atividades econômicas tradicionais, como transporte aéreo e telecomunicações.

Para analisar o crescimento das empresas que atuam no setor de internet, Castells (2005), a partir de tipologia proposta pelo *Autin's Center for Research in Electronic Commerce (CREC)* da Universidade do Texas, divide essas empresas em

4 camadas²¹. A primeira camada são empresas que oferecem acesso à internet. Estava em franca expansão anual em 1999, com 50% em receita e 39% em emprego. A Segunda camada são empresas que criam aplicativos e infraestrutura para a internet, como programas e serviços para transações na internet. Microsoft, Adobe, Oracle e Netscape estão entre essas. A segunda camada crescia 61% de receita e 38% de emprego em 1999. Receita trimestral de US\$ 20 bilhões. A terceira camada: empresas que geram receita provendo conteúdo ou sendo intermediárias de vendas, com Yahoo! e E-Bay sendo exemplos. Cresceram no período 52% em receita e 25% em empregos, obtendo US\$ 17 bilhões de receita. A quarta camada: empresas de *ecommerce*, como a Amazon. Essa camada cresceu 127% em receita e 78% em empregos de 1998 para 1999, com receita de US\$ 170 bilhões em 1999.

Por fim, essa revolução tecnológica e crescimento das empresas de internet se relaciona com o assunto das finanças, que Castells (2005) aponta ser onde surge a nova economia, juntamente com as tecnologias da informação. Devido a seu sucesso e sua tendência de crescimento, as empresas de TI, sobretudo as ligadas a internet, mas também as dos setores de *software* e *hardware*, valorizaram de modo expressivo nas bolsas de valores no final da década de 1990. Algumas empresas da internet eram mais valiosas que empresas industriais que, inclusive, lucravam mais. Era o caso da *American OnLine*, que apesar de faturar 10 vezes menos que a General Motors, valia o dobro em seu valor de mercado. Mas para explicar o que causa as raízes de empresas menos lucrativas valerem mais, Castells explica também as mudanças que ocorreram no setor de finanças

Castells (2005), cita que as raízes das transformações das finanças foram a desregulamentação e a liberalização financeira nas décadas de 1980 e 1990. Primeiro no Reino Unido e EUA, depois na maior parte do mundo. Apontamentos parecidos com os realizados por outros autores, como Harvey (1992) e Pochmann (2001). Reorganização do sistema financeiro em nível global. Nos Estados Unidos, houve fusões entre empresas, formando megagrupos que atuam em várias atividades de

²¹ Atualmente, essa divisão utilizada por Castells e proposta pelo CREC já se faz defasada e insuficiente para analisar diversas das empresas da internet que surgiram ou se consolidaram apenas no século XXI. Entre as empresas que não é possível catalogar por essas 4 camadas usadas pelo autor destacase algumas *bigtechs*, como as redes sociais, além de algumas empresas do chamado *plataformismo* (PESSANHA, 2020), que intermediam comércios e serviços à usuários, por meio de aplicações móveis, como o processo de “uberização” estudado por Antunes (2020).

serviços financeiros (algo equivalente a ideia de "banco múltiplo" no Brasil). O processo de desenvolvimento das tecnologias da informação auxiliou nas transformações das finanças. As tecnologias atreladas às finanças permitiram prognósticos e planejamentos. As redes de comunicação e internet revolucionaram o comércio entre empresas, investidores, compradores e também nas operações da bolsa de valores.

O informacionalismo contribuiu também com o processo de desintermediação financeira, possibilitando a relação direta entre investidores e mercado de títulos (CASTELLS, 2005). Um marco importante a ser apontado é o surgimento dos *day-traders*: investidores que atuam na bolsa, por intermédio da tecnologia. Se chamam assim pois costumam encerrar sua posição ao fim do dia, operando com margens pequenas de valorização de títulos, não possuindo reservas financeiras. Ficam até obter lucro o suficiente, comprando e vendendo ações em curto prazo. Ou até obter prejuízos o suficiente. Acontece o surgimento da possibilidade da compra e venda de títulos públicos (de governos locais e de nações) sem a intermediação de Wall Street, por meio da internet, o município de Pittsburgh inicia essa modalidade da venda de títulos, ofertando mais de US\$ 55 milhões. No resto do mundo, os mercados de ações globais adotaram as transações eletrônicas na segunda metade da década de 1990. A tecnologia implementada nas transações reduziu os custos de operação em até 50%, atraindo uma base mais ampla de investidores, segundo Castells (2005). Algumas consequências dessas transformações do mercado financeiro são: aumento substancial de valores negociados, imobilizando poupanças a procura de retornos maiores e acelerando o giro de capital; informações tornam-se fundamentais na movimentação do capital e no valor dos títulos e; a volatilidade aumenta com a descentralização dos padrões de investimentos.

Após este breve debate das mudanças que ocorreram nas finanças de forma simultânea aos avanços tecnológicos, podemos retornar ao debate dos motivos de empresas que lucram menos, como as relacionadas à nova economia, terem valor de mercado superior às de empresas que lucram mais, segundo Castells (2005). O mercado financeiro decide o valor de empresas e ações, a partir de seu juízo. É impossível, segundo Castells, dizer ao certo os critérios deste juízo. Mas é possível aferir hipóteses. Partindo do entendimento que o capitalismo se baseia na busca incessante por lucros. A primeira resposta seria que as ações e empresas mais

lucrativas são as que valorizam mais. Mas não é isso que acontece. Muitas empresas com baixo lucro são mais valorizadas que empresas que lucram mais. Lucro é apenas um dos padrões que determinam o valor de uma empresa, para o mercado. Poucas empresas oferecem lucratividade de curto prazo e dividendos para os investidores, apenas 20% das empresas pagavam dividendos ao final da década de 1990. Das dez empresas estadunidenses que mais cresceram entre 1995 e 1999, todas tinham relação com o setor de tecnologia da informação. De diferentes setores de *hardware*, *software* e internet. O desempenho em lucro não explicava a valorização das ações em 1000%, 2000% e até 9000% em cinco anos. Só a Amazon em 1999 valia mais que todo mercado de ações russo. Ao que tudo indica, a busca do excedente monetário a ser buscado pelo investidor não reside mais no lucro e nos dividendos, mas sim na valorização das ações. A maior parte dos investidores fica um curto período de tempo com as ações, buscando vendê-las quando estas valorizarem

Castells (2005) aponta que para alcançar valorização no mercado financeiro, empresas, indivíduos e instituições precisam investir em inovação da produção, da administração e da sua imagem refletida no bem ou serviço que oferta. A nova economia é um tipo de capitalismo, tecnológico, organizacional e institucionalmente distinto do capitalismo clássico e do keynesianismo. Assim como Lundvall (2001), Castells fala do papel do conhecimento dentro do paradigma econômico imposto no final do século XX e início do século XXI: "A nova economia tem/terá por base um surto no crescimento da produtividade resultante da capacidade de se usar a nova tecnologia da informação para alimentar um sistema de produção fundamentado nos conhecimentos". (CASTELLS, 2005, P. 202). A globalização, com a expansão da base produtiva e dos mercados, se relaciona com a nova economia. A globalização pode fornecer novas demandas de capital e mão de obra especializada, com o setor das tecnologias da informação comandando a produtividade na globalização.

Depois dessa breve reflexão teórica sobre a globalização, a partir de diferentes autores como Castells, Lundvall, Pochmann, Santos, Harvey e Chesnais, podemos tirar já alguns apontamentos que caracterizam o fenômeno da globalização. Entre estes apontamentos elencamos o fato da globalização ser caracterizada pelos processos de desregulamentação financeira, mudanças na divisão internacional do trabalho, advento das tecnologias da informação em uso expressivo na sociedade e a centralidade que o conhecimento e a inovação assumem na economia. Resta agora

discutir como essas características da globalização se materializam no espaço, de que forma o território é usado (SANTOS, SILVEIRA, 2011) pelas empresas no processo de globalização

Uma das ideias a respeito da materialização espacial da nova economia é os debates que trabalham com a noção de proximidade espacial, sobretudo para facilitar o intercâmbio de conhecimentos tácitos e propiciar as trocas de parcerias entre empresas, relações de serviço, etc. Storper e Venables (2005) trabalham com a ideia do “burburinho”, falando sobre a importância econômica das cidades na difusão de conhecimentos, que podem levar à inovação. Segundo esses autores, o contato face a face, presencial, propicia a troca de ideias e experiências. O burburinho das cidades facilita contatos intencionais face a face, o encontros “tombadas” ou acidentais. Segundo os autores, “o burburinho é mais do que a ‘circulação de informações’ ou a participação em ‘redes’. É, respectivamente, o que faz com que o primeiro ocorra e o modo pelo qual o segundo funciona”. (P. 48). Os autores apontam que, paradoxalmente aos avanços das tecnologias da informação e declínio dos custos de transporte, o que ocorre é a importância dos contatos face a face. As atividades que dependem de um grau de inovação maior se tornam dependentes do burburinho, pois a interação tende a favorecer o planejamento de projetos.

Mas não apenas Storper e Venables (2005) trabalham com a ideia da proximidade geográfica no novo paradigma econômico. Primeiramente, um outro autor que cabe destacar é Benko (1996), ao falar de tecnopólos. Operacionalmente os tecnopólos são um agrupamento de organizações buscando promover inovações. Fisicamente, são um conjunto de empresas, grande parte de pequeno e médio porte. Os tecnopólos costumam reunir diversos atores na sua implementação e operação, como empresas, incubadoras tecnológicas (que auxiliam a incubar novas *startups*), universidades e institutos de pesquisa. Segundo Benko (1996), os tecnopólos surgem a partir da introdução das técnicas de produção flexível pela globalização. “A pressão para inovação e a circulação dos fluxos de materiais se exerce no sentido da concentração espacial das firmas interligadas de alta tecnologia” (P. 156). Outros autores que falam sobre a importância da proximidade espacial no processo de inovação é Asheim et. al. (2015), ao abordarem os *RIS - Regional Innovation Systems* (Sistemas Regionais de Inovação). O trabalho discute a implementação das políticas

RIS como ocorrem e quais são as possibilidades, debatendo o problema de desigualdade regional.

Mas a proximidade geográfica por si só não é capaz de gerar trocas de conhecimento e inovação, necessitando de outros tipos de proximidade intermediando este processo. Ron Boschma em diversos trabalhos (BOSCHMA, 2005; ALVEDALEN, BOSCHMA, 2017; BALLAND et. al., 2014) aborda que existem cinco dimensões possíveis de proximidade entre atores econômicos: proximidade cognitiva, proximidade organizacional, proximidade social, proximidade institucional e proximidade geográfica. A proximidade cognitiva é aquela relacionada à mesma base de conhecimento entre dois ou mais atores (empresas, instituições, etc). Já por proximidade social entende-se como associada com relações pessoais entre os atores, por exemplo de colaborações anteriores. A proximidade institucional é a decorrente de diferentes atores atuarem sob o mesmo conjunto de normas, por exemplo, operando no mesmo país ou dentro de um mesmo subsistema social. A proximidade organizacional é decorrente da adesão à mesma entidade organizacional, como duas subsidiárias de uma mesma empresa mãe. Já a proximidade geográfica é entendida como a proximidade espacial. Boschma (2005) alerta que muita proximidade pode ser prejudicial à inovação, podendo acarretar o que ele chama de *lock-in*, sendo necessário alguma distância entre os atores, mas não muito grande a ponto de isolar. Outro ponto abordado por Boschma (2005) é a necessidade de uma mínima proximidade cognitiva entre atores, para assim facilitar a cooperação.

Pessanha (2020) fala da “plataformização” ou “capitalismo de plataforma”, caminho tomado pelas *startups* que surgem do processo atual nova economia, trazendo apontamentos parecidos com o de Castells (2005) ao relacionar com o processo de financeirização, mas de forma atualizada para a realidade brasileira da segunda década do século XXI. O autor aponta que o movimento de financeirização e de explosão de *startups*, auxiliam o processo de extração de valor e contribuem para o processo de concentração de capital. O capital financeiro contemporâneo, vinculado aos derivativos, ao capital fictício e a especulação busca inovações para empreender e buscar maior valorização. Segundo Pessanha (2020), o processo de criação de *startups* é quase sem riscos devido ao processo de incubação se dar quase sempre no ambiente dos parques tecnológicos (tecnopolos), com o auxílio qualificado de

técnicos e pesquisadores. Essa diminuição de risco da incubação é um dos fatores que contribuem para que esses negócios sejam tão procurados por investidores, desde as fases iniciais da criação de *startups*.

Segundo Pessanha (2020), o processo de criação de *startups*, criadas para atender as demandas dos consumidores no território, interferem na lógica de produção, circulação e consumo. As plataformas digitais fazem parte da etapa de circulação, diminuindo o tempo entre produção e consumo, sobretudo a partir da *aplicação*, algo que se relaciona ao uso disseminado dos aplicativos de *smartphones*. As empresas-plataformas, sobretudo aquelas que trabalham na intermediação entre consumidores e o serviço de terceiros, ganham seus lucros no processo de intermediação entre os consumidores e os trabalhadores flexíveis precarizados, captando parte do valor que antes era destinado ao comércio local ou ao prestador do serviço. Antunes (2020) faz a crítica desse fenômeno de degradação das relações e direitos trabalhistas, chamando isso de *uberização*, em referência ao aplicativo Uber, considerado um dos primeiros a atuar nesse tipo de intermediação entre motoristas (sem direitos trabalhistas, considerados autônomos) e passageiros.

Pessanha (2020) enxerga que o processo de *plataformismo* é uma nova etapa do modo de produção capitalista, sendo um fenômeno decorrente da globalização dos mercados, sendo um fenômeno transescalar. O *plataformismo*, segundo o autor, é o processo de ligação entre a financeirização e a produção real para atender as demandas da circulação.

As *startups* podem atuar nos diversos segmentos do setor de serviços, como saúde e bem estar, finanças, *marketing*, transporte e logística, entre outros (PESSANHA, 2020). As que atuam no setor de finanças recebem o nome de *fintechs*. As *fintechs* são um componente da mundialização do capital, segundo Videira (2020), possibilitadas pelos avanços tecnológicos e informacionais (VIDEIRA, 2020; CONTEL, 2020a; 2020b).

Os bancos digitais, um dos tipos de *fintechs*, acabam por ser um exemplo do que Pessanha (2020) aponta como suprir a demanda da etapa de circulação pelo *plataformismo*. Os bancos digitais são instituições bancárias que oferecem todas suas operações, desde a abertura de contas, por aplicativos móveis. Os saques são realizados a partir dos equipamentos de alguma rede de autoatendimento conveniada.

Contel (2020a; 2020b) aponta que existem dificuldades na definição do que são bancos digitais no Brasil. Dos chamados bancos digitais que operam no Brasil, a maioria está ligada a algum banco tradicional. É o caso por exemplo do Next, ligado ao Bradesco, por exemplo. Os bancos digitais acabam atraindo muitos clientes devido ao fato de oferecerem praticidade e tarifas mais baixas, quando comparadas com as dos bancos tradicionais.

Segundo Contel (2020a), os bancos digitais conseguem oferecer essas taxas mais baixas por alguns fatores: a) empresas intensivas em informação, com infraestrutura e mão de obra enxuta; b) tendo um *hardware* como principal interface de prestação de serviço, se viabiliza a criação o uso dos aplicativos desenvolvidos pelos bancos e; c) não possuindo necessidade de presença física para realizar serviços bancários, não necessitam agências.

As possibilidades dos avanços tecnológicos podem influenciar diretamente na gestão do território. As TIs acabam por possibilitar, ao menos em teoria, possibilidades da existência de cidades que combinem acesso à informações, desenvolvimento econômico e sustentável, com planejamento urbano sustentável e que ofereça maior participação da sociedade na tomada de decisões. Seriam essas as chamadas “cidades inteligentes” (*smart cities*), abordadas por diversos autores (RODRIGUES, TARTARUGA, 2020; DESOUZA, 2016; CARVALHO, MAIA, 2016; VALE, 2020). No capítulo seguinte discutimos os impactos que a economia globalizada traz no ordenamento do espaço urbano e da rede urbana, dando ênfase sobretudo nas cidades pequenas, já que é a reestruturação dos serviços bancários neste tipo de cidade que abordamos neste trabalho.

CAPÍTULO 3 - Cidades pequenas e a rede urbana no contexto da economia globalizada

Para uma compreensão adequada dos impactos da reestruturação do atendimento bancário nos municípios pequenos, torna-se necessário uma breve discussão teórica sobre o que são cidades pequenas. Também é necessária uma discussão sobre rede urbana, como a rede urbana organiza os fluxos de pessoas e mercadorias entre as diferentes cidades, de diferentes tamanhos. Ter uma clareza teórica a respeito de cidades pequenas é fundamental para atender o objetivo deste trabalho em analisar a desmaterialização dos serviços bancários dessas cidades.

Antes de falar de rede urbana e cidades pequenas, torna-se necessário definir o que são as cidades e o que é o espaço urbano. Segundo Sposito (2008), cidades não são apenas um conjunto de edifícios, o arruamento por onde circulam pessoas e veículos e o território ocupado. Também não é apenas o conjunto articulado destes elementos. A definição sobre o que são cidades e o que é o espaço urbano, se altera na interpretação de diferentes autores e também nos marcos legais de diferentes países. Por exemplo, para ser considerada como área urbana no Brasil, se usa a definição do mapeamento do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). Esse critério legal adotado no Brasil não pode ser considerado suficiente, pois segundo Sposito (2008), é possível encontrar atividades agrícolas em áreas legalmente delimitadas como urbanas, isto em cidades de todos os tamanhos. Outros países adotam outros critérios para definir legalmente o que é urbano e o que é rural, como Portugal por exemplo, que adota a disponibilidade de parte de alguns equipamentos urbanos (comércio, bombeiros, hospital, escola, etc.) combinado com um número populacional de 8.000 habitantes. Outros países adotam apenas o critério populacional, como Dinamarca (250 habitantes), França (2.000 habitantes), Japão (20 mil habitantes), dentre outras quantidades populacionais em outros países. Em alguns países, como Reino Unido e África do Sul, são definidas como cidades aquelas aglomerações governadas por uma forma de administração próxima do que são os municípios no Brasil.

Uma forma de discutir o espaço urbano é a partir das contribuições de Corrêa (1994). Podemos discutir a rede urbana e, por consequência, o espaço urbano, ao

falarmos da Divisão Territorial do Trabalho²². O autor afirma que a “rede urbana constitui-se simultaneamente em um reflexo da e uma condição para a divisão territorial do trabalho” (CORRÊA, 1994, p. 48). Algumas áreas se valorizam para determinadas atividades econômicas, em detrimento de outras. O autor traz o exemplo de que numa planície fértil, é possível que ocorra a produção agrícola, fazendo com que surja uma estrutura urbana próxima. Próximo a cursos d’água com potencial para navegar e também do litoral, é possível que portos e estruturas urbanas voltadas para a atividade portuária surjam. Outro exemplo dado pelo autor é próximo de áreas onde encontram-se jazidas de carvão ou algum outro mineral, pode haver centros urbanos e mineiros e até indústrias de transformação. Assim, a divisão territorial do trabalho e das atividades econômicas estrutura e é estruturada pela rede urbana, num processo dialético.

A questão da divisão territorial do trabalho no motivo de existir as cidades também é abordada por Sposito (1996; 2008). Este autor afirma que a distinção entre campo e cidade se evidencia na divisão do trabalho e na formação de classes sociais antagônicas, desde a antiguidade e passando pela idade média, portanto precedente ao modo de produção capitalista. As formas de cidades foram se modificando com o passar da história. Com a Revolução Industrial e a consolidação do capitalismo como modo de produção vigente, a cidade passa a ter além do valor de uso, valor de troca. O valor de uso das cidades é tudo que nela se constrói para uso de sua população: edificações, arruamentos e demais equipamentos urbanos. Adquirir valor de troca significa que a vida nas cidades passa ser mercadoria, onde sujeitos com melhor condição financeira conseguem adquirir imóveis enquanto muitos outros não, necessitando assim alugar imóveis de proprietários, morar na hinterlândia de áreas urbanas ou em moradias improvisadas como encostas de morros ou outras áreas não aptas para a moradia.

²² Divisão Territorial do Trabalho, ou DTT, é um termo é utilizado tanto por Corrêa quanto por Spósito, mas também por variados autores (SANTOS, 2006; PEREIRA, 2010, 2014), para se referir a distribuição das atividades econômicas e produtivas, “equivale à distribuição da produção, especializada ou não, no território de uma região ou país” (SPÓSITO, 1996, P. 14), sendo uma forma avançada da divisão social do trabalho no capitalismo, a partir de uma valorização diferenciada das potencialidades econômicas de diferentes lugares (CORRÊA, 1994). O conceito de DTT se relaciona fortemente com o conceito de DIT. Segundo Pereira (2010) e Santos (2006), a forma como as atividades econômicas se organizam dentro de uma nação, a DTT, é fortemente relacionada às atividades que aquela nação desempenha na economia mundial, a DIT.

Corrêa (1994) afirma que os estudos sobre a rede urbana têm se constituído como uma importante produção na Geografia. Este afirma que a rede urbana passou a ser o meio pelo qual a produção, a circulação e o consumo se efetivam. Segundo o autor, as concepções que se utilizava para definir rede urbana, advinda de estudiosos estrangeiros, preconizam certas características próprias de países desenvolvidos²³, portanto não são adequadas para a análise da realidade brasileira e de outros países subdesenvolvidos. Portanto, segundo Corrêa (1994), pode-se considerar como rede urbana se três fatores forem atendidos: a) ocorrência de uma economia de mercado, com uma produção para ser negociada para adquirir outra produção não realizada localmente ou regionalmente, garantindo algum grau de divisão territorial do trabalho; b) pontos fixos e lugares no território onde o comércio da produção acima descrita seja realizada, ainda que esse comércio ocorra com periodicidade, e também outras atividades de serviços e gestão político-administrativa, gerando assim áreas de povoamento ao redor desses pontos; c) articulação entre os núcleos com diferentes atividades produtivas, através da circulação. A rede urbana, enquanto um conjunto de centros funcionalmente articulados, reflete e reforça as características sociais e econômicas do território.

O estudo das redes urbanas cresce na Geografia ao decorrer do século XX, sobretudo no período pós segunda guerra mundial (CORRÊA, 1994). Diversos temas relacionados às redes urbanas ganharam atenção dos estudos geográficos, como diferenciações de cidades com critérios em suas funções, dimensões básicas de variação, relações entre desenvolvimento e tamanho demográfico, hierarquia urbana e relação entre cidade e região. Dentre estes temas, o talvez mais corriqueiro seja o de estudos relacionados à hierarquia urbana.

Os estudos sobre hierarquia urbana derivam de interrogações a respeito do número, tamanho e distribuição das cidades. Embora o interesse pelo tema da hierarquia urbana exista desde o século XVIII, a teoria das localidades centrais desenvolvida pelo geógrafo alemão Walter Christaller em 1933, é considerada por Corrêa (1994) uma das mais férteis e influentes sobre o tema. Segundo esta teoria,

²³ Roberto L. Corrêa utiliza a terminologia de países desenvolvidos e subdesenvolvidos, diferente de outras terminologias como a adotada por Pochmann (2001) que categoriza como países centrais, semiperiféricos e periféricos, ou ainda autores que adotam a terminologia de “primeiro mundo” e “terceiro mundo”, como Lemos (1999). Optamos por manter a terminologia adotada pelo autor.

existem princípios gerais que estabelecem número, tamanho e distribuição dos núcleos de povoamento. Cada núcleo de povoamento, independente de seu tamanho, é considerado uma localidade central, que possui um alcance espacial máximo e um alcance espacial mínimo. Quanto maiores em tamanho forem os núcleos, menos numerosos são e maior sua área de influência, e núcleos menores tendem a ser mais numerosos, mas com menor área de influência. Assim, em uma hierarquia crescente de “centro regional”, “centro de zona”, “centro sub-regional”, “capital regional” e “metrópole regional”, a área de influência desta última será maior do que a das hierarquias menores. Também em cada hierarquia menor, talvez não haja a disponibilidade de produtos e serviços de uma hierarquia maior, como por exemplo é menos provável encontrar determinada especialidade médica em um centro regional ou centro de zona, que numa capital regional e cidades de hierarquia maior.

Após essa breve digressão teórica sobre rede urbana, sobretudo a hierarquia urbana, falaremos da estruturação da hierarquia urbana no Brasil atual. A rede urbana brasileira é heterogênea, possuindo de grandes metrópoles como São Paulo, com mais de 11 milhões de habitantes, a pequenos municípios, com até menos de mil habitantes, como o município de Serra da Saudade no estado de Minas Gerais, com menos de 800 habitantes (IBGE, 2021). Além dessas diferenças de tamanho entre os municípios, existem as diferenças econômicas, políticas e culturais das diferentes regiões do país, além de características próprias de cada município. Um município da região concentrada do Brasil, que segundo Santos e Silveira (2011) está numa região “luminosa” do território brasileiro, onde o meio técnico-científico informacional se inseriu de forma mais acelerada, provavelmente vai ter características econômicas distintas de um município de fora dessa região, por mais que os números populacionais sejam semelhantes.

A rede urbana brasileira é, segundo a pesquisa REGIC (Região de Influência das Cidades) do IBGE (2018), dividida em onze níveis, da hierarquia mais alta que é Grande Metrópole Nacional, até a hierarquia mais baixa, que são os Centros Locais. Na maior escala, Grande Metrópole Nacional, está São Paulo/SP. Logo abaixo está a categoria de Metrópole Nacional, estão as cidades de Rio de Janeiro/RJ e Brasília/DF. A categoria abaixo, de Metrópole, possui 12 cidades, sendo 11 capitais estaduais mais Campinas/SP. Porto Alegre/RS, por exemplo, se encontra nessa categoria, que possui média de 3 milhões de habitantes. A categoria de Capital Regional A possui 9 cidades,

sendo algumas capitais estaduais das regiões nordeste e centro-oeste, sendo a média populacional dessa região entre 800 mil e 1,4 milhão de habitantes. Na categoria de Capital Regional B estão 24 cidades, sendo a maior parte centralidades de referência no interior dos estados, com exceção de duas capitais estaduais que estão nessa categoria possuindo a média populacional de 530 mil habitantes. Na categoria de Capital Regional C estão 64 cidades, sendo três capitais estaduais. A média populacional nessas cidades é de 300 mil habitantes. Na categoria de Centro Sub-Regional A estão 96 cidades, sendo a média populacional 120 mil habitantes. Na categoria de Centro Sub-Regional B estão 256 cidades, sendo a média populacional de 70 mil habitantes. A categoria Centro de Zona A é formada por 147 cidades, com média populacional de 40 mil pessoas. A categoria Centro de Zona B consta com 251 municípios, com média populacional inferior a 25 mil habitantes. A última categoria, Centros Locais, se refere aquelas cidades que exercem influência apenas sobre seus próprios limites, ocasionalmente atraindo fluxos de visitantes para temas específicos. A média da população desses centros é 12,5 mil pessoas, sendo a maior parte das cidades do país (4.037 municípios).

Para delimitar a região de influência das cidades na pesquisa REGIC, a noção de região de influência realiza-se por vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. A influência para as cidades próximas é relacionada à capacidade de atração das mesmas, enquanto para as cidades com distâncias maiores a influência é relacionada a questões de comando e gestão, como a relação entre sedes e filiais de empresas, além também da centralidade dos fluxos de pessoas e mercadorias.

Como mencionado no subcapítulo 1.1 deste trabalho, trabalhamos com cinco municípios da metade sul do estado do Rio Grande do Sul: Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini. Os 5 municípios selecionados caracterizam-se como Centro-Local na hierarquia da REGIC. Todos os municípios estão na área de influência de Pelotas, Capital Regional C. Cristal se localiza entre Camaquã, Sub Centro Regional B e São Lourenço do Sul, Centro de Zona A. Chuí também está sob influência de Santa Vitória do Palmar, Centro de Zona A, e de Rio Grande, Centro Sub-Regional A. Capão do Leão e Pedro Osório não estão sob influência de centros de hierarquia maior além de Pelotas, embora Rio Grande, um pouco mais afastado e

de hierarquia menor que Pelotas, possa exercer alguma centralidade sobre estes dois municípios.

Como é possível observar a partir da pesquisa REGIC, os municípios de menor hierarquia da rede urbana tendem a ser os municípios pequenos, de menor contingente populacional. As cidades médias costumam ter uma relação de centralidade com esses municípios, atraindo a população destes na busca de serviços (FRANÇA, ALMEIDA, 2015; SANTOS, SILVEIRA, 2011).

Segundo Olanda (2008), o foco dos estudos urbanos em Geografia sempre esteve centrado nas cidades grandes e médias, dando pouco espaço de discussão para as cidades pequenas. Mas, segundo Silva e Toledo (2020), o número de publicações a respeito de cidades pequenas na Geografia tem aumentado. É o que esses autores mostram, ao apresentarem que tem havido crescimento nos últimos anos na quantidade de dissertações e teses que tratam a respeito do tema das cidades pequenas nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, evidenciando maior enfoque neste tema.

Uma das dificuldades em falar de cidades pequenas, segundo os autores que abordam esse tema, é definir com clareza qual seria o tamanho populacional que faria uma cidade ser classificada dessa forma. A maioria dos autores que trabalham com a temática das cidades pequenas, aponta o problema em definir cidades pequenas no Brasil e a heterogeneidade de definições existentes (OLANDA, 2008; SILVA, TOLEDO, 2020; FRESCA, VEIGA, 2011). A definição do IBGE considera cidades de até 100.000 habitantes como sendo pequenas. Mas no geral essa definição do IBGE tem sido criticada, não apenas pelos pesquisadores que estudam cidades pequenas, mas também por aqueles que pesquisam cidades médias como Silveira e Faccin (2021) apontam a insuficiência da definição de cidades médias do IBGE, que abarca cidades de 100.000 a 500.000 habitantes como médias.

O contexto geográfico dos municípios parece importante ser levado em consideração. Olanda (2008) diz que recortes que consideram cidades pequenas aquelas com até 50.000 habitantes insuficientes, pois dificilmente vai ser considerada pequena no estado de Goiás uma cidade de 50.000 habitantes, principalmente fora da região metropolitana e do entorno de Brasília, devido à função que uma cidade deste porte desempenha no conjunto de cidades do estado. Já Corrêa (1999), ao

estudar a globalização e a reestruturação da rede urbana, dando ênfase às cidades pequenas, pega como exemplo cidades de até 50.000 habitantes para discutir estas transformações causadas pela globalização.

O contexto econômico local e global tem influência direta sobre as dinâmicas nos territórios. No caso específico das cidades, as transformações econômicas relacionadas à globalização, sobretudo na transição do fordismo para a economia informacional, transformam os papéis das mesmas, passando as grandes metrópoles a ter papel de destaque ainda maior (SPÓSITO, 2015; LEOPOLDO, 2016), formando redes de cidades globais. Segundo Spósito (2015), na América Latina, em consonância com o que já acontecia em outros países, houve nas metrópoles “diminuição relativa de suas funções de produção industrial e de crescimento de papéis de comando” (p. 125). Além dos grandes centros urbanos, cidades médias e pequenas também sofrem impactos das alterações, seja da escala global à local. No caso do Brasil, como abordado por Spósito (2015), a produção agrícola (o chamado “agronegócio”) fez com que nas últimas décadas surgissem novas frentes de ocupação do território, como novas metrópoles regionais, sobretudo nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. A complexidade da rede urbana se intensificou nesse processo, com cidades médias centralizando comandos locais e cidades pequenas que, em muitos casos, diminuem de importância funcional.

CAPÍTULO 4 - O sistema bancário brasileiro no século XX

O presente capítulo busca apontar as principais transformações dos marcos normativos e técnicos que ocorreram no setor bancário do ano de 1905, no início do século XX até o ano de 2022, abarcando um período de quase 120 anos. Pretendemos discutir como essas transformações contribuíram para o cenário atual de organização dos serviços bancários no território nacional. Para isso, primeiramente, realizamos uma breve revisão histórica de como se constituiu o sistema bancário no Brasil ao longo do século XX e nas primeiras duas décadas do século XXI. Neste capítulo, para analisarmos as mudanças nos serviços bancários ao longo do período proposto, utilizaremos as subdivisões dos períodos são influenciadas por Contel (2006; 2012), à exceção da última periodização apontada pelo autor. Enquanto o autor utiliza os anos de 1994 à 2006, nos estendemos esse período até 2022, por entendermos que não existe nenhuma mudança técnica ou normativa do sistema financeiro nacional que justifique uma nova subdivisão.

4.1- Período anterior a 1905: descentralização do sistema bancário e financeiro nacional.

Ao final do século XIX o sistema bancário e financeiro era pouco desenvolvido. O uso de cheques era raro e a escassez de numerário algo bastante comum. Em função do isolamento dos fragmentos do território nacional, devido à parca infraestrutura de transportes e de malha viária existentes, existia algo que Contel (2006) chama de “regiões monetárias isoladas”. Relacionado a essa desarticulação, as próprias normativas bancárias da época procuravam se adequar às particularidades regionais, autorizando os principais bancos de cada estado a emitir títulos de crédito e bilhetes bancários, que operavam como moedas locais e regionais. Essa fragmentação do sistema bancário era também consequência da falta de uma autoridade monetária nacional constituída (como o Banco Central).

O processo de intermediação financeira em algumas partes do território nacional era realizado por outros atores que não os bancos. No Sudeste, segundo Contel (2006) os “comissários do café” eram o elo de ligação entre o sistema financeiro e os agricultores locais. Os comissários enviavam implementos agrícolas, escravos, roupas e alimentos para receberem depois com a venda de café. Na região amazônica surgiu algo semelhante aos “comissários do café”. O sistema de “aviamento”, nome

dado a intermediação financeira na Amazônia, sendo os agentes que realizam essa operação chamados de aviadores. Funcionava de forma semelhante aos comissários do café, tendo aviador passado comida, roupas e dinheiro aos produtores da região, sobretudo os extrativistas de borracha. A dívida era sanada ao final da safra. Os aviadores também eram responsáveis por levar a borracha ao mercado internacional (SANTOS, 2002).

4.2 - 1905 a 1964: normatização e integração do sistema bancário nacional.

A refundação do BB (Banco do Brasil) em 1905 é o início da estruturação e integração do capital financeiro no território nacional (CONTEL, 2006). A partir dessa refundação o BB passa a ser a única instituição autorizada a emitir moeda no território, sendo essa moeda respaldada pelo lastro em ouro. O fim dos “bancos emissores regionais” foi um importante passo para controlar a atividade creditícia e impulsionar o processo de intermediação financeira. Surgem nessa época também inúmeros bancos impulsionados pelos governos estaduais, direta ou indiretamente.

A topologia bancária que se formava era restrita aos grandes centros urbanos, o que restringia seu uso pela maior parte do conjunto da população nacional. Agricultores e a população rural, de modo geral, não eram bancarizados. Em 1914 se iniciam políticas que visavam o aumento do número de intermediações financeiras realizadas no Brasil. Dentre essas políticas o BB promove a garantia dos empréstimos hipotecários realizados através de sua rede de agências. Outra política que merece destaque foi o aumento das agências do BB no território, com o banco procurando instalar agências em áreas com menor dinamismo. Até o ano de 1928 o BB já contava com 73 agências, estando inclusive no interior, um exemplo dessa interiorização do BB é, que por exemplo, em 1919 já existiam agências do BB em municípios do interior do RS, como Bagé, Pelotas e Rio Grande. Além também de outros municípios em outros estados.

A abertura em 1921 da câmara de compensação de cheques junto ao BB é outro evento que moderniza a atividade bancária, diminuindo o caixa em espécie nas agências e possibilitando um maior dinamismo das operações financeiras. Outro importante marco em 1921 foi a implementação da Carteira de Emissão e Redescontos (CARED) pelo BB. A partir da criação do CARED os bancos públicos e privados podem contar com títulos do Governo Federal como garantia para

disponibilizar empréstimos junto ao público. Começa a existir uma maior restrição na legislação financeira à participação de IFs estrangeiras no território nacional na década de 1920. A partir daí, a participação desses atores no processo de intermediação financeira cai. De 44,9% do número de depósitos realizados em 1919, passaram a 24,5% em 1932 (CONTEL, 2006; 2012). Até 1945 existiam 663 instituições bancárias operando no Brasil. A média de agências era 2,7 por banco, algo bastante baixo para os padrões internacionais da época. Essa situação só se alteraria com a implementação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) em 1945.

A constituição de 1946 altera significativamente os conteúdos normativos do território nacional. A estrutura fiscal e tributária é remodelada. Se diminui gradativamente a importância das exportações com concomitante fortalecimento do mercado interno, isso ocasionou um processo de “substituição de importações.” Data dessa época do pós guerra a construção de uma série de sistemas de engenharia, como transportes, geração energética e serviços urbanos, no território (SANTOS, SILVEIRA, 2011). Simultaneamente, as estruturas financeiras brasileiras são aprimoradas. Esse período se caracteriza também por um aumento significativo da produção industrial, entre 1946/1955 e 1956/1964, a produção industrial cresce 9,10% e 8,30% ao ano, respectivamente. Paralelamente a isso, a tecnização do campo tornava diminuída a demanda por mão de obra no espaço rural. Disso ocorre uma maior evasão do campo, o processo de êxodo rural, e consequente densificação do espaço urbano (MONTE-MOR, 2004).

Esse conjunto de eventos de engenharia acabou por incentivar a criação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico). Essa época histórica de forte intervenção estatal para o desenvolvimento industrial e estrutural do país convencionou-se a chamar de “nacional desenvolvimento”. A burguesia nacional era ainda muito incipiente e incapaz de tocar sozinha as tarefas de industrialização nacional. Não apenas o BNDE é criado nessa época, mas também outros órgãos federais como a Petrobrás. A quantidade necessária de capitais para serem investidos nesses sistemas de engenharia da época do nacional desenvolvimento se avultam. As somas necessárias acabam tornando obsoleto o até então existente sistema bancário e financeiro. Não havia um sistema financeiro capaz de ancorar grandes investimentos nesses sistemas de engenharia, já que esses dependem de prazos de

maturação bastante longos (10, 20, 30 anos ou até mais dependendo do tipo de investimento). As IFs existentes lidavam com a concessão de crédito em prazos menores, como financiamentos para a agricultura e atividades comerciais urbanas, por exemplo.

A SUMOC criada em 1945 tinha entre suas responsabilidades: a) política cambial e fiscalização do registro de capitais estrangeiros que entrassem ou saíssem do país; b) fixar a taxa de juros de bancos comerciais e determinação dos tetos e das taxas de redesconto do sistema financeiro; c) definir o valor dos depósitos compulsórios dos bancos. A grande novidade do período pós criação da SUMOC foi o surgimento das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (também conhecidas por “Financeiras”). Como dito anteriormente, uma das dificuldades da intermediação financeira no território nacional eram os horizontes curtos nas operações de crédito realizadas, créditos debitados a longo prazo não existiam por não existirem depósitos investidos por longos prazos. Já as financeiras eram capazes de suprir a demanda de crédito a médio e longo prazo. Nesse período houve aumento do número de agências bancárias no território, de 4.038 agências em 1951, atingiu-se a marca de 6.286 em 1964, um aumento de 69%.

4.3 - Creditização e normatização financeira do território nacional, inserção do meio técnico-científico informacional e desenvolvimento estrutural (1964 - 1994).

A partir de meados da década de 1960, o Estado brasileiro entra em uma nova fase desenvolvimentista. Datam desse período alterações estruturais nas telecomunicações, nas produções agrícolas e industriais (SANTOS, SILVEIRA, 2011). As instituições bancárias necessitam se modificar para se adequar às novas demandas econômicas. Existe nesse período uma grande modificação nas relações políticas em todos os âmbitos, essas alterações originadas principalmente a partir do golpe de 1964 e uma nova constituição, que altera os conteúdos normativos. No campo há uma desestabilização e enfraquecimento das estruturas locais de poder político, o “coronelismo” perde força. No meio urbano os movimentos estudantil e sindical passam a se enxergar enquanto força política. A inserção das transnacionais nos setores produtivos estratégicos acaba dando poder a esses atores a interferir na cena política.

Os esforços da ditadura militar foram em promover uma integração física do território. Essa integração relacionada ao aumento do mercado de consumidores no espaço urbano brasileiro planejava tornar o espaço nacional mais atrativo para a ação das transnacionais no território. Segundo Santos e Silveira (2011), crescem nesse período três categorias de cidade no território: locais (até 20.000 habitantes), médias (com mais de 100.000 habitantes) e metrópoles (com mais de 1 milhão de habitantes). Nas cidades, locais e médias, novos postos de trabalho são gerados, como as profissões liberais (advogados, médicos, etc), servidores para atender as demandas burocráticas locais (órgãos públicos, autarquias, etc) e também demais trabalhadores vendedores de sua força de trabalho lotados principalmente no setor de comércio e serviços. Nas metrópoles, além das “cidades milionárias”, existem na contiguidade territorial inúmeras cidades médias, chamadas muitas vezes de “cidades dormitórios”, formando um processo de conurbação²⁴.

Esse processo de conurbação acaba exigindo por parte das esferas públicas municipais, estaduais e federal ação no sentido de órgãos de planejamento, como por exemplo a METROPLAN no Rio Grande do Sul, criada em 08/05/1975, pelo decreto 23.856 (MARTINS, 1991). Também em investimento em infraestruturas capazes de suprir as necessidades dos fluxos de pessoas como sistemas de transporte (trens, ônibus, etc.) e sistemas viários. Atores ligados ao empresariado, localizados nesses centros urbanos, passam a necessitar também de insumos e investimentos para a produção industrial.

No campo ocorre o surgimento de novas técnicas produtivas, oriundas do uso de novos objetos e sistemas técnicos (maquinário, insumo agrícola, mão de obra, etc). Esse processo de tecnização agrícola acaba por aumentar a quantidade das colheitas e diminuir a mão de obra necessária. A agricultura começa a se voltar para a indústria a partir da produção de insumos e matérias primas para a mesma, diminuindo o plantio de cultivos tradicionais. São exemplos desse evento o plantio de plantas têxteis (como o algodão); oleaginosas; plantas açucareiras; etc. Para poder suprir essa necessidade de investimentos devido a tecnização do espaço agrícola se torna necessário por parte

²⁴ O crescimento das manchas urbanas de diferentes cidades leva a conurbação, fazendo com que municípios de diferentes tamanhos se encontrem. Na aglomeração urbana decorrente do processo de conurbação, segundo George (2007), cada cidade mantém sua função e as diferentes cidades são hierarquizadas em função da rede urbana local.

dos bancos: a) cada vez mais créditos para o financiamento e manutenção dessa infra-estrutura; b) a abertura de agências bancárias no interior, para facilitar o depósito dos excedentes dos produtores também a realização de empréstimos e financiamentos.

O golpe militar de 1964 ocasionou maior centralização das ações por parte do executivo federal. Tal centralização permitiu maior desenvolvimento do processo de acumulação capitalista, sendo em grande parte financiado com recursos fiscais federais. Nessa fase é que são criadas o maior número de empresas estatais da história brasileira até o momento. As empresas foram criadas para suprir debilidades em áreas em que a burguesia nacional tinha atuação inexistente ou incipiente. São exemplos dessas áreas: a) sistemas de produção e distribuição de energia; b) infra-estruturas de transporte; c) infra-estruturas de comunicação; d) indústria de transformação (principalmente as chamadas “indústrias de base”, como a siderurgia, petroquímica, indústria de fertilizantes e da celulose, entre outras); e) serviços diversos (processamento de dados, comércio exterior, distribuição de derivados de petróleo); f) serviços públicos em geral (saúde, educação, infra-estruturas urbanas); g) serviços financeiros. (CONTEL, 2006; 2012; SANTOS, SILVEIRA, 2011).

Ocorrem grandes investimentos em sistemas de transporte para facilitar a integração nacional. A rede rodoviária nacional passou de 302.147 km's em 1952 para 1.657.769 km's no ano de 1995, sendo a grande expansão ocorrida durante a ditadura militar na década de 1970. (SANTOS, SILVEIRA, 2011). A partir das décadas de 1960 e 1970 ocorreu um processo que visava a substituição de importações, objetivando um incremento do mercado interno para suprir essas necessidades. Ocorre um crescimento notável da economia nacional a partir de 1967, o chamado “milagre brasileiro” (SALLUM Jr, 2003). Dentro desse processo de crescimento da planta industrial nacional, uma das indústrias que mais se expandiu foi a automobilística. Era necessário suprir as demandas de mobilidade nos centros urbanos em expansão e também facilitar os fluxos de bens e mercadorias no território. Já na década de 1960, mas com aumento vertiginoso nas décadas de 1970 e 1980, se desenvolvem uma série de sistemas de engenharia no território que visavam ampliar o meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2006). Esses sistemas visavam facilitar a propagação dos fluxos imateriais.

Se torna importante salientar que esse grande desenvolvimento infra-estrutural ocorrido durante a ditadura ajudou a proporcionar o endividamento externo do Brasil perante agentes financeiros internacionais. Segundo Dias (2005), esse aumento se deu de forma proeminente ao final da década de 1960 e durante a década de 1970. O financiamento das grandes obras de engenharia no território está entre as principais causas. Também a dívida brasileira, nesse período, passa de um caráter privado para um caráter público.

A dívida externa brasileira [...] passou de U\$ 3,8 bilhões em 1968 para U\$ 12,6 bilhões em 1973 [...] a princípio privada, a dívida progressivamente se tornou pública. Entre 1972 e 1980, a participação do setor público no total dos empréstimos se ampliou de 25% para 76%, e os setores de energia, administração pública e transportes absorveram mais de 50% dos empréstimos. [...] Em 1979 a dívida externa brasileira se eleva a U\$ 50 bilhões. (DIAS, 2005, p. 38 - 39).

Essa integração territorial, proporcionando fluxos materiais e imateriais, foi utilizada pelo sistema bancário e financeiro brasileiro para se expandir e se modernizar. A concentração bancária, ocorrida a partir de 1964, pode-se dizer também que tem origem na possibilidade de um comando mais centralizado, permitido pela utilização desses novos sistemas de comunicação e informação, e não apenas nos conteúdos normativos do território, como veremos adiante neste capítulo. O desenvolvimento dos sistemas técnicos para os fluxos de informação acaba por alterar a lógica de funcionamento das IFs operantes no território nacional (DIAS, 2005). A partir de investimentos do governo federal se instalaram no território indústrias relacionadas à produção de equipamentos de automação bancária nos anos 1970. Os novos objetos técnicos e informacionais inseridos nas IFs a partir da automação bancária contribuíram para um aumento da velocidade com que as transações são realizadas, aumentando a capacidade das agências em fazer intermediações financeiras. O fato é que o aumento das necessidades com que se circula as finanças no território requer também a renovação dos sistemas técnicos bancários. Os objetos informacionais inseridos nas agências, como ATMs (caixas eletrônicos), redes de computadores, sistemas de transmissão de dados, acabaram por tornar mais rápidos os tempos das operações financeiras (DIAS, 2005; CONTEL, 2006). Já na década de 1960, o aumento do volume de depósitos acabou por requerer a tecnologia dos CPDs (Centros de Processamento de Dados).

Falamos até agora de todas alterações ocasionadas pela integração territorial nacional promovida pela ditadura militar, pelo adensamento da urbanização, pela tecnização do espaço agrícola, e pelos novos conhecimentos e objetos técnicos-informacionais que se inserem território no segundo período (1964 - 1990), e que interferiram diretamente na organização das finanças, a partir da maior agilidade com que os fluxos informacionais trafegam. Além dessas mudanças estruturais e tecnológicas ocorridas no território brasileiro, falaremos dos conteúdos normativos do território e qual sua interferência na configuração espacial da atividade bancária.

A lei 4.595 de 31/12/1964, chamada de “Lei da Reforma Bancária”, e a lei 4.728 de 14/07/1965, conhecida como “Lei do Mercado de Capitais”, são a base dos conteúdos normativos nesse período. Antes da lei 4.595/1964, a estrutura bancária era assim configurada: a) o tesouro nacional, responsável pela emissão do papel moeda; b) a SUMOC era o principal órgão normativo do sistema financeiro nacional, regulamentador das políticas monetária e creditícia; c) o BB era o principal banco comercial e banco de investimento na época, sendo 20% dos depósitos nele realizados, também era “garantidor em última instância” do SFN. Essa configuração apresentava alguns problemas, como a não existência de um mercado de capitais estruturado no país, empresas estatais geravam déficit, obrigando a união a imprimir papel moeda gerando inflação, também não haviam IFs que emprestassem capitais a longos prazos, o que dificultava financiar investimentos em infraestrutura e em grandes indústrias. A identificação desses problemas levou o governo da ditadura militar a implementar o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo) em 1964. O PAEG tinha como principal objetivo o controle da inflação combinada com o desenvolvimento econômico. Em relação ao sistema financeiro, podemos dividir o PAEG em três partes: seria executada uma “reforma fiscal”, uma reforma na “política habitacional” e uma reforma na remuneração dos títulos públicos do governo, com a institucionalização da “correção monetária”.

A reforma fiscal incentivava que empresas privadas investissem em “setores estratégicos” para o desenvolvimento nacional. Essa reforma também centralizava sob o comando da federação a arrecadação tributária. Essa centralização era útil para um melhor planejamento em investimentos em sistemas de engenharia de comunicações, transportes, produção energética, etc.

O Sistema Financeiro de Habitação, criado a partir da lei 4.380 de 1964, seria composto por duas divisões: a) Banco Nacional de Habitação (BNH), órgão que concedia empréstimos para a compra/construção de moradias populares; b) constituição de sociedades privadas de crédito imobiliário. O último evento relacionado ao PAEG que destacamos é a institucionalização da correção monetária no país. Inicialmente, a correção monetária visava remunerar apenas os títulos públicos colocados no mercado de capitais. Gradualmente se permitiu que fossem também remunerados todos os depósitos do sistema bancário com juros positivos. A correção monetária causa um aumento dos atores financeiros em realizar operações no território, diminuindo o “problema crônico” até então existente da falta de depósitos a longos prazos que possibilitassem investimentos a longos prazos.

Com a lei 4.595/1964 se extingue a SUMOC e se cria o CMN (Conselho Monetário Nacional), vindo a ser o CMN o principal órgão normativo do SFN. Fica incumbido ao CMN as seguintes tarefas:

- a) adaptar o volume dos meios de pagamentos às necessidades da economia; b) regular o valor interno da moeda; c) regular o valor externo da moeda, e o equilíbrio no balanço de pagamentos do país; d) orientar a aplicação dos recursos das instituições financeiras públicas ou privadas; e) propiciar o aperfeiçoamento das instituições e dos instrumentos financeiros; f) zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras; g) coordenar as políticas monetária, creditícia, orçamentária, fiscal e da dívida pública, interna e externa; e finalmente h) autorizar as emissões de papel-moeda. (CONTEL, 2006, p. 120).

Também criado pela lei 4.595/1964, o Banco Central surge para executar e fiscalizar as políticas traçadas pelo CMN. Assim como o CMN surge para substituir as atividades até então gerida pela SUMOC, o Banco Central acaba por captar todas as demais atividades de gestão do SFN até então incubidas ao BB, restando a esse apenas as atuações tradicionais de um banco comercial e de investimentos. Caberia ao BC: emitir papel-moeda e moeda metálica; executar os serviços do meio circulante; receber recolhimentos compulsórios e voluntários das instituições financeiras; realizar operações de redesconto e empréstimo às instituições financeiras; regular a execução dos serviços de compensação de cheques e outros papéis; efetuar operações de compra e venda de títulos públicos federais; exercer o controle de crédito; exercer a fiscalização das instituições financeiras; autorizar o funcionamento das instituições financeiras; estabelecer as condições para o exercício de quaisquer cargos de direção nas instituições financeiras; vigiar a interferência de outras empresas nos mercados

financeiros e de capitais; controlar o fluxo de capitais estrangeiros no país. (BRASIL, 1964).

A terceira e última alteração de maior importância do SFN no período, buscando modificar os conteúdos normativos do território, foi a criação de um mercado de capitais sistematizado no país. A lei 4.728 de julho de 1965. Essa lei planejava condições para facilitar que empresas e governo emitam títulos e ações, como forma de obter financiamento para realização de suas atividades.

Merece destaque a participação dos bancos públicos, tanto estaduais quanto federais, no financiamento da modernização dos sistemas de engenharia presentes no território. Costa Neto (2004) se utiliza do critério de “concessão de empréstimos” para entender o aumento da participação estatal na economia nacional. Os bancos públicos passaram de 62,5% do total de empréstimos em 1968, 63,3% em 1970, para chegarem a 66,05% em 1975. O governo federal implementou a estratégia de uso dos bancos públicos para a concessão de empréstimos devido a esses possuírem agências distribuídas por grande parte do território nacional e também por poderem emprestar por prazos maiores que as IFs privadas.

A combinação dos conteúdos normativos e dos conteúdos técnicos do território nesse período resultou no processo de concentração bancária. Ou seja: as novas possibilidades técnicas para as IFs realizarem suas burocracias organizacionais combinadas a uma ação consciente do governo para a concentração bancária (DE CASTRO, 1981) resultaram no processo de diminuição dos entes bancários atuando no Brasil. Nesse período, muitas IFs se fundem ou são adquiridas por outras IFs, conforme estudos de Lobato Corrêa (1989; 2006) e Dias (2005; DIAS, LENZI, 2009, DIAS et. al., 2011; DIAS, 2017). Começam a surgir nesse período as primeiras redes bancárias de dimensões nacionais, como o Bamerindus (posteriormente HSBC), Bradesco e Unibanco (posteriormente Itaú). Essa concentração bancária pode ser entendida melhor em números: entre 1964 e 1980 o número total de agências bancárias vai de 6.717 a 11.348, já o número de bancos operando diminui de 329 a apenas 90, entre o mesmo período (CONTEL, 2006).

As mudanças ocorridas com as mudanças políticas da “redemocratização”, principalmente a promulgação da nova CF (Constituição Federal), trouxeram alterações aos conteúdos normativos da atividade bancária no território. Segundo

Dias (2005) com a CF de 1988, nosso sistema bancário e financeiro passa por uma “reorganização normativa, política, econômica e espacial” (P. 30). A principal mudança trazida foi a resolução 1.524 de 1988, instituindo a criação dos “Bancos Múltiplos”. Até então, não era possível que uma mesma entidade financeira operasse enquanto banco comercial, corretora de seguros, distribuidora de títulos de valores, etc. Não que não houvessem, mas como empresas diversas como o notório exemplo do Bradesco, que reunia com nomes diversos (Banco Bradesco de Investimento S.A, Bradesco Leasing S.A, etc), a permissão de Bancos Múltiplos permitiu a “unificação” dessas empresas (DIAS, 2005). A resolução 1.524, que permite às IFs atuarem em todas essas áreas, acaba por permitir um maior controle, com maior centralização, do sistema financeiro por parte das IFs. A resolução 1.524 também traz alterações na configuração da topologia bancária. Passa a se tornar dispensável a um banco que queira abrir uma agência a concessão de “carta patente”, antes obrigatória. Essa alteração se torna significativa, pois se antes havia intervenção estatal para garantir que todo conjunto do território nacional fosse coberto por fixos bancários, isso se altera.

4.4 - Desestatização do sistema bancário e avanços tecnológicos do setor bancário (1994 - 2021).

Como já abordamos na Introdução e no Capítulo 2, o presente período histórico caracteriza-se por uma aceleração dos fluxos imateriais de informação, permitindo uma “unicidade técnica” e “unicidade do tempo” (SANTOS, 2006). Cada vez mais as verticalidades (SANTOS, 2012) impõe aos lugares uma aceleração do tempo. “São os atores do tempo rápido, que plenamente participam do processo, enquanto os demais raramente tiram proveito da fluidez.” (SANTOS, 2012, p. 106). É o período de ascensão do fenômeno intitulado por Castells (2005) de “sociedade em rede”, por Lévy (1999) de “cibercultura” e por Ascher (2010) de “sociedade do hipertexto”, conceitos esses que se assemelham na sua definição, ao tentar caracterizar os impactos dos avanços telemáticos na sociedade.

Nas finanças é onde essa aceleração se dá de forma mais proeminente, atravessando os tempos locais (CONTEL, 2006; DIAS, 2005). Esse período se caracteriza pela consolidação de órgãos globais que buscam impor sua agenda econômica de liberalização normativa. Dentre esses órgãos podemos citar a OMC

(Organização Mundial do Comércio), o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial. Segundo Galeano (2014), os países centrais do capitalismo que impõem livre mercado aos periféricos, se constituíram enquanto grandes economias a partir de medidas protecionistas, e hoje no comando desses órgãos globais impõe livre comércio de países periféricos. Falando especificamente da relação do FMI com a América Latina, o autor assevera:

Os Estados Unidos, que empregam um vasto sistema protecionista - taxas, quotas, subsídios internos -, jamais mereceram a menor observação do FMI. Em troca, com a América Latina o FMI tem sido inflexível: para isto nasceu. (p. 311).

O autor explica ainda que o FMI de internacional tem apenas o nome, sendo utilizados pelos EUA para a realização de políticas econômicas externas:

Nascido nos Estados Unidos, com sede nos Estados Unidos, e a serviço dos Estados Unidos, o Fundo opera, de fato, como um inspetor internacional, e sem sua aprovação a banca norte-americana não afrouxa os cordões da bolsa; o Banco Mundial, a Agência Para o Desenvolvimento Internacional e outros organismos filantrópicos de alcance universal também condicionam seus créditos à assinatura e ao cumprimento das Cartas de Intenções dos governos perante ao onipotente organismo. (GALEANO, 2014 p. 311).

É importante ressaltar que embora essa ação abordada por Galeano (2014) siga, atualmente o contexto geopolítico não é mais o mesmo, pois seu livro *Veias Abertas da América Latina* foi originalmente publicado nos anos 1970. Seu livro foi escrito ainda num contexto de mundo com dois pólos antagônicos, EUA, URSS e seus respectivos aliados, antes do processo de queda dos regime socialistas e transformação do capitalismo em sistema econômico hegemônico²⁵. Embora a condição de centralidade econômica estadunidense continue, cada vez mais nas últimas décadas outras nações disputam a hegemonia com os EUA, é o caso principalmente de Rússia e China. Seja pelas disputas econômicas entre as potências, como abordam Salvagni *et. all.* (2022), Mattos e Costa (2021) e Montenegro e Mesquita (2017), mas também no campo geopolítico e militar, com cada nação

²⁵ A queda dos regimes ao final do século XX e consolidação do modo de produção capitalista como sistema econômico dominante gerou fortes debates teóricos sobre os fatores que levaram a isso. Autores neoliberais, como Fukuyama (1992), comentam que a democracia liberal seria o estágio final de desenvolvimento das sociedades humanas. Já marxistas como Anderson (1992), comentam que o capitalismo é insustentável sem criar desigualdades entre classes e nações, sendo também suscetível a grandes crises, como nos anos 1970.

buscando ao mesmo tempo parcerias estratégicas e, ao mesmo tempo, aprimorando suas capacidades militares²⁶ (ÁVILA, MARTINS, 2009; CARVALHO, 2022).

Essa realidade de aceleração dos tempos promovida pela nova realidade técnica-informacional (abordada no Capítulo 2), conjugada a fatores ideológicos de colapso do keynesianismo e liberalização econômica (HARVEY, 1992; ZARIFIAN, 1993; CORIAT, 1994), é o cenário onde as finanças se desenvolvem no presente período. Na década de 1990, o Brasil já tem grande parte de sua extensão territorial inserida no meio técnico-científico informacional (SANTOS, 2006; SANTOS, SILVEIRA, 2011). Na Região Concentrada, composta pelas regiões Sul e Sudeste, essa inserção é mais proeminente. O aumento das redes técnicas é substancial nesse processo (DIAS, 2000).

O fenômeno de consumo nas cidades é mais intenso naturalmente, pois no meio urbano a população se vê obrigada a vender sua força de trabalho para poder consumir. No atual período histórico, a população urbana está exposta a fatores que potencializam o consumo. A acessibilidade ao crédito é um desses fatores; o outro fator é a publicidade, aumentando a necessidade de consumo. O poder das grandes corporações permite que elas exerçam influência e poder sobre os territórios onde elas se instalam (CHESNAIS, 1996). Uma dessas formas de organizar os territórios é através da ideologia da publicidade.

Nos anos 1990, diferentemente dos anos 1960 e 1970, ocorre uma transferência gradativa das atividades econômicas, políticas e culturais para a iniciativa privada (SALLUM Jr., 2003). O Estado serviu para desenvolver a economia capitalista através das indústrias de base nas décadas anteriores, devido a burguesia nacional ser ainda incipiente, e também através de investimentos em infraestrutura. Nessa etapa iniciada nos anos 1990 a intervenção estatal perde força devido ao fortalecimento da burguesia. Como vimos no subcapítulo 4.3, o Estado brasileiro assumiu papel importante no desenvolvimento dos sistemas de engenharia, telecomunicações, energia e transporte. Ao final da década de 1970, partem

²⁶ Um exemplo recente sobre as disputas militares entre as potências é a guerra entre Ucrânia e Rússia, ocorrida em 2022. Tudo indica que uma das motivações para a invasão Russa na Ucrânia foram as tentativas de aproximação da Rússia com o ocidente, sobretudo com países membros da OTAN e UE. Na guerra, que no momento de escrita do presente trabalho ainda ocorre, a Ucrânia recebeu apoio dos países membros da OTAN e UE, sobretudo armas de defesa, principalmente dos EUA.

principalmente dos EUA e da Inglaterra, novas ideologias liberais que preconizavam a diminuição da participação estatal na economia e nos territórios²⁷.

Durante a década de 1980, esses valores foram crescendo na ideologia política. Ao final da década de 1980, com a eleição de Fernando Collor de Mello à presidência da república (1989), os discursos neoliberais, com retóricas de “desestatização” e privatização ganharam fôlego. O discurso da “diminuição do tamanho do Estado” passa a orientar normativamente a ação e diretrizes da política nacional na organização do território (SALLUM Jr, 2003). Além do processo de privatização, também ocorre um forte processo de desnacionalização das empresas brasileiras. Aumentando nossa interdependência e diminuindo nossa soberania sobre o território. Esse processo ocorre e propicia o surgimento da “mundialização do capital” apontada por Chesnais (1996). O programa do governo federal para acelerar o processo de privatizações no território ocorreu em 1991 foi o PND (Programa Nacional de Privatizações). Da criação do programa ao ano 2000, foram privatizadas 130 estatais, sendo 92 federais e 38 estaduais. Os setores mais afetados pela política de “desestatização” foram justamente aqueles criados e construídos com o endividamento do Estado: siderurgia, telecomunicações, química/petroquímica e energia elétrica.

Além dos fatores ideológicos neoliberais, os já mencionados órgãos globais (FMI, OMC e Banco Mundial), coagem países a realizarem políticas de austeridade, com a diminuição estatal e liberalização de comércio como critérios a terem acessos a financiamentos. A evolução dos conteúdos normativos que pautam a privatização podem assim serem listados em ordem cronológica:

- 1) Decreto no. 86.215 de 15/07/1981, que fixou pela primeira vez regras para a transferência de controle de empresas estatais federais para a iniciativa privada; com essa norma é criada também a Comissão Especial de Desestatização (CED), órgão responsável em coordenar processos de privatização;
- 2) Decreto no. 91.991 de 28/11/1985, cria no lugar da CED, o Conselho Interministerial de Privatização (CIP); a CIP daria suporte técnico e administrativo para a execução

²⁷ Conforme falam Marx e Engels (2009), as ideias dominantes de uma época são as ideias da classe dominante. Se pensarmos que o centro do sistema capitalista se encontra nesses países, é natural que as ideologias que comandam o capitalismo parta destes países.

das privatizações. Data deste Decreto o Início da ação do BNDES como agente da privatização;

3) Decreto no. 95.886 de 29/03/1988, que instala o Programa Federal de Desestatização (PFD);

4) Medida Provisória No. 155 de 12/04/1990, que cria o Programa Nacional de Desestatização (PND), como mencionamos;

5) Medida Provisória 841 de 19/01/1995, Lei 8.987 de 1995 e Lei 9.074 de 1995; estas três novas normas vão permitir, concretamente, a desnacionalização e privatização de empresas e sistemas de engenharia.

Em 1982, o BNDE passa a se chamar BNDES (de Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Mas não apenas o nome e a sigla da instituição se alteram, mas a forma de operar também. Na década de 1990 ao invés de financiar o desenvolvimento dos circuitos produtivos nacionais como era em sua origem, passa a financiar com recursos públicos a desnacionalização econômica. Podemos entender as formas geográficas a partir de seus conteúdos normativos, econômicos e sociais, não apenas a partir de sua materialidade (CONTEL, 2006). Podemos utilizar essa abordagem para compreendermos as alterações ocorridas no território a partir do Plano Real em 1994.

O Plano Real torna as condições macroeconômicas mais interessantes para alguns atores hegemônicos nacionais e estrangeiros (SALLUM JR, 2003; DOWBOR, 2017). Mas o Plano Real também teve profundos impactos culturais, políticos e econômicos no território. Esses impactos foram bastantes sentidos pelas IFs a partir da estabilização monetária proporcionada pelo plano real. As principais mudanças para o sistema bancário surgidas com o plano real foram: a) decréscimo expressivo das taxas inflacionárias; essa queda diminui num primeiro momento o ganho das IFs, já que grande parte de seus lucros eram provenientes do chamado “lucro inflacionário”; b) o plano tornou o país mais atrativo a investimentos externos, incrementando a “abertura financeira externa”; c) se criou uma “rede de segurança” para o SFN a partir da estabilização macroeconômica e a abertura do mercado financeiro. O Plano teve impacto na população de modo geral. Principalmente pela facilidade de acesso por ele proporcionada a aquisição de bens de consumo para as

camadas mais pobres da população. Como já dito, a estabilização da moeda trouxe fim ao chamado “lucro inflacionário” das IFs (DOWBOR, 2017; DIAS, 2017), o que levou alguns bancos a terem prejuízos. Foram criados durante o governo Fernando Henrique Cardoso dois programas que buscavam o “saneamento do sistema bancário nacional”. Esses programas foram o PROES (Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária) e o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional).

O PROES ocorre dentro da lógica de “desestatização” vigente durante os anos 1990. Na época, enxergava-se que os problemas de endividamento dos bancos públicos estaduais eram decorrentes da “má administração estatal”. Segundo Contel (2006, 2009), os problemas de insolvência dos bancos estaduais decorriam da má política fiscal. Os estados, principalmente os com maiores contingentes populacionais, não conseguiam arrecadar o suficiente para realizar seus gastos em saúde, educação, etc. A partir dos anos 1970, os estados passaram a fazer uso recorrente de seus bancos públicos para manter seus gastos. Disso ocorre um processo de endividamento. A partir da política de juros altos dos primeiros anos de implementação do Plano Real, essas dívidas se tornam impagáveis.

O PROES abre a possibilidade aos governadores terem financiamento federal para sanar suas dívidas. Em troca desse financiamento precisariam abrir mão de seus bancos públicos. Com a adesão dos governos estaduais ao PROES, eram quatro as possibilidades de seus bancos: a) extinção da IF; b) privatização; c) transformação em instituição não-financeira (agência de fomento); d) federalização (aquisição do controle pela União, que posteriormente realizaria a privatização ou extinção da IF).

A extinção fez desaparecer bancos importantes em seus contextos regionais, sobretudo daqueles estados mais defasados economicamente da federação. Outra opção oferecida pelo BC e pelo Ministério da Fazenda para os estados que utilizavam o PROES era a transformação de seus bancos em agências de fomento. Foram criadas, até 2006, cerca de 15 agências de fomento a partir de bancos estaduais. As agências de fomento não têm as prerrogativas de bancos comerciais comuns. Isto é, são impossibilitadas de captar depósitos e realizar outros serviços bancários. Elas estabelecem relação menos orgânica com o território dos estados, pois ficam restringidas a apenas uma agência que também é sua sede, em via de regra

localizada nas capitais dos estados. Outro problema comum das Agências de Fomento em sua possibilidade de fornecer recursos para financiar o desenvolvimento dos estados é a respeito do caráter desses recursos. Se antes os próprios estados definiam quais áreas prioritárias a investir com os bancos, os recursos das agências, que vinham de instituições nacionais (BNDES), ou internacionais (Banco Mundial), muitas vezes já tinham destino pronto, sendo incubidas as agências de fomento apenas realizar o repasse destes valores. Os governos estaduais passam a ter menos autonomia de onde devem alocar os recursos.

O PROES previa que a privatização poderia ocorrer de duas formas: a) através de privatização direta conduzida pelos estados; b) federalização dos bancos para posterior privatização. Foram sete bancos públicos privatizados diretamente pelos estados e cinco após a federalização. Atualmente em 2022, cinco bancos estaduais se mantiveram mesmo com o PROES (BCB, 2022), sendo estes o Banrisul (Rio Grande do Sul), Banese (Sergipe), Banestes (Espírito Santo), BRB (Distrito Federal) e Banpará (Pará). Segundo Contel (2006), a grande maioria dessas IFs se encontra do ponto de vista jurídico prontas para serem privatizadas. Os bancos estaduais são atrativos a potenciais compradores interessados em seu processo privativo por: a) terem seus fixos geográficos (sobretudo agências) espalhados pelo conjunto do território de seus estados; b) a possibilidade de manipular as contas do tesouro dos estados, ou seja: receber os depósitos dos governos estaduais, o que significa potencial lucro; c) ter a possibilidade de controle das folhas de pagamento, não apenas estaduais, mas de muitos municípios também. Servidores públicos são uma clientela interessante aos bancos, pois tem estabilidade e possuem alto nível salarial.

Já o PROER era uma linha especial de crédito para bancos privados que atravessavam por problemas econômicos serem comprados por outros bancos privados. O PROER possibilitou que sete IFs fossem sanadas, sendo três delas de grande porte. Como já mencionado, a estabilização da moeda ocorrida com o Plano Real fez com se diminuísse o “lucro inflacionário” dos bancos. Isso ocasionou que diversas IFs passassem por problemas. Nesse sentido, o PROER buscou a reestruturação do sistema bancário a partir do financiamento a que bancos “estáveis” comprassem os que atravessavam problemas. Uma dessas redes que acabou sendo transferida foi a paranaense Bamerindus, comprada pela inglesa HSBC (DIAS e

LENZI, 2009; DIAS et. al., 2011). Outras duas importantes redes que sofreram intervenção do PROER foram o Banco Econômico (da Bahia) e o Banco Nacional (de Minas Gerais).

Após a ação do PROER as sedes desses bancos passaram por alterações e ocorreu o que Lobato Corrêa denominou de diminuição dos “centros de atividade bancária” (1989; 2006). A perda de sedes de bancos em Salvador, Belo Horizonte e Curitiba constituíram aumento do controle financeiro do território na capital paulista. O fim dos bancos públicos estaduais através do PROES, e privados através do PROER, sobretudo no nordeste, significa o início de uma predominância dos atores hegemônicos externos no controle do sistema bancário nos demais estados (que não fossem São Paulo). Ocorre então um processo de perda de autonomia financeira sobre o território pelos próprios atores locais, públicos e privados.

As tecnologias para transporte de fluxos informacionais e também de capitais atingiram novos patamares marcados pelo dinamismo e quase instantaneidade com que viajam esses fluxos. O meio técnico-científico informacional evoluiu rapidamente no meio financeiro. Um marco significativo dessa evolução do meio técnico-científico informacional relacionado ao setor financeiro em escala global é o surgimento da *SWIFT (Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication)*. Surgida em 1973, a SWIFT é uma rede de fluxos de informações e de capitais criptografados. No início operava em 15 países possuindo 239 bancos de clientes. Não são apenas bancos os clientes da SWIFT, outros atores financeiros, como corretores de valores, fundos de investimento, fundos de pensão, etc. Em 2005 haviam 7.863 clientes de 204 países (CONTEL, 2006). Atualmente, a maioria das transações internacionais é realizada através do sistema SWIFT, mas outras redes de comunicação bancária surgiram nos últimos anos, apresentando-se como alternativas ao SWIFT²⁸, como a russa *Mir*²⁹ e a chinesa CIPS (*Cross-Border Interbank Payment System*). Ambos sistemas, *Mir* e CIPS, foram fundados no ano de 2015. O CIPS possui mais de 1.300 participantes, sendo a maioria de instituições financeiras asiáticas, mas também

²⁸ Como falamos anteriormente do acirramento da disputa hegemônica global entre EUA, Rússia e China, para estes países ter um sistema de pagamento fora do SWIFT é estratégico. Os países ocidentais, como forma de sancionar a Rússia por invadir a Ucrânia em fevereiro de 2022, bloquearam grande parte dos bancos russos do SWIFT.

²⁹ *Mir* não é uma sigla, mas sim uma palavra do idioma russo que pode significar tanto “paz” quanto “mundo”.

possuindo participantes em outros continentes. Já o *Mir* é utilizado por IFs de diversos países, tanto em países que faziam parte da URSS, como Armênia, Cazaquistão e Uzbequistão, mas também por outros países como Coréia do Sul e Turquia.

Falando especificamente do Brasil, o principal marco dessa evolução do meio técnico-científico informacional nas finanças é a implementação do SPB (Sistema de Pagamentos Brasileiro). Implementado em 2002, “o Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) é considerado pelo Banco Central do Brasil como uma sequência lógica das políticas públicas de fortalecimento do sistema financeiro brasileiro” (CONTEL, 2009, p. 126) após o PROES e o PROER. A preocupação que originou o SPB para o funcionamento organizacional do SFN. Contel (2006; 2009) apresenta o SPB como um conjunto de normas com o objetivo de regular as transações diárias realizadas pelos principais agentes financeiros do território. Anteriormente à implementação do SPB as transações eram realizadas sem a confirmação dos saldos disponíveis nas contas, para saldar essas dívidas. A confirmação ocorria só ao final do dia, e dependendo até 4 ou 5 dias após a transação. Isso aumentava o risco sistêmico. O SPB traz maior segurança e agilidade. Antes da implementação do sistema, o passivo das transações fraudulentas era assumido pelo BC.

Um outro importante marco do meio técnico-científico informacional atrelado às finanças no território foi o surgimento da empresa Tecnologia Bancária S/A (TECBAN). Essa empresa objetivava a instalação de uma rede de caixas eletrônicos no território chamada Banco 24 Horas. Os principais caixas eletrônicos da rede se concentram nas grandes e médias cidades do território brasileiro, sobretudo na Região Concentrada. A rede de terminais operada pela TECBAN contava em 2006 com 47 IFs filiadas, possuindo 2.674 pontos de atendimento espalhados pelo território (CONTEL, 2006). Atualmente em 2022, segundo o site da instituição, são mais de 150 bancos e fintechs que possibilitam fazer transações pelos equipamentos do Banco 24 Horas³⁰.

Após análise dos novos conteúdos técnicos e normativos do território nesse período iniciado em 1994, passamos para análise dos impactos gerados por esses conteúdos. Também como as alterações dos conteúdos técnicos contribuíram na

³⁰ <<https://www.banco24horas.com.br/para-o-mercado-financeiro/o-banco24horas/>> Acessado em 31 de outubro de 2022.

aceleração dos fixos e fluxos do sistema bancário e na organização financeira do território. Um dos primeiros a ser verificado é a evolução da participação dos “tipos de banco” nas intermediações financeiras ocorridas no território. A partir de uma análise tanto a respeito das operações de concessão de crédito quanto ao depósitos realizados existe uma queda significativa dos bancos públicos e caixas estaduais, algo significativo da ação do PROES enquanto conteúdo normativo. Os bancos privados nacionais e bancos estrangeiros tiveram crescimento em ambas operações. Até mesmo as Cooperativas de crédito, que tem uma participação ínfima, tiveram crescimento significativo, quadruplicando sua importância em ambas operações.

Como já mencionado no início do capítulo, uma das marcas do presente período segundo Contel (2006; 2009) é alteração nos fixos geográficos bancários e também o surgimento de outras formas de atendimento bancário, como o teleatendimento e o *internet banking* (DIAS, 2005; DIAS e LENZI, 2009, DIAS et. all, 2011; DIAS, 2017). Uma das características desses fixos (agências bancárias, correspondentes bancários, terminais de autoatendimento, etc) é melhor acessibilidade a serviços bancários pela população. Esses novos fixos e novas formas alteram a topologia bancária, se ocorre a diminuição das agências, em contrapartida, ocorre um aumento desses fixos.

As agências bancárias são, segundo Contel (2006), o fixo geográfico mais importante da topologia bancária tradicional. Elas permitem não apenas a circulação dos fluxos financeiros passem para a produção e circulação nas cidades e regiões onde estão localizadas. Elas também se fazem importantes, pois possuem corpo técnico qualificado sobre concessão de créditos e finanças, como gerentes e outros profissionais conhecedores das realidades econômicas locais. Podem ser importantes para o desenvolvimento regional, pois podem ser usadas como auxílio na implementação de políticas públicas de desenvolvimento social. Elas são importantes enquanto geradoras de emprego e renda, pois toda agência necessita ao mínimo de cinco funcionários para o desempenho de suas funções: um gerente, um auxiliar administrativo, um caixa fixo, um “volante” (*office boy*) e um segurança. Para os municípios pequenos, essa injeção mensal de renda ajuda a movimentar o comércio e serviços.

Outro fixo geográfico bancário importante são os Postos de Atendimento³¹ (PAs). Um posto de atendimento funciona como uma espécie de mini-agência de um banco, mas com estrutura geralmente menor se comparada às agências. Os Postos de Atendimento foram normatizados pela resolução 4.072 de 2012 do BCB. Essa resolução altera outras anteriores, como a 1.082 de 1986 que normatiza a implementação de fixos geográficos bancários como o PAB, o PAT (Posto de Atendimento Bancário Transitório) e PAE (Posto de Atendimento Eletrônico), e também revoga a resolução 2.396 de 1997, que criava os PAA (Posto de Atendimento Avançado). Segundo Contel (2006), os postos³² podem ser instalados dentro de empresas e órgãos públicos para atender os trabalhadores destes locais, mas também podem ser instalados como alternativa a agências bancárias em locais de menor demanda, como municípios pequenos.

A diferença dos PAs para os correspondentes bancários, que abordaremos a seguir, é o fato de os PAs estarem ligados aos bancos enquanto os correspondentes não. Embora o número de PAs tenha diminuído no período entre 1994 e 2004, existe um aumento dos municípios atendidos apenas por PAs (sem agências bancárias). Falando especificamente dos PABs, um dos antecessores dos PAs: em 1994 existiam ao todo 10.125 PABs no território, já em 2004 esse número caiu para 6.677. Já o número de municípios atendidos apenas por esse fixo geográfico sobe de 344 para 714 no mesmo período. Esses dados podem indicar tanto a ação do PROES na redução dos bancos estaduais, já que grande parte dos PABs se encontrava em repartições públicas ou próximos (CONTEL, 2009; 2012) para uso dos servidores públicos, como podem indicar também o surgimento de outro fixo geográfico bancário que viria a tomar o lugar do PAB: o correspondente bancário. No próximo subcapítulo, traremos dados sobre os municípios atendidos apenas por postos, ou seja, que não possuem agências bancárias, no período entre 2010 e 2020

Os correspondentes bancários são regulamentados a partir das resoluções 2.640 de 25 de agosto de 1999 e 2.707 de 30 de março de 2000, ambas assinadas pelo então presidente do BCB Armínio Fraga. Os correspondentes constituem um fixo

³¹ Anteriormente chamados de PABs, antes da resolução 4.072 de 2012 do BCB.

³² Contel (2006) se refere a PABs e não postos (PAs) em seu trabalho. Mas como o mesmo é de um período anterior a resolução 4.072/2012, entendemos que é possível substituir o que o mesmo fala a respeito dos PABs para postos.

geográfico bem simples do ponto de vista logístico e operacional, possuindo grande flexibilidade localizacional. Um correspondente bancário pode abrir dentro de um estabelecimento já em funcionamento, como uma padaria, um mercado, uma casa lotérica, etc. Para a implementação de um correspondente bancário basta apenas um computador com acesso a internet para se conectar ao sistema do banco e um funcionário treinado para operar o sistema. Uma característica importante a respeito desses fixos geográficos é a respeito da mão de obra empregada. O trabalhador dos correspondentes bancários não é um “bancário”, não possuindo os direitos trabalhistas e sindicais dessa categoria. Ele também executa as operações mais simples, como pagamento de contas, pagamento de impostos, cadastro de abertura de contas, depósitos, saques, etc. Podemos caracterizar os correspondentes como precarização do trabalho bancário (DIAS, 2017), uma espécie de terceirização, onde um trabalhador autônomo ou assalariado desempenha funções de um bancário, mas sem a remuneração e carga horária dos mesmos. Dias (2017) define os correspondentes bancários como “objeto híbrido que combina serviço, tecnologia de comunicação e produto” (p. 388). Dias aponta que este tipo de fixo geográfico é a forma sobre como os bancos acharam para cobrir o território, sem necessitar instalar agências.

Podemos notar o aumento vertiginoso desse fixo geográfico no território. Em 2000 haviam 13.731 correspondentes bancários no território, em 2005 se atingiu 69.546 correspondentes (CONTEL, 2006). Um dos principais exemplos de correspondentes bancários é a rede lotérica da CEF, praticamente distribuída por todo território nacional, muitas vezes sendo a responsável pelo atendimento bancário da população que mora distante de agências bancárias. Outro exemplo de correspondente bancário atuando em nível nacional, é o Banco Postal criado em 2001, a partir de parceria do banco privado Bradesco S.A com os Correios, onde era possível utilizar a rede de agências dos Correios como correspondentes do Bradesco, sendo possível a abertura de contas, depósitos e outras operações. Em leilão realizado no ano de 2011, o banco público BB foi o ganhador, passando então a administrar a rede de atendimento do Banco Postal no território nacional. Regionalmente no RS, o banco público estadual Banrisul possui os Banripontos, segundo o site do banco³³, são

³³ https://www.banrisul.com.br/bob/link/bobw20hn_conteudo_detalhe2.aspx?secao_id=1840 Acessado em 25 de setembro de 2022.

“estabelecimentos comerciais conveniados onde você efetua pagamentos, depósitos, saques entre outros serviços”.

Segundo dados do IPEA (2010) entre 2000 e 2010, subiu de 8.400 unidades lotéricas para 10.443. O processo de abertura de correspondentes bancários é benéfico tanto para o comerciante que decide abrir, pois passa a contar com um fluxo maior de clientes em seu estabelecimento, quanto para as IFs, que diminuem custos operacionais. O fato de estarem inseridos muitas vezes em lugares já conhecidos da população, possibilita o uso desse fixo sobretudo por uma parcela populacional antes não bancarizada (CONTEL, 2006; DIAS, 2017). É importante ressaltar que o governo federal fez uso da rede lotérica, correspondente bancário da CEF, para pagamento de programas sociais. Segundo o IPEA (2010), entre os programas sociais do governo federal pagos pelos correspondentes CEF (lotéricas sobretudo) estavam: a) Benefícios do INSS (apenas para beneficiários que recebem pela CEF); b) FGTS e créditos complementares; c) Notificação de Seguro-Desemprego – Assistência financeira temporária ao trabalhador desempregado; d) PIS/Abono – Cotas ou rendimentos do PIS pagos ao trabalhador cadastrado no programa. Programas de distribuição de renda, ou chamados pelo IPEA (2010) de Programas da Rede de Proteção Social, também são pagos pelos correspondentes CEF. O trecho a seguir do estudo do IPEA explica esses programas:

Programas da Rede de Proteção Social – Criados pelo governo federal visando à melhoria da qualidade de vida das populações carentes. São eles: Programa Bolsa Família (PBF) Programa Cartão Alimentação (PCA), Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), Benefício Variável de Caráter Extraordinário e Benefício Variável Jovem, além de remanescentes de programas sociais anteriores que ainda não migraram para o Bolsa Família. A CAIXA é responsável pelo pagamento dos benefícios em todos os municípios por meio dos seus diversos canais de atendimento – Correspondentes Caixa Aqui, terminais de autoatendimento, unidades lotéricas e agências próprias. O benefício é sacado por meio do cartão Bolsa Família ou pelo cartão da conta Caixa Fácil, a conta corrente simplificada da CAIXA. (IPEA, 2010 p. 32).

Para finalizar a configuração da topologia bancária tradicional no presente período passamos a análise dos canais eletrônicos, derivados também da inserção do meio técnico-científico informacional. Concomitantemente aos novos fixos geográficos inseridos, como os correspondentes bancários, o surgimento das formas eletrônicas

no atendimento bancário é algo notório do atual período. O próprio surgimento dos Bancos Digitais se insere nesse fenômeno.

Os terminais de autoatendimento (caixas eletrônicos ou ATMs na sigla em inglês), o *internet banking* (incluindo por aplicações móveis em *smartphones*), centrais de atendimento telefônico (call centers), são segundo Contel (2006), exemplo de canais eletrônicos. O uso dos canais eletrônicos pelas IFs interfere diretamente em: a) aumento da produtividade dos bancos; b) alteram qualitativamente a relação entre banco e cliente; c) alteram a relação do sistema bancário com o território. (CONTEL, 2006; DIAS, 2005).

Os terminais de autoatendimento foram implementados no Brasil na década de 1980. Foram primeiramente utilizados dentro das próprias agências bancárias, como forma de diminuir o fluxo dos caixas tradicionais e aumentar a produtividade. Os caixas eletrônicos possibilitam uma série de operações, tornando “desnecessário” o atendimento presencial. Dentre as operações possíveis de serem realizadas estão: a) conferência (e/ou emissão) de saldos e extratos; b) pagamento de boletos bancários; c) saques; d) depósitos em “envelope” (contabilizado apenas ao fim do expediente bancário); e) recargas de celular (a depender do banco); f) pagamento de impostos, como o IPVA; etc.

Já mencionada anteriormente, a Tecban S/A é a empresa responsável pelos caixas da rede “Banco 24 Horas”. Se observarmos a configuração da distribuição dos caixas da rede em 2006, podemos atentar para o fato de mais de 79% do total de caixas estar na região concentrada, principalmente o Sudeste e mais especificamente o estado de São Paulo. Dos 3.026 terminais de autoatendimento existentes no Brasil, 1.234 estavam no estado de São Paulo. Além da empresa Tecban (Banco 24 Horas), já surgem outras redes que oferecem parcerias aos bancos e demais IFs, disponibilizando ATMs. Uma dessas empresas é a *Saque e Pague*, que já possui parcerias com bancos, como o Banrisul, o Banco Inter e outros³⁴. Uma diferença dos serviços da Saque e Pague em relação ao Banco 24 Horas, e até dos caixas

³⁴ Segundo o site da Saque e Pague, são cerca de 30 os parceiros que possibilitam saques, depósitos e outras operações através de seus equipamentos. São bancos tradicionais, mas de atuação local como Banrisul, Banestes, Banese e Banpará, mas também bancos digitais como Inter e Agibank, além de cooperativas de crédito, como a Sicredi e Unicred. <<https://www.saqueepague.com.br/parceiros-e-servicos>>. Acessado em 31 de outubro de 2022.

eletrônicos próprios dos bancos, é a possibilidade de depositar sem envelope, com o dinheiro entrando na conta destinatário praticamente de forma instantânea.

Além dos terminais de empresas como a Tecban e a *Saque e Pague*, os bancos utilizam também seus próprios ATMs (caixas eletrônicos), presentes em agências, postos de atendimento (antigos PABs), postos de atendimento eletrônicos (PAEs) e em áreas destinadas à instalação de caixas eletrônicos em comércios e locais públicos. Os ATMs próprios dos bancos, de forma geral, possuem um vínculo com as agências. Dos 149.736 ATMs em 2005, havia 37.767 dentro das agências e 77.563 em ante-salas de autoatendimento, totalizando 115.330 ligados a agências. Desses 149.736 ainda haviam 19.197 em locais públicos e 15.209 em postos de atendimento (CONTEL, 2006). Não obtivemos dados mais atualizados sobre a quantidade e distribuição de terminais de autoatendimento em consulta ao Dados Abertos do BCB, mas conseguimos o dado que em dezembro de 2020 eram 28.467 PAEs, além dos caixas eletrônicos presentes nas 18.684 agências bancárias em 12.029 postos de atendimento (BCB, 2022).

As centrais de atendimento telefônico são outro dos principais canais eletrônicos do atual período histórico. Apesar de seu uso ter iniciado antes da automação bancária dos anos 1980, a partir do anos 1990 esse método foi aprimorado. Se antes nas operações bancárias realizadas por telefone se fazia necessário o atendimento de um atendente, no período iniciado em 1994 a novidade eram atendimentos mais simples, como consultas de saldos, serem de formas “automáticas”.

Para continuar falaremos das formas virtuais de realizar transações bancárias, possibilitando realizar operações de maneira remota. Os bancos tradicionais começam a operar a partir de aplicativos móveis e sites. Por volta de 2010 surge no Brasil, um novo tipo de instituição bancária, os chamados “bancos digitais”. São instituições financeiras que oferecem a maior parte de seus serviços, inclusive a abertura de contas bancárias, apenas por aplicativos. A exceção vem a ser os saques que necessitam a utilização de alguma rede de autoatendimento (caixas eletrônicos) conveniada, como a Tecban 24 Horas e a *Saque e Pague*.

Como já falamos no Capítulo 2, os bancos digitais são um dos tipos de *fintechs*, *startups* que atuam no ramo de serviços financeiros. Segundo dados da

FintechLab de agosto de 2020, existem 689 *fintechs* atuando no Brasil, de diferentes tipos: pagamentos, gestão financeira, empréstimos, investimentos, criptomoedas, seguros, negociação de dívidas e bancos digitais. Dessas 689 *fintechs*, 17 eram bancos digitais.

Em trabalho publicado anteriormente a respeito dos bancos digitais (MOURA, OLIVEIRA, 2021), conseguimos obter alguns resultados a respeito desse tipo de banco. Uma das principais características obtidas é o fato da maioria desses bancos serem ligados a instituições financeiras já consolidadas, que já atuavam no mercado como bancos comerciais, bancos múltiplos, corretoras de valores mobiliários, etc. É o caso dos bancos Next, pertencente ao Bradesco, BTG Pactual Digital, ligado ao BTG Pactual, Sofisa Direto, ligado ao Banco Sofisa, entre outros. Alguns outros já surgem digitais desde sua origem, como é o caso do Nubank, *startup* de origem brasileira, que atingiu o feito de ser a terceira *startup* do Brasil a virar “unicórnio”, termo que se designa as *startups* que atingem o valor de mercado de U\$ 1 bilhão, e também do Banco Maré. O fato de a maioria dos bancos digitais ser ligado a bancos tradicionais também é notado por Contel (2020a), que inclusive aponta que existe uma dificuldade de conceituar com precisão o que seriam bancos digitais.

No decorrer do trabalho, aprofundamos os debates da virtualização dos serviços bancários, falando também sobre a implementação do PIX, além de aprofundar os debates sobre bancos digitais e *fintechs*. Como vem sido apontado desde a introdução, a nossa hipótese sobre o fechamento de agências bancárias em cidades do interior está fortemente relacionada sobre os avanços tecnológicos do setor de serviços bancários. No próximo subcapítulo, buscamos trazer como as transformações dos serviços bancários têm impactado o espaço geográfico. É possível observar que na última década houve diminuição do número de agências bancárias, ao mesmo tempo que houve aumento do número de municípios desassistidos por agências.

4.5 - Transformações no atendimento bancário no Brasil entre os anos de 2010 e 2020.

Neste subcapítulo apresentamos as transformações no atendimento bancário, por todo território nacional durante a segunda década do século XXI³⁵. Conseguimos observar que no período entre 2010 e 2020, houve diminuição no número total de agências bancárias no território nacional, além também do aumento do número de municípios desassistidos por esse fixo geográfico. Mas é interessante notar que na primeira metade desta década, entre 2010 e 2015, houve um suave aumento do número de agências por estado, além de uma suave diminuição do número de municípios sem agências. Porém, até 2020 esses números voltam a indicar diminuição do número de agências bancárias, com números menores a 2010. No quadro 1, apresentamos o quantitativo de agências bancárias distribuídas por UFs.

Quadro 1- Agências bancárias distribuídas por UF nos anos de 2010, 2015 e 2020.

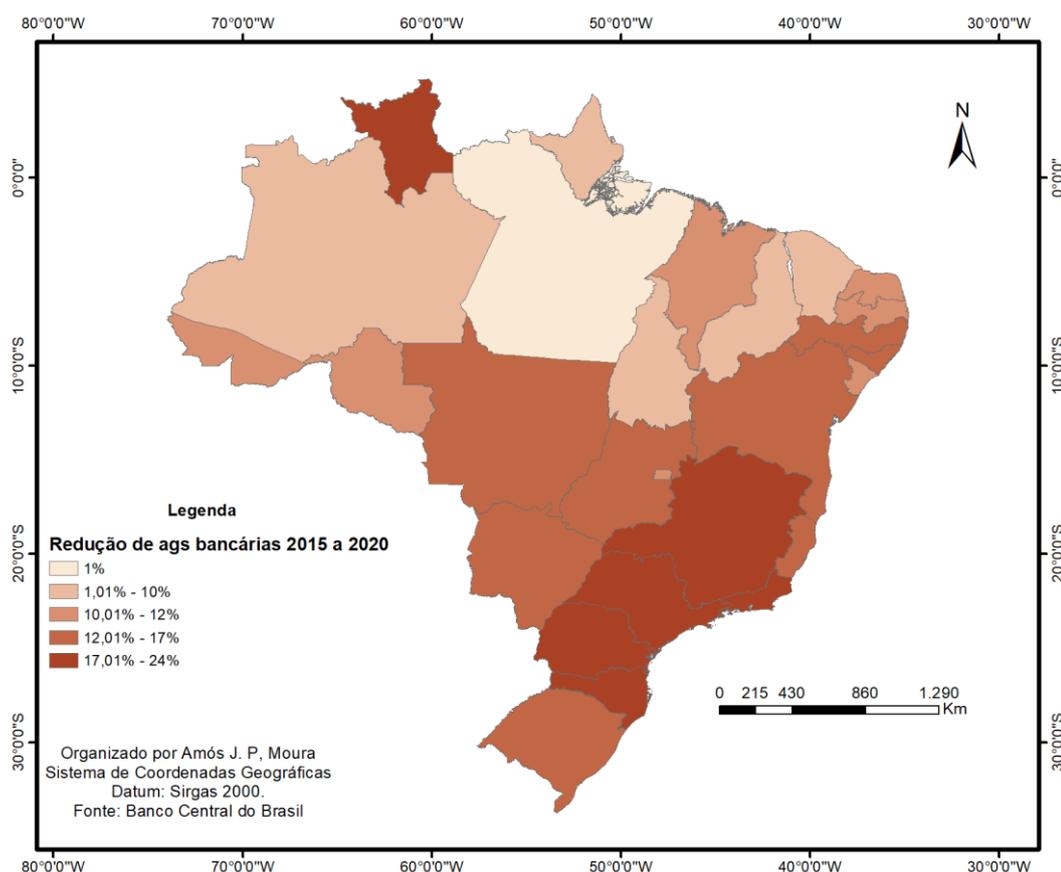
Estados	2010	2015	2020
Alagoas	144	200	169
Bahia	843	1.098	925
Ceará	400	505	457
Maranhão	263	358	318
Paraíba	195	244	216
Pernambuco	519	615	524
Piauí	125	175	159
Rio Grande do Norte	166	208	184
Sergipe	173	216	191
Acre	43	62	55
Amapá	39	49	44
Amazonas	176	215	200
Pará	341	513	510
Rondônia	109	147	130
Roraima	25	36	28
Tocantins	99	127	114

³⁵ Nos demais subcapítulos do capítulo 4, abordamos as transformações com base na periodização proposta por Contel (2006, 2011). Neste subcapítulo, continuamos abordando o período iniciado em 1994, mas falando especificamente das transformações ocorridas entre os anos de 2010 e o de 2020, sobretudo as alterações na oferta e cobertura dos serviços bancários em todo território nacional.

Distrito Federal	349	452	397
Goiás	614	744	618
Mato Grosso	292	340	294
Mato Grosso do Sul	257	293	245
Espírito Santo	402	461	391
Minas Gerais	1.962	2.236	1.749
Rio de Janeiro	1.865	2.102	1.671
São Paulo	6.622	7.132	5.567
Paraná	1.360	1.567	1.254
Rio Grande do Sul	1.542	1.772	1.542
Santa Catarina	888	959	732
Total	19.813	22.826	18.684

Fonte: Banco Central do Brasil, 2022.

Apesar de no período entre 2010 e 2015 ter havido aumento no total de agências bancárias no território nacional, passando de 19.813 para 22.826, este número cai para 18.684 agências em 2020. Todas as UFs apresentaram queda do número de agências bancárias, mas essa perda de agências proporcionalmente foi mais intensa em algumas regiões se comparadas a outras, como podemos observar pelo mapa abaixo.



Mapa 2: proporção da diminuição de agências bancárias por UF entre 2015 e 2020. Fonte: BCB (2022).

Como pode ser observado no mapa, as UFs que tiveram maior perda proporcional de agências foram as da “região concentrada”, sobretudo os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Santa Catarina, o estado com maior perda proporcional, perdeu 23,7% de suas agências, passando de 959 em 2015 para 732 em 2020. O norte do Brasil em geral possui os estados com menor perda proporcional de agências, embora Roraima tenha tido uma redução proporcional alta de agências, de 22,2%, foram apenas 8 agências em números absolutos. Essa alteração do número de agências existentes no território nacional, está relacionada diretamente com o aumento do número de municípios desassistidos por agências bancárias no quadro 2.

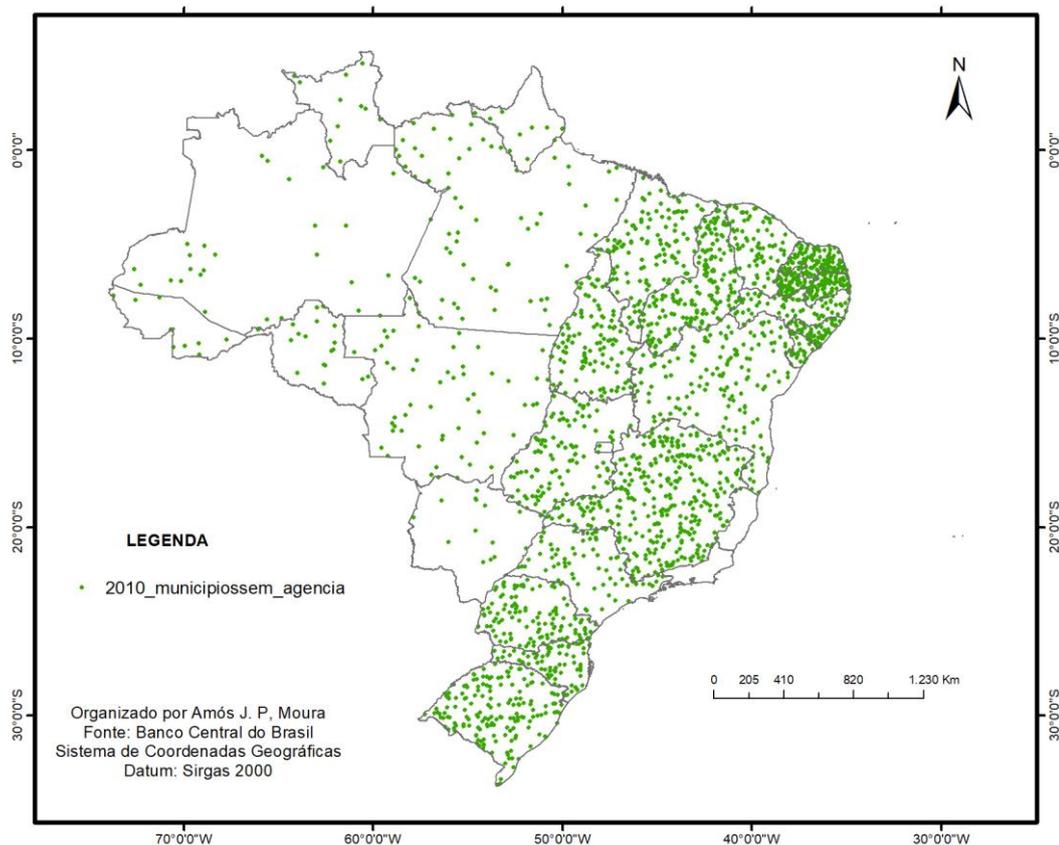
Quadro 2 - Municípios sem agências bancárias por UF nos anos de 2010, 2015 e 2020.

Estados	2010	2015	2020
Alagoas	57	52	62
Bahia	147	132	173

Ceará	76	71	82
Maranhão	117	97	115
Paraíba	158	155	176
Pernambuco	56	54	85
Piauí	179	176	183
Rio Grande do Norte	121	119	129
Sergipe	25	25	29
Acre	9	6	6
Amapá	9	7	8
Amazonas	27	20	20
Pará	65	40	21
Rondônia	18	15	17
Roraima	11	9	10
Tocantins	107	104	110
Distrito Federal	2	2	2
Goiás	100	99	107
Mato Grosso	56	53	58
Mato Grosso do Sul	16	15	17
Espírito Santo	0	0	0
Minas Gerais	330	329	406
Rio de Janeiro	0	0	0
São Paulo	66	90	130
Paraná	117	116	144
Rio Grande do Sul	166	134	142
Santa Catarina	68	69	114
Total	2.103	1.989	2.346

Fonte: BCB (2022).

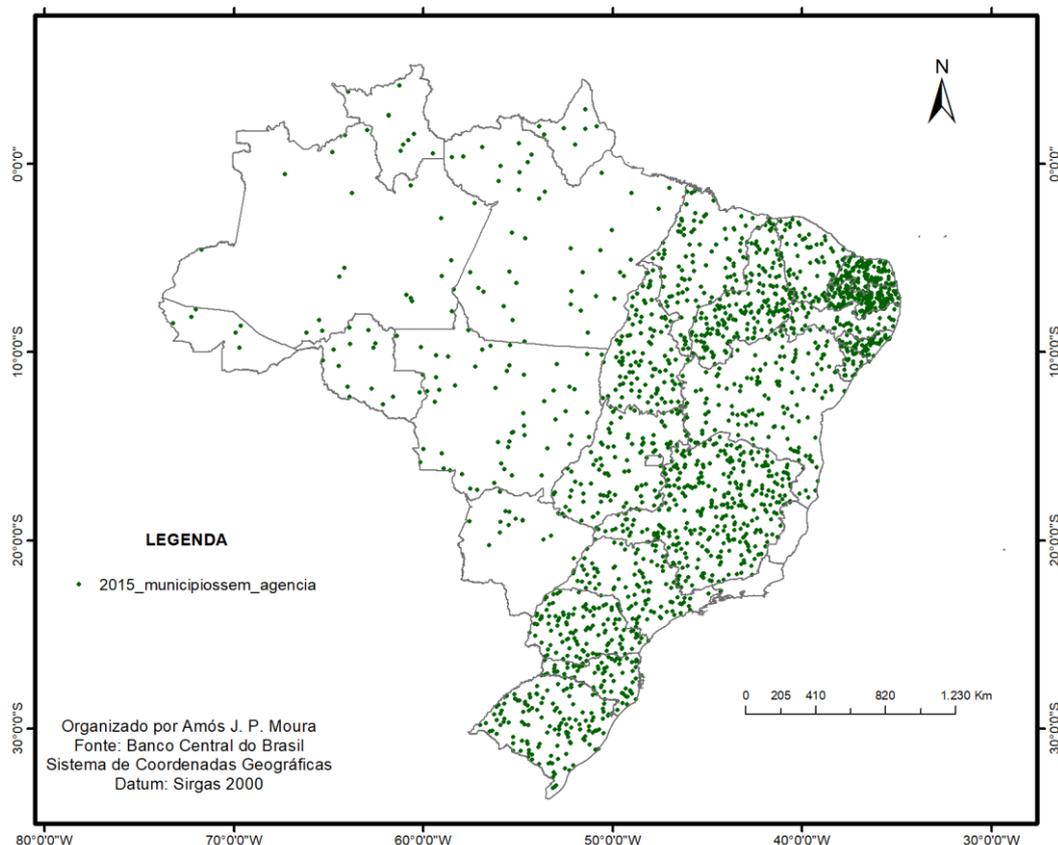
Os três mapas abaixo apresentam espacialmente esse aumento dos municípios desassistidos por agências bancárias.



Mapa 3: municípios sem agências bancárias no Brasil em 2010. Fonte: BCB (2022).

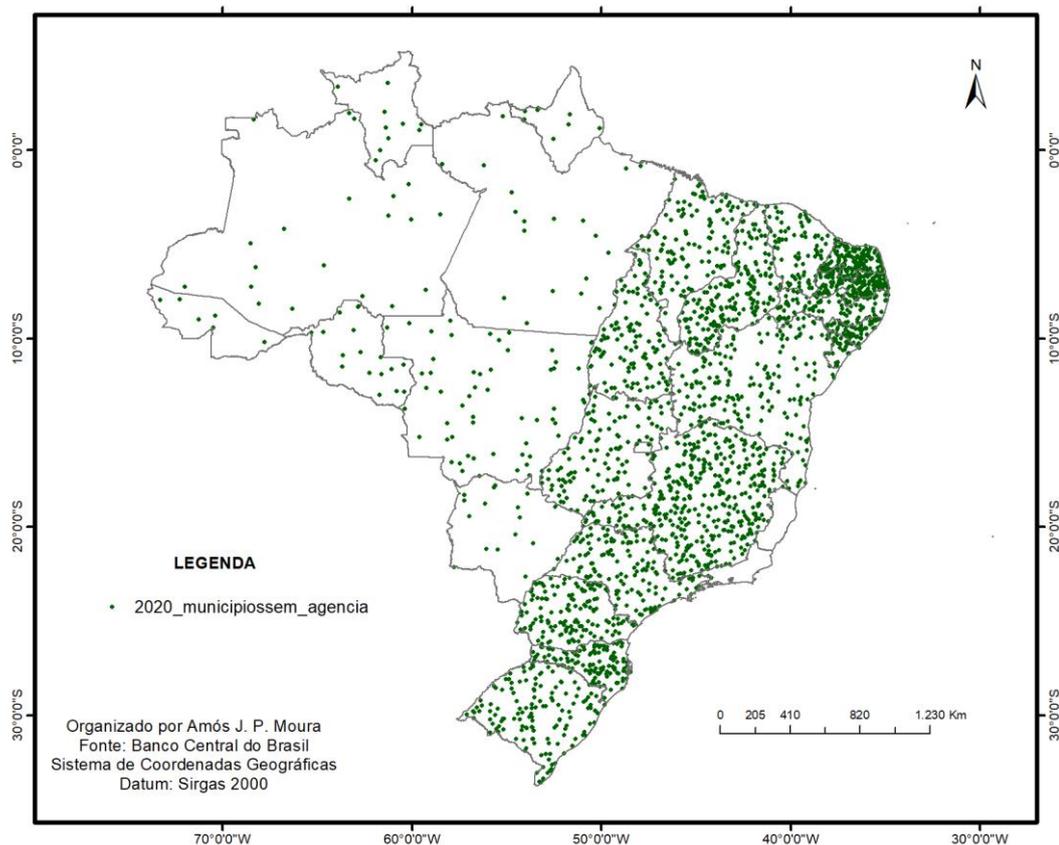
Nesse primeiro mapa podemos observar que a maior concentração de municípios desassistidos por agências bancárias se encontra no nordeste do país, seguido pelos estados da região concentrada. No norte do país existe uma densidade pequena de municípios desassistidos por agências bancárias, mas é importante ressaltar que nesta região o tamanho do território dos municípios costuma ser grande, com os estados geralmente possuindo um número baixo de municípios³⁶.

³⁶ Os estados da Região Norte costumam apresentar poucos municípios, mas com grande extensão territorial. Por exemplo, o Pará possui uma área de 1.248.000 km², quatro vezes maior que a do Rio Grande do Sul, de apenas 281.000 km², mas possui um número três vezes menor de municípios: PA possui 143 municípios e o RS possui 497 municípios. Também no PA encontra-se o maior município do Brasil, Altamira, com área de 159.533 km².



Mapa 4: municípios sem agências bancárias no Brasil em 2015. Fonte: BCB (2022).

Entre 2010 e 2015 ocorreu uma redução do número de municípios desassistidos por agências bancárias, com esse número sendo reduzido em 114 municípios no Brasil inteiro, conforme pode ser observado no quadro 2. Mas, como observamos através do mapa 4, essa redução não altera muito a distribuição dos municípios sem agências no território nacional.



Mapa 5: municípios sem agências bancárias no Brasil em 2020. Fonte: BCB (2022).

Entre os anos de 2015 e 2020, o número de municípios desassistidos por agências voltou a crescer, como pode ser observado no quadro 2, sendo a região Nordeste a que possui mais municípios desassistidos por agências bancárias, como pode ser observado no mapa 5 apresentado acima.

Esse aumento do número de cidades que não possuem agências bancárias, que pode ser observado nos três mapas acima, ocorre concomitantemente com a diminuição do número de agências em todo território nacional e se acentua após o ano 2015, algo que se evidencia no quadro apresentado abaixo. O quadro 3 traz os dados já apresentados no quadro 2, a respeito do número de municípios desassistidos por agências bancárias no período entre 2010 e 2020, mas apresentados com intervalos de dois anos, e também apresentados por região do país ao invés de UF como é feito no quadro 2, para assim facilitar a visualização desta tendência ao aumento de municípios sem agências bancárias a partir do ano de 2015.

Quadro 3 - Municípios desassistidos por agências bancárias por Região do Brasil entre 2010 e 2020.

	2010	2012	2014	2015	2016	2018	2020
Nordeste	936	847	847	881	881	953	1034
Norte	246	203	200	201	191	194	192
Centro-Oeste	174	162	162	169	170	178	184
Sudeste	396	380	408	419	439	508	536
Sul	351	327	307	319	325	392	400
TOTAL	2103	1919	1924	1989	2006	2225	2346

Fonte: BCB (2022)

A partir da análise do quadro 3, é possível observar que na primeira metade da década de 2010 o número de municípios sem agências reduz levemente ou se mantém estável na maior parte das regiões do país, com todas as regiões apresentando queda entre 2010 e 2012. Entre 2012 e 2014 a região Sudeste tem crescimento do número de municípios sem agências, com as demais regiões seguindo em queda ou mantendo estabilidade. A partir de 2014 é possível verificar aumento dos municípios desassistidos em todas as regiões do país.

Embora a tendência de diminuição das agências bancárias seja mais evidente em municípios do interior, sobretudo em municípios menores, nas capitais estaduais também ocorreu diminuição da quantidade de agências bancárias. No quadro abaixo é possível ver o número de agências por capitais de UFs (capitais estaduais e do DF) nos anos de 2010, 2015 e 2020.

Quadro 4 - Número de agências bancárias por capital de UF em 2010, 2015 e 2020.

CAPITAIS	2010	2015	2020
Maceió/AL	68	76	68
Salvador/BA	251	289	244
Fortaleza/CE	169	192	172
São Luís/MA	72	86	82
João Pessoa/PB	68	79	79
Recife/PE	199	214	182
Teresina/PI	48	55	51
Natal/RN	74	82	70

Aracaju/SE	64	77	68
Rio Branco/AC	22	26	24
Macapá/AP	27	32	28
Manaus/AM	110	126	112
Belém/PA	110	124	108
Porto Velho/RO	33	40	33
Boa Vista/RR	19	25	21
Palmas/TO	26	33	31
Brasília/DF	249	452	397
Goiânia/GO	198	225	170
Cuiabá/MT	73	84	68
Campo Grande/MS	98	106	88
Vitória/ES	95	100	83
Belo Horizonte/MG	419	454	339
Rio de Janeiro/RJ	1140	1236	934
São Paulo/SP	2431	2544	2019
Curitiba/PR	356	390	317
Porto Alegre/RS	343	376	314
Florianópolis/SC	95	101	79

Fonte: BCB (2022).

Todas as capitais tiveram crescimento do número de agências bancárias entre 2010 e 2015 na maioria das capitais de UFs. Mas esses números voltaram a cair entre 2015 e 2020, retornando para quantidades iguais a 2010 ou ainda menor em grande parte das capitais. Embora muitas capitais apresentassem em 2020 um número de agências superior ao que tinham em 2010, como Brasília e Fortaleza, mesmo assim seus números de agências bancárias são inferiores ao que apresentavam no ano de 2015, indicando que tiveram fechamento de agências na segunda metade da década. Por fim, um último dado sobre o atendimento bancário que pretendemos apresentar é o do número de municípios que não possuem agências, mas possuem postos bancários. Como já abordamos no subcapítulo 4.4, os postos são uma forma que os bancos utilizam para conseguir atender territórios que a demanda por agências bancárias não é tão grande, conseguindo assim realizar um atendimento presencial sem possuírem grandes custos operacionais, pois a instalação de um posto tende a ser menos dispendiosa que a de uma agência.

Quadro 5 - Municípios sem agências mas com postos de atendimento por região nos anos de 2012, 2015 e 2020.

	2012	2015	2020
Nordeste	740	674	789
Norte	173	164	149
Centro-Oeste	151	147	157
Sudeste	373	384	455
Sul	325	310	389
TOTAL	1.762	1.679	1.939

Fonte: BCB (2022)

Como já explicado no subcapítulo 4.4, em decorrência da Resolução 4.072 de Abril de 2012 do BCB, que unificou diferentes estruturas como PAB, PAA (Posto Avançado de Atendimento), PCO (Posto de Compra de Ouro), entre outros, apenas como postos de atendimento, torna-se difícil fazer comparações temporais que envolvam esse tipo de dependência bancária com dados anteriores a esse ano. Portanto, analisando entre 2012 e 2020, é possível perceber que houve um aumento do número de municípios com apenas esse tipo de atendimento. Também é possível observar, ao compararmos o quadro 5, que apresenta os municípios atendidos apenas por postos, com os quadros 2 e 3 que apresentam os municípios sem agências, percebe-se que os bancos continuam atendendo grande parte dos municípios, mas ao invés de agências eles atuam através de postos.

Por fim, neste subcapítulo foi possível verificar a queda da quantidade de agências bancárias ocorre paralelamente ao aumento dos municípios desassistidos por esse fixo geográfico em todo território nacional. Essa queda pode se dar por alguns motivos relacionados à reestruturação do atendimento bancário e a forma como os bancos utilizam para atender seus clientes. Algumas hipóteses, que serão melhor abordadas no próximo capítulo, trata sobre as possibilidades que a tecnologia trouxe ao autoatendimento. Nos últimos anos foi possível observar uma proliferação cada vez maior do uso de ferramentas remotas para transações bancárias, como a chegada das *fintechs* e bancos digitais ao mercado de serviços financeiros, além de aplicativos ofertados pelos próprios bancos tradicionais para fazer frente aos digitais na concorrência por novos clientes. A possibilidade de os usuários realizarem o

autoatendimento de forma remota pode levar a uma menor demanda em procurar agências bancárias para realizar determinadas operações.

CAPÍTULO 5 - REESTRUTURAÇÃO DO ATENDIMENTO BANCÁRIO NOS MUNICÍPIOS SELECIONADOS.

Este capítulo analisa o processo de reestruturação dos serviços bancários nos municípios de Capão do Leão, Cristal, Chuí, Pedro Osório e Piratini. Para isso, este capítulo é dividido em três partes (subcapítulos). Na primeira parte, trazemos uma breve caracterização dos municípios que compõem a área de estudo, abordando alguns dados econômicos e populacionais dos municípios. Na segunda parte deste capítulo, trazemos os dados quantitativos a respeito da alteração do atendimento bancário nos cinco municípios selecionados, para assim entender melhor. Por fim, na terceira e última parte do capítulo são analisadas as entrevistas, com trabalhadores das agências bancárias dos municípios e lideranças sindicais bancárias.

A partir da visão de gerentes bancários dos cinco municípios abordados neste estudo, além das lideranças sindicais bancárias que atendem a área de abrangência destes cinco municípios, localizados na região sul do estado do Rio Grande do Sul, buscamos entender como o processo de reestruturação dos serviços bancários é entendido por quem está diretamente relacionado a eles. Como já abordado no Capítulo 1, onde são apresentados quais processos metodológicos utilizados, e visão dos gerentes bancário e sindicatos foi obtida a partir da realização de entrevistas semiestruturadas.

5.1 - Caracterização da área de estudo.

A região dos municípios escolhidos para o presente estudo possui sua economia voltada sobretudo à produção agrícola, sendo grande produtora arroz, soja e pecuária, embora o aglomerado urbano de Pelotas - Capão do Leão e Rio Grande tenha relativo desenvolvimento industrial, com destaque ao setor alimentício. Mas de forma geral a região sul do estado do RS se caracteriza por ser uma região com um desenvolvimento econômico inferior ao restante do estado, algo derivado sobretudo a partir do modo como se deu a colonização desta região, dominada por grandes propriedades estancieiras destinadas sobretudo a produção de charque (MAGNOLI et. al., 2001; NETO et. al, 2007).

Nos aspectos físicos e naturais, a região dos municípios tem como característica estar inserida quase totalmente na planície costeira sulriograndense, caracterizada pelo relevo plano. A exceção vem a ser os municípios de Cristal e

Piratini, já inseridos na região do escudo cristalino, possuindo um relevo mais acidentado (SIMON, 2007; SIMON, SILVA, 2015; MAGNOLI et. al., 2001).

Ao utilizarmos o recorte do COREDE³⁷ SUL³⁸ e compararmos com o restante do RS, é perceptível que além dos índices econômicos, alguns indicadores sociais também são defasados em relação à média estadual. Por exemplo, enquanto a taxa estadual (de todo o RS) de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais, segundo o IBGE (2010) é de 4,53%, na região do Corede Sul esse índice chega a 5,99%. As taxas de expectativa de vida também são menores na região do Corede Sul do que em relação ao estado, sendo 69,54 anos no Corede contra 75,38 anos do estado. As taxas de mortalidade são 8,64 para mil nascidos vivos no RS, contra 9,01 para mil nascidos vivos na região do Corede Sul. Esses dados, obtidos no IBGE e na FEE, ajudam a evidenciar um cenário de menor desenvolvimento social e econômico da área de estudo escolhida, justificando a necessidade de estudos que colaborem no diagnóstico das características dessa região, para assim poder contribuir com seu desenvolvimento.

O município de Capão do Leão é criado pela Lei Estadual 7.647 de 03 de Maio de 1982, quando se emancipa de Pelotas. A população em 2010, na realização do Censo Demográfico, era de 24.298 habitantes, sendo a população urbana do município de 22.382 habitantes, 92,11% do total, e a população rural de 1.916 habitantes, 7,89%. A população estimada para 2021 do município é de 25.462 habitantes. O município tem por característica uma forte relação com o município de Pelotas, com movimentos pendulares constantes de seus habitantes para Pelotas, onde muitos estudam, trabalham e procuram serviços indisponíveis em Capão do Leão. O município de Capão do Leão também possui um campus da UFPel. Capão do Leão é limítrofe aos municípios de Arroio Grande e Pedro Osório ao sul, Cerrito ao oeste, Morro Redondo ao noroeste, Pelotas ao nordeste e Rio Grande a sudeste.

³⁷ Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento - COREDEs - foram criados pela Lei Estadual 10.283 de 17 de outubro de 1994, com o objetivo de serem fóruns para a discussão de políticas e ações para promover o desenvolvimento regional. Atualmente são 28 COREDEs.

³⁸ O COREDE Sul é composto por 22 municípios, que são Amaral Ferrador, Arroio do Padre, Arroio Grande, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Chuí, Herval, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, Santana da Boa Vista, São José do Norte, São Lourenço do Sul Tavares e Turuçu.

O município de Chuí, o município mais austral do Brasil, localizado na fronteira com a cidade de *Chuy* no Uruguai, foi criado pela Lei Estadual 10.666 de 28 de dezembro de 1995, quando foi desmembrado e emancipado de Santa Vitória do Palmar. A história da ocupação na região inicia ainda no século XVIII com disputas entre Portugal e Espanha pela região entre o Taim e o Arroio Chuí, que ganharam inclusive o nome de Campos Neutrais, pois segundo tratado assinado em 1777 essa região não poderia ser ocupada nem por portugueses, nem espanhóis. Portugal jamais respeitou tal tratado, sendo somente em 1851 que o Uruguai reconheceu os Campos Neutrais como pertencentes ao império brasileiro. Atualmente, o único município limítrofe de Chuí do lado brasileiro é Santa Vitória do Palmar, de onde se emancipou, sendo quase que cercado por esse município a sudeste, leste, nordeste, norte e noroeste³⁹, e com o município uruguaio de *Chuy* ao sul e sudoeste. Por ser um município fronteiro, Chuí atrai fluxos constantes de pessoas passando por ali para se deslocar entre Brasil e Uruguai, sendo um dos motivos da atração de fluxos brasileiros os *free shops* do lado uruguaio da fronteira. A população em 2010, segundo o Censo Demográfico (IBGE), era de 5.917 habitantes, sendo 5.697 residentes urbanos, 96,28% do total, e 220 residentes rurais, 3,72% do total de habitantes. A estimativa populacional para 2021 era de 6.832 habitantes.

O município de Cristal é criado pela Lei Estadual 8.583 de 29 de Abril de 1988. Esse município surge a partir do desmembramento de distrito homônimo, até então constituinte do município de Camaquã. O município surge a partir da área da “Estância do Cristal”, antiga propriedade da família do líder farroupilha Bento Gonçalves da Silva, que começou a ser ocupada no ano de 1961. A Lei Municipal 263 de 15 de setembro de 1965, que divide Camaquã em nove distritos (incluindo a sede), transformou Cristal no 7º Distrito de Camaquã. Atualmente, o município de Cristal é limítrofe a norte e nordeste com Camaquã, ao sul com São Lourenço do Sul, a oeste com Canguçu e noroeste com Amaral Ferrador. Segundo o Censo Demográfico (IBGE), em 2010 o município de Cristal possuía uma população de 7.280 habitantes, sendo 4.077 residentes urbanos, 56% do total de habitantes, e 3.203 residentes rurais, 44% do total de habitantes, sendo o município com maior proporcionalidade de

³⁹ Tanto o balneário Barra do Chuí, faixa litorânea mais próxima de Chuí, quanto a parte mais próxima da costa da Lagoa Mirim do lado brasileiro de Chuí fazem parte do município de Santa Vitória do Palmar.

população rural entre os selecionados. A estimativa populacional para 2021 era de 8.121 pessoas.

O município de Pedro Osório foi criado pela Lei Estadual 3.735 de 3 de abril de 1959. A sede do município estava nas localidades de Cerrito e Vila Olímpo, portanto a emancipação de Cerrito pela Lei Estadual 10.656 de 29 de dezembro de 1995 altera o território de Pedro Osório. O povoamento na área onde hoje é o município iniciou em 1872, com o território do município ainda sendo constituinte do município de Jaguarão. Foi elevado à categoria de Vila em 1938, com o nome de Olimpo. O município de Pedro Osório à leste com Capão do Leão, à sul e sudeste com Arroio Grande, à oeste com Herval e à norte com Piratini e Cerrito, sendo a sede de Pedro Osório e Cerrito localizada a uma distância de cerca de 1 km, separadas apenas pelo Rio Piratini e a ponte que liga as duas cidades. A população em 2010, na realização do Censo Demográfico (IBGE) era de 7.811 habitantes, sendo 7.301 residentes urbanos, 93,47% do total de habitantes e 510 residentes rurais, 6,53% do total. A estimativa populacional para o ano 2021 previa queda do número de habitantes, diminuindo para 7.683.

Dos cinco municípios selecionados para este estudo, o mais antigo é o de Piratini. O início da colonização por 48 casais açorianos começou em 1789. Em 03 de Abril de 1810, por ato do Príncipe Regente Dom João, é elevada à categoria de Freguesia com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Piratini. Posteriormente elevada à categoria de Vila em 15 de Abril de 1830. Em 1836 é elevada à categoria de cidade, sendo escolhida como capital da República Rio-grandense durante o período da Revolução Farroupilha (ocorrida entre 1835 e 1845). Por ser um dos municípios mais antigos do RS, Piratini sofreu muitas perdas territoriais para municípios vizinhos que se emanciparam ao longo dos anos. Segundo o Censo de 2010 (IBGE), a população do município era de 19.841 pessoas, sendo a população urbana 11.570, 58,31% dos habitantes, e a população rural 8.271 pessoas, 41,69% do total de habitantes. A estimativa para 2021 é de 20.743 pessoas. A área do município é de 3.537,799 km², sendo limítrofe de Pedro Osório e Herval ao sul, Pinheiro Machado ao oeste, Santana da Boa Vista e Encruzilhada do Sul ao norte e Canguçu e Cerrito ao leste.

Os cinco municípios somados têm uma quantidade populacional de 65.147 habitantes (segundo os dados do CD de 2010), sendo 78,33% urbanos e 21,67% rurais. Apenas dois municípios possuem um número de habitantes rurais acima dos 40%, sendo os demais com menos de 10% da sua população sendo rural.

No quadro abaixo, podemos observar os números de habitantes por município, a partir dos dados do censo demográfico realizado em 2010.

Quadro 6 - População total, urbana e rural nos cinco municípios estudados.

	Total	Urbana	Urbana/Percentual	Rural	Rural/Percentual
Capão do Leão	24298	22382	92,11%	1916	7,89%
Chuí	5917	5697	96,28%	220	3,72%
Cristal	7280	4077	56,00%	3203	44,00%
Pedro Osório	7811	7301	93,47%	510	6,53%
Piratini	19841	11570	58,31%	8271	41,69%
TOTAL	65147	51027	78,33%	14120	21,67%

Fonte: IBGE (2022)

Essa diferença de Cristal e Piratini para os demais, evidencia uma menor concentração de terras nesses municípios, com esses municípios possuindo um número maior de pequenas propriedades ligadas sobretudo a produção de fumo e também de alimentos. Enquanto nos demais, sobretudo devido a fatores como a “herança estancieira” (MAGNOLI et. al, 2001) e o relevo mais plano da planície-costeira do RS, a produção agrícola é relacionada à pecuária e o plantio de arroz irrigado produzidos em grandes extensões de terra, é a principal característica das propriedades agrícolas.

5.2 - Atendimento bancários nos municípios da área de estudo entre 2012 - 2022.

Como pode ser analisado no Capítulo 4, a forma como o sistema bancário se instala e utiliza o território vai se transformando com o decorrer do tempo. Na década entre 2010 e 2020, como pode ser observado a partir dos dados apresentados no subcapítulo 4.5, ocorre uma diminuição do número de agências bancárias em todo território nacional, de forma paralela ocorre um aumento do número de municípios desassistidos por esse tipo de fixo geográfico.

Como explicado na Introdução e também no Capítulo 1, neste trabalho procuramos analisar as consequências da reestruturação dos serviços bancários em municípios pequenos da metade sul do RS, sobretudo de municípios próximos da área de influência de Pelotas. Para isso, analisamos dois recortes espaciais, para escolher entre os municípios destes recortes quais seriam investigados. Dos dois recortes o mais amplo, com 22 municípios, é o do Corede Sul, o outro menor com apenas dez municípios é o da Microrregião de Pelotas, totalizando 23 municípios, pois apenas um da microrregião, Cristal, não pertence ao Corede Sul. Antes de abordarmos especificamente os cinco municípios deste estudo, abordamos brevemente como se deu as transformações do atendimento bancário em todos municípios destes recortes. Desta forma, conseguimos ter uma visão mais ampla de como o processo de transformação dos serviços bancários se dá em toda região, principalmente no entorno dos municípios selecionados

No quadro abaixo, apresentamos os dados dos municípios do Corede Sul acrescidos com o município de Cristal. São apresentados a quantidade de agências bancárias disponíveis por município nos meses de março dos anos de 2012 e de 2022, apresentando também quanto cada município ganhou ou perdeu de agências bancárias neste período.

Quadro 7- Comparativo da quantidade de agências bancárias por município do Corede Sul juntamente com o município de Cristal.

Municípios	Ag. Ban. Mar. 2012	Ag. Ban. Mar. 2022	Perda/ganho
Amaral Ferrador	1	1	0
Arroio do Padre	0	0	0
Arroio Grande	4	4	0
Canguçu	5	5	0
Capão do Leão	4	2	-2
Cerrito	2	1	-1
Chuí	3	2	-1
Cristal	1	1	0
Herval	1	1	0
Jaguarão	4	4	0
Morro Redondo	0	0	0

Pedras Altas	0	0	0
Pedro Osório	2	1	-1
Pelotas	31	29	-2
Pinheiro Machado	2	3	1
Piratini	3	2	-1
Rio Grande	18	14	-4
Santa Vitória do Palmar	5	4	-1
Santana da Boa Vista	1	1	0
São José do Norte	3	3	0
São Lourenço do Sul	5	5	0
Tavares	1	1	0
Turuçu	0	0	0
TOTAL	96	84	-12

Fonte: BCB (2022).

Dos 23 municípios, apenas o município de Pinheiro Machado teve aumento de agências bancárias no período, passando de 2 para 3 agências. Todos os demais municípios perderam ou mantiveram a mesma quantidade. É interessante observar que os dois principais centros urbanos da região, que possuem as maiores populações, Rio Grande e Pelotas, também tiveram queda do número de agências. Essa queda nas duas cidades consideradas médias pelo critério do IBGE, corrobora com os dados apresentados no quadro 4, que apresenta a queda nas capitais estaduais, de que essa tendência a diminuição do número de agências não atinge apenas municípios pequenos.

Abaixo, apresentamos e analisamos especificamente os dados que retratam as transformações do atendimento bancário dos municípios selecionados neste estudo, Capão do Leão, Cristal, Chuí, Pedro Osório e Piratini. Primeiro apresentamos os dados do quantitativo de agências nos meses de março de 2012 e março de 2022. O segundo passo é discutir sobre cada município individualmente, quais instituições bancárias fecharam ou passaram a operar naquele município, se nos municípios que houve fechamento de agências bancárias os bancos apenas se retiraram daquele

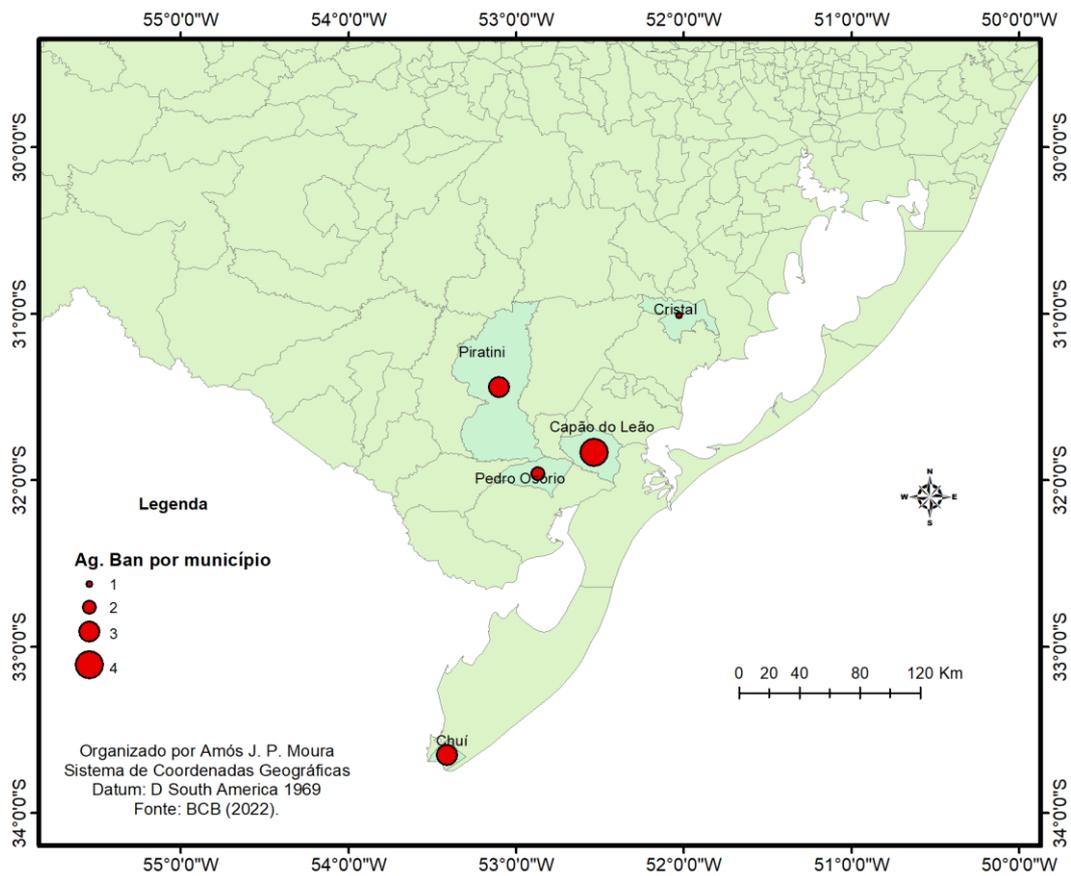
município ou se transformaram em postos de atendimento e, por último, observar a proporcionalidade de atuação de bancos públicos e privados. No quadro abaixo podemos observar o quantitativo de agências nos meses de março de 2012 e 2022.

Quadro 8 - Comparativo de agências bancárias e postos bancários por município selecionado.

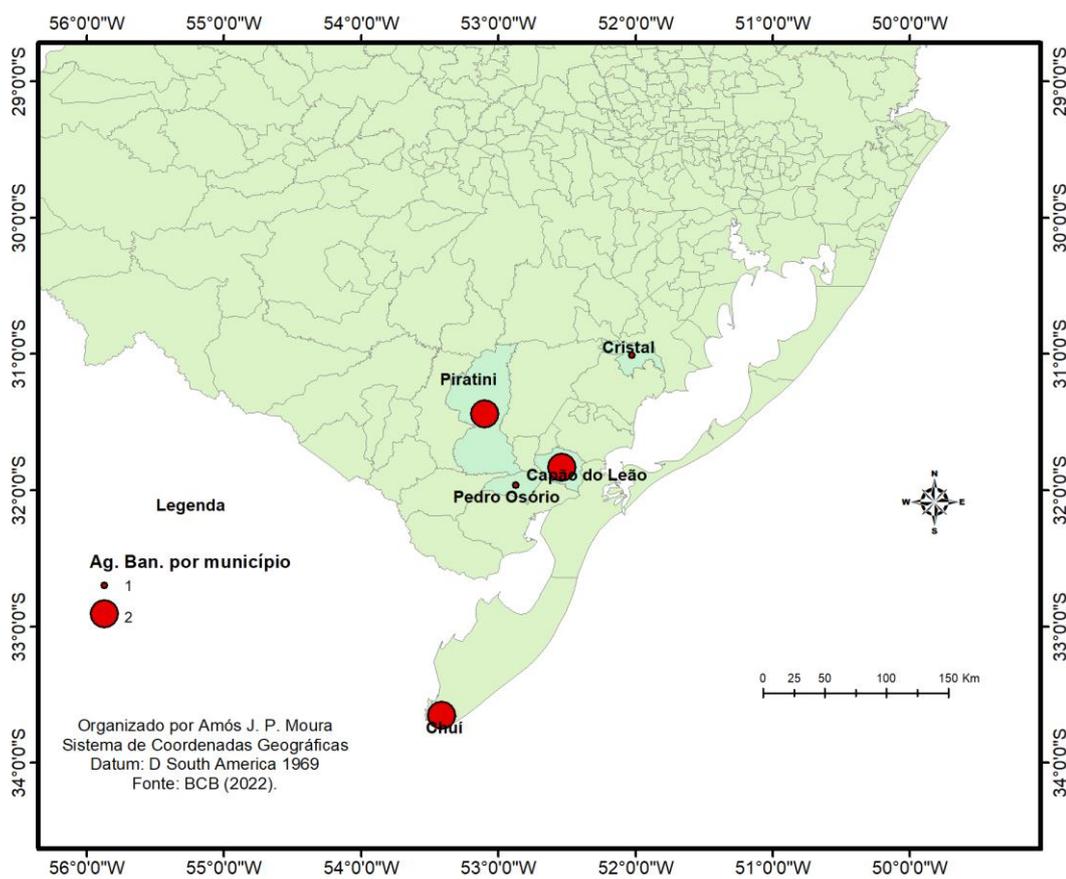
	Ag. ban. mar. 2012	Postos mar. 2012	Ag. ban. mar. 2022	Postos mar. 2022	Perda/ganho Ag. Ban.	Perda/ganho Postos
Capão do Leão	4	4	2	4	-2	0
Chuí	3	1	2	1	-1	0
Cristal	1	1	1	4	0	3
Pedro Osório	2	1	1	2	-1	1
Piratini	3	2	2	3	-1	1
TOTAL	13	9	8	14	-5	5

Fonte: BCB (2022).

Nos dois mapas abaixo (mapas 6 e 7), podemos ver com mais detalhes a distribuição das agências bancárias nos cinco municípios, durante o mesmo intervalo de dez anos, entre os meses de março de 2012 e de 2022.



Mapa 6: distribuição de agências bancárias nos municípios de Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini em março de 2012. Fonte: BCB (2022)



Mapa 7: distribuição de agências bancárias nos municípios de Capão do Leão, Chuí, Cristal, Pedro Osório e Piratini em março de 2022. Fonte: BCB (2022).

Como pode ser observado a partir da análise do quadro 8 e também dos mapas 6 e 7, quatro dos cinco municípios tiveram queda do número de agências. Ao todo, a área passou de 13 agências bancárias para apenas oito, uma queda de 39%.

No município de Capão do Leão, em março de 2012 as quatro agências existentes no município eram das seguintes instituições bancárias: Banco do Brasil, Santander, Bradesco e Banrisul. Em março de 2022, apenas os bancos públicos BB e Banrisul mantêm agências bancárias no município. Das outras duas IFs, apenas o Santander⁴⁰ saiu do município, o Bradesco ainda mantém atendimento no município através de dois postos bancários, sendo um deles a antiga agência que apenas mudou de *status*.

⁴⁰ Salienta-se que a agência do Santander localizava-se no campus universitário da UFPel, e não no centro da cidade de Capão do Leão ou em outra localidade da área urbana do município. Muito provavelmente grande parte de seus clientes eram alunos, docentes, servidores e funcionários terceirizados da universidade, muitos dos quais residiam em Pelotas e outros municípios. Portanto, esta agência possuía baixa relação orgânica com o município.

No município mais austral do Brasil, Chuí, em março de 2012, haviam três agências bancárias: Bradesco, BB e Banrisul. Já em março de 2022 existem apenas dois bancos atendendo no município através de agências, Banrisul e Bradesco. O atendimento pelo BB continuou sendo realizado em 2022 através de um posto, o único posto existente no município, excetuando-se aqueles de cooperativas de crédito.

Em Cristal, tanto em março de 2012 quanto em março de 2022, apenas o Banrisul atendia o município através de uma única agência. Mas outras instituições financeiras atendem o município através de postos bancários. Em 2012 o município possuía um posto do Bradesco. Em 2022 o município além do Bradesco também existe um posto do BB no município, além de dois postos de cooperativas de crédito.

No município de Pedro Osório, em março de 2012 haviam agências bancárias do Banrisul e do BB. No mês de março de 2022, apenas o Banrisul seguia operando no município através de agências. Em 2022 o BB segue atendendo o município através de um posto.

Por fim, no município de Piratini em março de 2012 haviam três agências, Bradesco, BB e Banrisul. Dez anos depois, em março de 2022, as únicas agências restantes são do banco público federal BB e do banco público estadual Banrisul. Em 2022 o Bradesco segue atendendo o município, através de um posto. Além do Bradesco, em 2022 havia dois postos ligados a cooperativas de crédito.

Uma observação importante a respeito das características do atendimento bancário nos cinco municípios é a respeito de quais bancos operam nos mesmos. Nota-se a importância dos bancos públicos, sobretudo do Banrisul e do BB, no atendimento às cidades pequenas. O Banrisul foi um dos poucos bancos públicos estaduais do Brasil a resistir ao processo de extinção deste tipo de banco, iniciado pelo PROES em 1996. Além disso, observamos a forte presença do BB nos municípios, também um banco público, operando seja através de agências, seja através de postos. Dentre os bancos públicos, percebe-se a ausência da CEF operando diretamente nos municípios, seja por agências ou por postos. Embora, de certa forma, a CEF opere indiretamente nos municípios através de correspondentes bancários, sobretudo casas lotéricas. Segundo o sistema de buscas por tipo de

atendimento no site da CEF⁴¹, cada um dos municípios possui uma casa lotérica operando em seu território⁴².

O único banco privado com presença constante em grande parte dos municípios é o Bradesco. O Santander aparece entre os bancos de Capão do Leão em março de 2012, mas sua agência localizava-se dentro do campus universitário da UFPel, possivelmente sendo mais focada em atender alunos e funcionários da universidade, que em grande parte não residem no município. Outros grandes bancos privados, como o Itaú, não atuaram nos municípios em nenhum dos dois cenários temporais.

Podemos deduzir que para os bancos privados, os cinco municípios são menos interessantes do ponto de vista para atuarem, com esses bancos buscando preferencialmente cidades médias e grandes para instalarem suas agências. Ficando a cargo dos bancos públicos Banrisul e BB, mas sobretudo o primeiro, a não deixar a população destes municípios sem a possibilidade de atendimento bancário presencial.

5.3 - Reestruturação dos serviços bancários na visão dos atores envolvidos.

Aqui apresentamos os resultados empíricos do levantamento realizado juntamente às lideranças sindicais dos trabalhadores bancários e também aos gerentes bancários. Dividimos o presente subcapítulo em quatro partes, sendo as três primeiras partes para discutir as entrevistas, e na última parte apresentamos o quadro conceitual-teórico das entrevistas, que foi gerado a partir das técnicas de análise de conteúdo (BARDIN, 2021). A escolha por dividir a discussão do conteúdo das entrevistas em três partes foi para facilitar a apresentação dos resultados e a sua compreensão. Dessa forma, agrupamos os resultados abordados nos dez temas do roteiro de entrevista em três grupos relacionados à proximidade temática, já que muitos dos questionamentos do roteiro de entrevistas se assemelhavam ou, ao menos, dialogavam entre si.

⁴¹ <https://www.caixa.gov.br/atendimento/Paginas/encontre-a-caixa.aspx> Acessado em 25 de Setembro de 2022.

⁴² Como já abordado no subcapítulo 4.4, os correspondentes bancários acabam por ser uma forma de os bancos operarem em determinados locais sem custos operacionais, para entender melhor a questão enfatizamos novamente a leitura de Dias (2017). No caso das lotéricas da CEF, é possível realizar a abertura de conta bancária (da Caixa), realizar saques e depósitos através da rede de lotéricas.

Assim sendo, iniciamos a discussão apresentando o que de forma geral os entrevistados pensam sobre a importância das agências bancárias para as suas cidades e as cidades pequenas de modo geral, quais fatores levam ao fechamento das mesmas na sua visão e se a substituição de agências por postos bancários (antigos PABs) e correspondentes bancários traz prejuízos na qualidade do atendimento em suas visões. O segundo tópico abordado é sobre o processo de digitalização e autoatendimento, principalmente a difusão dos aplicativos bancários e a chegada do Pix, a percepção do entrevistado a respeito de alterações no fluxo de clientes que se deslocam a agências bancárias, a percepção dos entrevistados sobre bancos digitais e *fintechs*, a influência da reestruturação bancária na rotina das agências e a possibilidade de conciliar o processo de digitalização com o trabalho das agências. No terceiro tópico abordamos as consequências do processo de reestruturação na oferta de empregos do setor bancário, a precarização do trabalho bancário imposta por esse processo e como a categoria bancária se organiza para enfrentar esse processo. Por fim, no quarto tópico, é apresentado na forma de quadro os principais conceitos-chaves obtidos nas entrevistas, onde discutimos brevemente os resultados correlacionando com a produção teórica existente a respeito do tema da reestruturação bancária.

Por último, antes de passarmos à análise das entrevistas, ao tratarmos das respostas fornecidas pelos gerentes bancários, não utilizamos o nome da instituição bancária, bem como o nome do município, para evitar que se identifique qual gerente forneceu determinadas respostas. Essa medida está sendo tomada a pedido de uma das instituições bancárias, que só autorizou a realização de entrevistas com seus colaboradores a partir do compromisso de não exposição do nome da instituição. Nesse caso, ao comentarmos alguma declaração ou resposta específica, nos referimos como “banco 1”, “banco 2” e “banco 3”, dos municípios 1, 2, 3, 4 e 5. Para os sindicatos, mantemos a individualização das respostas (ou seja, qual líder sindical forneceu aquela resposta) nos casos que for pertinente, já que nada nesse sentido nos foi solicitado, bem como a divulgação de quem forneceu cada resposta também não traz nenhuma informação de caráter sensível ou sigiloso. Mas nos casos que for possível generalizar, pela resposta se repetir em diferentes entrevistados, as respostas não serão individualizadas.

5.3.1 - Importância das agências bancárias para as cidades pequenas, processo de fechamento e substituição por postos bancários e correspondentes bancários.

Embora tenha algumas mudanças no ponto de vista dos diferentes entrevistados, no geral todos têm acordo sobre a importância das agências bancárias para as cidades pequenas, com a maioria dos entrevistados utilizando argumentos semelhantes para justificar essa importância. O entrevistado do sindicato do Rio de Janeiro, afirmou na entrevista que “hoje mais de 90% das transações podem ser feitas de forma virtual”, mas as agências bancárias “ainda são importantes, principalmente para as populações mais vulneráveis”. Neste aspecto, ele destacou que sobretudo as populações mais idosas e menos escolarizadas possuem uma dificuldade maior em usar formas de autoatendimento, como aplicativo para *smartphones*. Ele cita que na cidade do Rio de Janeiro as agências de bairros periféricos costumam ter um fluxo maior que as centrais ou de bairros mais elitizados

Os entrevistados do sindicato de Rio Grande, além de abordar que “uma boa parte da população que não tem acesso à internet”, o que dificulta o uso de ferramentas remotas de autoatendimento, também abordam a questão de clientes mais idosos dependerem mais de agências bancárias. A questão da idade dos clientes também é abordada pelo entrevistado do banco 1, município 3, segundo ele os clientes de idade mais avançada têm maiores dificuldades em utilizar outras formas de atendimento. Ao total, em quatro entrevistas ao serem perguntados sobre a importância das agências para as cidades pequenas, as respostas abordaram a dificuldade de pessoas de mais idade, ou também de pessoas menos escolarizadas. Ainda ocorreram outras três entrevistas que a questão da idade foi tocada, mas foi geralmente ao ser perguntado a respeito do autoatendimento e digitalização.

Outra questão levantada, que se relaciona a vulnerabilidade de populações mais idosas ou menos escolarizadas em usar outras formas de atendimento bancário, é a questão dos pagamentos de aposentadorias, pensões e auxílios governamentais⁴³. Os entrevistados do sindicato de Rio Grande ainda trazem a questão dos benefícios sociais, geralmente concedidos a pessoas em vulnerabilidade financeira através de bancos públicos, em que muitos não têm condições de comprar

⁴³ Como o Auxílio Emergencial durante a pandemia de Covid-19, o Bolsa Família e o Seguro Defeso pago a pescadores durante o período de reprodução de peixes.

smartphones e usar internet para transações. A questão das aposentadorias do INSS também é abordada pelo entrevistado do banco 1, município 3, que por ser a única agência bancária do município, as aposentadorias são diretamente direcionadas para lá.

Um dos maiores apontamentos é a necessidade de presença física dos bancos, sobretudo públicos, para garantir a bancarização da população. O gerente bancário, do banco 2 no município 1, afirmou: “é papel dos grandes bancos ter representatividade, cobrir todo território, porque as pessoas têm que ter acesso aos meios de pagamento, a pagar conta, a receber um dinheiro e poder transferir”. Essa visão é corroborada por outros entrevistados, O gerente do banco 1, município 2, fala que as agências são importantes para o processo de bancarização da população.

A questão da importância das agências como fomentadoras do desenvolvimento local também é levantada, sobretudo o financiamento ao desenvolvimento rural. Segundo os gerentes entrevistados, sobretudo do banco 1 em diferentes municípios, o crédito rural ainda demanda atendimento presencial na agência, pois necessita ainda de um processo burocrático de levar documentação, como disse os entrevistados deste banco no município 1, algo também dito pela entrevistada do banco 1 no município 4. O gerente do banco 1, município 3, ao falar das limitações das *fintechs* e bancos digitais, disse que as “*fintechs* atendem algumas coisas, mas muitas coisas elas não atendem. Elas não vão atender um crédito rural, que é algo que a gente tem na região sul que é muito forte e outras demandas”. A questão do crédito rural também foi abordada pelos gerentes do banco 1 nos municípios 2 e 5, sendo que o entrevistado do município 2 ainda falou de programas do banco para financiar energia renovável.

No município 5, o gerente do banco 2 também abordou a importância da agência para a concessão do crédito rural para o município e para a região. Mas ao ser perguntado sobre se as novas tecnologias de autoatendimento impactaram no processo de fechamento de agências bancárias, ele respondeu que sim, pois, segundo ele:

(...) Mesmo operação de crédito elas são pré-aprovadas, então o cliente contrata no próprio aplicativo do banco, uma operação de crédito agro, ele contrata na própria revenda. Ele comprou uma colheitadeira, a própria revenda faz o financiamento e encaminha para

o banco, tudo de forma digital (ENTREVISTADO MUNICÍPIO 5, BANCO 2).

A visão das causas que levam ao fechamento de agências bancárias é basicamente a mesma em quase todas as entrevistas, independentemente de serem gerentes bancários ou lideranças sindicais. Basicamente todos apontam que o fechamento se deve a questão de diminuição de custos, para aumentar a rentabilidade e o lucro dos bancos. A exceção vem a ser um dos entrevistados do banco 1, do município 1, que apontou a digitalização como principal fator que desencadeia o fechamento de agências. Segundo o entrevistado do sindicato de Pelotas, o avanço tecnológico propiciou a oportunidade de reduzir custos operacionais. Na visão deste entrevistado, o processo de reduzir o fluxo de clientes de dentro da agência se deu por etapas: “o primeiro movimento do banco não foi largar direto para o aplicativo (...) o primeiro passo foi jogar para os correspondentes bancários”. O entrevistado do sindicato do Rio de Janeiro e o gerente do banco 2, do município 1, apontam que a reestruturação se reflete não apenas na diminuição da estrutura física dos bancos, mas também na diminuição de pessoal.

A substituição de agências bancárias por postos bancários (antigos PABs), também foi questionada aos entrevistados. Buscou-se saber se na visão dos entrevistados, a substituição de agências bancárias por esse tipo de fixo geográfico traz prejuízo na qualidade do atendimento à população. O entrevistado do sindicato de Pelotas, ao falar do caso específico de um município da região de abrangência do sindicato, apontou que os bancos transformam agências em postos a depender da demanda de clientes, pois os postos podem ter um número menor de funcionários. Um dos entrevistados do sindicato de Rio Grande aponta que os postos além de terem menos funcionários, também não possuem caixas físicos, sendo voltados mais a negócios (financiamentos, empréstimos, seguros, entre outros), além de transações nos terminais de autoatendimento, visando diminuir a demanda por agências.

No município 3 a única agência bancária oficialmente é do banco 1, embora tenha mais dois postos de atendimento de outros dois bancos (banco 2 e banco 3), além de cooperativas de crédito atuando no município. Foi questionado ao entrevistado, se o fato de ser a única agência bancária do município e os demais serem postos afeta alguma coisa na demanda da agência, e também se os outros dois bancos fossem agências, ao invés de postos, poderiam atrair mais clientes. O

entrevistado respondeu que não, pois os produtos e serviços ofertados pelo banco 1 são bastante específicos. Ele também aponta que além da demanda, a estrutura de acesso dos municípios, como estradas, e também a distância, é levada em consideração para se definir se os bancos inserem ou não uma agência no município, pois em municípios pequenos próximos a centros maiores, caso a demanda seja baixa um posto de pode ser uma alternativa viável para manter o atendimento e não gerar altos custos para o banco. A resposta do entrevistado do município 2, banco 1, corrobora com esse pensamento, que ao ser perguntado se o fato de um município ser atendido apenas por posto e não agência afeta a qualidade do atendimento, ele afirma que “não, dependendo de como for a cidade. Se é uma cidade que está até 20 ou 30 km de uma cidade maior, eu creio que é o costume das pessoas naquela cidade que tão ali, o PAB é um reflexo do atendimento naquela cidade”.

No município 5, o gerente do banco 2 afirma que não há problemas, pois um posto consegue acolher as operações e as demandas dos clientes. Já no banco 1, no mesmo município, o entrevistado afirma que depende da demanda do município, pois como um posto tem uma equipe reduzida para apenas dois ou três funcionários.

Já a entrevistada do banco 1, município 4, que também se trata de um caso de única agência no município, embora haja um posto do banco 2, respondeu um pouco diferente dos demais gerentes entrevistados. Ao ser perguntada se o fato de um município ser atendido apenas por posto, e não por agência, a entrevistada respondeu que um pouco, pois “nem tudo eles (os postos) conseguem resolver, algumas coisas tem que esperar que a agência resolva pra eles⁴⁴”.

5.3.2 - Digitalização bancária, autoatendimento, bancos digitais: impactos no trabalho das agências bancárias.

Como pode ser observado ao decorrer do presente trabalho, uma das hipóteses sobre a causa do fechamento de agências bancárias que apontamos está relacionada ao processo de digitalização dos serviços bancários, principalmente o crescimento de formas remotas de autoatendimento. Nesta parte da análise das entrevistas, abordamos a visão dos entrevistados digitalização do autoatendimento,

⁴⁴ Segundo o artigo 5º da Resolução 4.072 de 2012, os postos de atendimento são subordinados à sede da instituição bancária ou à uma agência. Provavelmente a entrevistada fala disso quando diz que “nem tudo eles conseguem resolver”.

principalmente a grande popularização dos aplicativos bancários, a chegada do Pix e a concorrência com as *fintechs* e bancos digitais, buscando saber quais são os impactos na rotina das agências bancárias e as possibilidades de conciliar esses processos com o trabalho das agências.

O primeiro tópico relacionado a esse eixo temático foi sobre os impactos das tecnologias de consumo de serviços bancários, como aplicativos, *internet banking* e recentemente a implementação do Pix, afetam os serviços dos bancos tradicionais. Na entrevista piloto, com um dos diretores do sindicato municipal dos bancários do Rio de Janeiro, o entrevistado mencionou que os bancos tradicionais investem muito em tecnologia. Ele afirma que no banco em que trabalha, existe a orientação de filtrar clientes de entrar na agência e buscar ensinar os mesmos a mexer nos aplicativos: “se isso (a operação que o cliente deseja realizar) pode ser feito pelo celular, a gente vai ensinar aí como fazer, vamos levar para o caixa-eletrônico, mas é insistir muito no uso do celular”. Um dos entrevistados do sindicato de Rio Grande e região corrobora com essa informação, dizendo que os bancos fizeram uma campanha institucional massiva para incentivar os clientes a se auto atenderem, inclusive com metas. Segundo o entrevistado do sindicato de Pelotas e região, a tecnologia propiciou aos bancos a redução de custos.

A visão dos gerentes bancários a respeito dos impactos das tecnologias é bem variada. O entrevistado banco 2, município 1, fala que embora muitos serviços do banco podem ser acessados através do aplicativo, é necessário ter conhecimentos básicos para o cliente conseguir operar. Mas de forma geral existe concordância entre os gerentes bancários em afirmar que o processo de digitalização impactou os bancos tradicionais de alguma forma. A entrevistada banco 1, município 4, afirma que hoje os bancos têm dois públicos: um aposentado, que precisa do atendimento presencial, e um outro público mais jovem que faz a maior parte das operações por autoatendimento. O entrevistado do banco 2, município 5, afirma que em grande parte das operações, o cliente não necessita ir até as agências, já o entrevistado do banco 1 no mesmo município, fala da diminuição da busca por serviços essenciais nas agências.

No tópico sobre a percepção de alteração do fluxo das agências, sobretudo nos últimos dez anos, é possível dividir as respostas dadas basicamente em três

grupos. No primeiro grupo encontramos entrevistados que afirmam que sim, houve diminuição do fluxo de clientes nas agências, mas essa diminuição se deu de forma mais intensa nos grandes centros urbanos, e não nas cidades menores. Um segundo grupo de entrevistados aponta que sim, existe essa diminuição, e diferentemente do grupo anterior não menciona isso ser mais ou menos comum em determinado tamanho de cidade. Por fim, apenas um entrevistado, do banco 1 município 2, disse que não é possível dizer se houve mudança no fluxo de forma definitiva, mas que sim há uma tendência de queda, impactada sobretudo pela pandemia da Covid-19. Os que responderam o processo de diminuição do fluxo de clientes ser maior em grandes centros urbanos, foram os entrevistados dos dois bancos do município 5. Dos que percebem o fluxo reduzido nas agências de modo geral, independentemente de serem cidades menores do interior ou não, encontram-se os entrevistados dos três sindicatos e as demais agências bancárias.

Sobre a visão dos entrevistados, se os bancos digitais e *fintechs* de alguma forma ameaçam os bancos tradicionais, as respostas em sua maioria foram negativas. A visão da maioria dos entrevistados é que as *fintechs* apenas tratam-se de um novo “*player* no mercado”, como apontou o entrevistado do sindicato do Rio de Janeiro. Segundo esse entrevistado, a maior ameaça dos bancos digitais é no sentido de dificultar a organização do movimento, pela dificuldade em chegar nos trabalhadores dessas instituições. A visão geral, de todos entrevistados, é que os bancos digitais influenciaram os bancos tradicionais a acelerarem seu processo de digitalização. O entrevistado do banco 1, no município 3, afirma que quando surgiram os bancos digitais, um dos seus maiores diferenciais era o TED gratuito, possibilitando transferências sem custos, diferentemente dos bancos tradicionais que cobravam TED. Mas a implementação do Pix pelo BCB, gratuito em todos os bancos, equilibrou a disputa nesse sentido.

Sobre a visão se os bancos tradicionais disputam ou não clientes com os bancos digitais, as visões foram diferentes a depender do entrevistado. O gerente do banco 1, do município 2, aponta que os bancos digitais são os “bancos de entrada” de grande parte da população no mercado de serviços financeiros e bancários. Mas ao cliente sentir necessidade de algum atendimento presencial, busca os bancos tradicionais. Essa visão é corroborada por uma das entrevistadas do sindicato de Rio Grande e região, ela diz que “a gente nota assim, na agência, que o público jovem

procura primeiro os bancos digitais", mas tendo algum problema nota a necessidade de ter conta num banco tradicional, pela necessidade de contato presencial. Ela aponta que um dos motivos é o atendimento do banco digital ser robotizado por IA (inteligência artificial) ou atendimento por centrais de atendimento, em que a falta de um contato face a face. O entrevistado do banco 2, município 1, também menciona as possíveis adversidades de que a falta da presença física trás para a qualidade do atendimento. A gerente do banco 1, município 4, foi a única entre os entrevistados com uma visão de que os clientes, sobretudo os mais jovens, ao abrirem contas em bancos digitais dificilmente retornam aos bancos tradicionais.

A rentabilidade dos bancos digitais também foi comentada por três entrevistados, do município 5 os gerentes dos bancos 1 e 2, e do município 2 o gerente do banco 1. Os entrevistados mencionaram a dificuldade dos bancos digitais em se rentabilizar, conseguir captar investimentos para ter um retorno alto do spread bancário no processo de intermediação financeira. O entrevistado do banco 1, município 2, também falou sobre as *fintechs* e bancos digitais serem muito mais empresas de tecnologia, do que propriamente bancos. Sendo o principal objetivo das *fintechs* conseguir valorização no mercado, para assim serem vendidas.

Nos questionamentos sobre os impactos da reestruturação na rotina e organização das agências bancárias e quais as possibilidades de conciliar o trabalho da digitalização dos serviços bancários com o trabalho das agências. Por fim, o último tópico questionado foi se a digitalização do atendimento bancário influencia. Os entrevistados, em sua maioria, disseram que isso já acontece em alguma medida, e que a digitalização dos serviços bancários já traz impactos na rotina das agências, como a diminuição dos caixas físicos e uma menor demanda de funcionários nas agências. O entrevistado do sindicato do Rio de Janeiro dá como exemplo sua experiência, diz que no momento trabalha novamente em uma mesma agência que trabalhou em 2013. Ele menciona ser notável a redução de pessoal na mesma agência entre 2013 e 2022: "ela devia ter uns 20 funcionários pelo menos, na primeira vez que trabalhei nessa agência, éramos 4 caixas atendendo, além dos caixas, hoje tem 2 (caixas), e somando tudo fazendo outros tipos de serviços, a agência não tem 10 funcionários hoje". O entrevistado do sindicato de Pelotas e região aponta que o processo podia ter se conciliado de forma menos acelerada e estabaneada, na sua visão "é inevitável que se mude um pouco".

De forma geral, entre os gerentes bancários, a resposta é que o processo de conciliar o trabalho das agências com o autoatendimento já acontece. O gerente do banco 1, município 3, aborda que as possibilidades de transações do aplicativo hoje são as mesmas das agências, com o cliente tendo autonomia para escolher a melhor forma de ser atendido: “vou tirar o Pix que é uma coisa mais recente, tu pode ver teu extrato, tu pode fazer pagamentos... Acredito que alguns produtos, depois que tu tem o aplicativo, tu não precisa ir mais na agência, principalmente para fazer pagamentos, extratos, o próprios limites né”. O entrevistado do banco 2, no município 5, aborda que são formas complementares. Embora seja possível realizar quase tudo de forma remota, a agência pode ser importante para resolver eventuais problemas.

5.3.3 - Impactos da reestruturação na precarização do trabalho e processo de enfrentamento da categoria bancária.

Nesta parte da análise das entrevistas, abordamos como os sindicatos e a categoria dos bancários enxergam o processo de reestruturação bancária, a precarização do trabalho bancário, exemplificada pelos correspondentes bancários e empresas de outros ramos que começaram a operar no setor de serviços financeiros, e quais são as respostas da categoria ao processo de reestruturação bancária.

Não é apenas a perda de empregos que a reestruturação dos serviços bancários causa, mas também a precarização das relações de trabalho. Um aspecto a se levar em consideração, segundo os entrevistados, foi a implementação dos correspondentes bancários como uma forma de esvaziar as agências bancárias. Os trabalhadores dos correspondentes bancários, cujo os principais exemplos são a rede lotérica da CEF e o Banco Postal e, no caso do RS os “Banripontos”, costumam ganhar salário de comércio. Além disso, grandes redes de lojas de varejo, como a Casas Bahia do grupo Via Varejo, passaram a ofertar produtos financeiros, como seguros e empréstimos. Segundo os entrevistados do sindicato de Rio Grande e região, muitos dos ex-bancários que são demitidos ou aderem a algum PDV, no caso

dos bancos públicos, passam a trabalhar como “bancários autônomos”⁴⁵, possibilidade trazida pelo *open banking*⁴⁶ implementado em 2021.

Segundo os três sindicatos entrevistados, o processo de reestruturação bancária costuma vir acompanhado de PDVs (Programa de Demissão Voluntária) e remanejamentos nos bancos públicos. Os trabalhadores que não aderirem a algum PDV, em caso de fechamento de agência, são realocados, inclusive para outras cidades. Como todos funcionários em tese tem o mesmo cargo, escriturários, o que altera o salário são as comissões (gerência, por exemplo), então é possível que em um fechamento de agência, um trabalhador perca uma comissão que represente a maior parte do seu salário, passando a ganhar apenas uma pequena parte do que ganhava. Entretanto, nos bancos privados as demissões se dão de forma gradativa, segundo o entrevistado do sindicato de Pelotas.

Os três sindicatos apontam que existem dificuldades em efetuar o enfrentamento ao processo de reestruturação bancária, sendo difícil barrar os processos de fechamento de agências “a gente tenta da nossa maneira barrar, mas a gente sabe que a correlação de forças é muito desproporcional.” Os três sindicatos apontam que não é organizada uma greve da categoria a algum tempo, porém ocorrem outras formas de enfrentamento, como protestos e ações judiciais, caso algo acordado não se cumpra. O entrevistado do Rio de Janeiro disse que uma das ações do sindicato, quando ocorre alguma reestruturação, é sempre tentar negociar que as comissões sejam mantidas, que trabalhadores que perderam suas comissões tenham prioridade em vagas semelhantes.

5.3.4 - Quadro conceitual teórico.

Por fim, chegamos na análise do quadro de conceitos-chave obtidos através das entrevistas. Buscamos os conceitos que mais se repetiam nas respostas dos diferentes entrevistados, mas cuidando para serem conceitos representativos das respostas. A seleção dos termos foi feita de forma empírica, não utilizando nenhuma

⁴⁵ <<https://valorinveste.globo.com/produtos/servicos-financeiros/noticia/2021/02/02/bancarios-autonomos-comecam-a-ganhar-espaco.ghtml>>. Acessado em 02 de Novembro de 2022.

⁴⁶ O open banking é um sistema de compartilhamento de dados entre IFs, começou a ser implementado em 2021. <<https://noomis.febraban.org.br/temas/open-banking/open-banking-completa-1-ano-no-brasil-veja-o-que-mudou-e-os-proximos-passos>>. Acessado em 02 de Novembro de 2022.

ferramenta ou técnica para quantificar palavras. Segue abaixo o quadro, após o mesmo, uma breve análise final do conjunto das entrevistas.

Quadro 9 - Principais conceitos obtidos nas entrevistas.

	Sindicatos	Gerentes bancários
1 e 1.1- Importância das agências bancárias para os municípios pequenos.	Populações vulneráveis; Interior; Benefícios sociais; Bancarização; Presença física; Saques.	Bancarização; Aposentados; Pensionistas; Crédito rural; Idosos; Única agência; Movimentações financeiras; Desenvolvimento local; Folhas de pagamentos; Financiamentos; Tributos municipais
2 - Causas do fechamento das agências bancárias.	Remanejamento; PDVs; Motivo econômico; Custos.	Custos; Redução de estruturas; Demanda; Digitalização; Lucro; Pandemia; Virtualização; Resultados;
3 - Postos substituindo agências nas cidades pequenas.	Custos; Prejuízo no atendimento; Diminuir riscos; Menos funcionários; Menor estrutura.	Demanda; Menor autonomia; Custo menor; Necessidade; Cobrir território.
4 - Impactos de novas tecnologias, como aplicativos, PIX, internet banking nos bancos tradicionais.	Tecnologias; Atendimento remoto; Atendimento virtual; Redução de custos; Processo grotesco; Processo acelerado; Readequação; Incentivo ao autoatendimento.	Processos digitais; Automatização; Dois públicos; Dinheiro plástico; Atendimento remoto; Facilidade ao cliente.
5 - Percepção fluxo clientes agências últimos 10 anos.	Redução de clientes; Redução de funcionários; Correspondentes bancários; Autoatendimento; Dinheiro plástico; Pix.	Redução da demanda; Negócios; Menor fluxo; Tendência; Pandemia influenciou; Municípios maiores.
6 - Percepção sobre os bancos digitais: ameaçam os tradicionais?	Concorrência; Pouca ameaça; Organização da categoria; Dificulta contato dos trabalhadores; Baixo custo; Jovens; Início bancarização.	Distância; Não ameaçam; Pix equilibrou; Concorrência; Parte do público; Banco de entrada; Tecnologia; Dificuldade rentabilizar.
7 - Influência da reestruturação na rotina das agências.	Filtragem clientes; Redução de pessoal; Incentivo ao autoatendimento.	Diminuição de pessoal; Diminuição de estrutura; Redução agências; Redução burocracia.
8 - Ameaça de ofertas de emprego no setor bancário.	Otimização; Realocações; Categoria heterogênea; Flexibilização trabalhista.	

9 - Respostas do sindicato e da categoria.	Poucos enfrentamentos; Negociar; Mobilizações locais; Disputa no movimento; Atos; Manifestações; Correlação de forças.	
10 - Conciliar trabalho na agência com o processo de digitalização e autoatendimento.		Facilidade; Atendimento híbrido; Autonomia do cliente; Escolha; Dinheiro em espécie; Complementares.

Fonte: elaboração própria.

Pode ser observado a partir das entrevistas, que todos os entrevistados têm uma visão semelhante sobre diversos pontos. Um primeiro ponto de consenso a ser observado é a visão sobre a importância das agências bancárias para os municípios. Muitas respostas convergem em apontar a importância da “bancarização” do território. Outros tópicos mencionados foram sobre a importância da agência no financiamento do desenvolvimento local e os benefícios sociais como aposentadoria. Muitos responderam que populações mais idosas têm maior dificuldade de utilizarem formas remotas de autoatendimento, como aplicativos.

Sobre as causas dos fechamentos, os termos mais utilizados foram “custos” e “redução de custos”. Segundo os entrevistados, uma possível diminuição da demanda possibilita os bancos reduzirem custos operacionais. Ao serem perguntados sobre os postos bancários, única alternativa de atendimento bancário em muitos municípios que não possuem agências, não houve total consenso, mas no geral a maior parte das respostas aborda que a substituição de agências por postos só é possível em municípios que não possuam grande demanda, sem ao menos prejudicar a população. A rigor, a grande diferença entre agência e posto é a quantidade de funcionários disponível. Outras formas de atendimento bancário alternativas às agências bancárias também foram abordadas, sobretudo os correspondentes bancários, como as agências lotéricas.

Um outro ponto a se destacar, é que grande parte dos entrevistados diz ter percebido diminuição no fluxo das agências bancárias nos últimos anos. Alguns entrevistados apontam que essa diminuição é mais intensa em cidades maiores, possuindo menor intensidade em cidades menores. Outro ponto importante perguntado aos entrevistados foi a respeito dos impactos da digitalização dos serviços

bancários e difusão do autoatendimento na população. A grande maioria apontou que além da diminuição de clientes nas agências, o pessoal das agências também sofreu redução e alguns processos internos se modificaram. Um dos exemplos é a redução dos caixas físicos nos bancos, já que segundo os entrevistados é política dos bancos direcionar os clientes para os terminais de autoatendimento e incentivar o uso do aplicativo. Foi perguntado aos entrevistados qual a visão deles a respeito dos bancos digitais, se de alguma forma ameaçam os bancos tradicionais. De forma geral, todos responderam se tratar não de uma ameaça, mas apenas de uma maior concorrência. Alguns dos gerentes entrevistados comentaram a respeito do modelo de negócios dos bancos digitais, que têm maior dificuldade em se rentabilizar se comparados aos bancos tradicionais.

Nas entrevistas com os sindicatos, se perguntou quais medidas e respostas foram tomadas pela categoria para enfrentar o processo de reestruturação, que ocasiona diminuição da oferta de trabalho no setor, com bancos públicos implantando PDVs e bancos privados demitindo gradualmente. Além do fechamento de agências, que gera realocações de pessoal (não demitido) e possíveis danos salariais com a perda de comissões. Segundo os entrevistados, as respostas a esses processos têm sido mais a realização de iniciativas pontuais, como negociações com direções dos bancos, mobilizações locais e atos. A correlação de forças desfavorável, as disputas políticas do movimento sindical e a fragmentação da categoria acabam por impedir uma maior unidade perante esse processo.

De forma geral, a partir da análise das respostas dos entrevistados, podemos entender que as agências bancárias ainda são importantes, sobretudo para as cidades pequenas. Mesmo com a redução do número de agências, estas ainda prestam serviços de atendimento à população, sobretudo negócios como empréstimos, financiamentos, seguros, etc. Além disso, populações mais vulneráveis, como idosos e pessoas menos escolarizadas, têm dificuldade maior em usar ferramentas de autoatendimento, procurando agências bancárias até para atendimentos mais corriqueiros. As agências bancárias ainda contribuem na geração de empregos nos municípios e pagamentos de tributos como ISSQN, tendo impactos sobre a economia local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo geral analisar as consequências para as cidades pequenas do processo de fechamento de agências bancárias, a partir da visão de diferentes sujeitos envolvidos com o setor bancário, como gerentes bancários, sindicatos e o poder público destas cidades, localizadas na metade sul do Estado do Rio Grande do Sul, estado mais meridional do Brasil. E para atingir este objetivo geral, foram delimitados cinco objetivos específicos.

O primeiro dos cinco objetivos específicos foi “caracterizar o papel das agências bancárias para as cidades pequenas”. No nosso entendimento esse objetivo foi alcançado, sobretudo no subcapítulo 5.3, ao analisarmos as entrevistas dos gerentes bancários e lideranças sindicais. Embora novas formas de atendimento bancário possam ter impactado o papel das agências bancárias, as agências ainda são importantes, sobretudo para negócios de financiamento, empréstimos, seguros e negociar dívidas. Demais operações, como transações, pagamentos de contas e transferências, que podem mais facilmente ser realizadas por aplicativos móveis e outras formas de autoatendimento, ainda são buscadas em agências, sobretudo por clientes mais idosos que possuem maior dificuldade no uso de tecnologias.

O segundo objetivo específico foi “caracterizar a evolução tecnológica no setor bancário, desde o início da automação bancária até o surgimento das *fintechs* e bancos digitais”. Esse objetivo também foi atendido ao decorrer do trabalho, sobretudo no capítulo 2 onde mencionamos as *fintechs* como um dos tipos de empresas inovadoras que surgem nas mudanças econômicas da globalização, e durante todo capítulo 4, onde abordamos as alterações nos marcos normativos e técnicos do setor bancário.

O terceiro objetivo específico foi “verificar o juízo que agentes bancários dos setores público e privado fazem sobre o papel das agências bancárias para as cidades pequenas”. Esse objetivo foi alcançado através das entrevistas presentes no capítulo 5. Na visão dos entrevistados, esse tipo de atendimento bancário segue tendo importância, sobretudo garantindo a bancarização da população destes municípios.

O quarto objetivo “verificar o juízo que poder público municipal faz sobre o papel das agências bancárias para as cidades pequenas”, conforme abordado no

subcapítulo 1.3 não se atingiu esse objetivo. Por escolha metodológica, acabamos por priorizar as entrevistas com as agências bancárias e sindicatos, não conseguindo entrevistar o poder público de nenhum dos cinco municípios. Tentou-se como alternativa contatar a FAMURS para a mesma dar uma visão geral sobre o processo de fechamento de agências e os impactos para os municípios pequenos, que foi negada pela entidade.

Por fim, o último objetivo específico foi "sistematizar as consequências e benefícios apontados por agentes públicos e agentes bancários a respeito do fechamento das agências". Como dito no parágrafo anterior, não foi possível entrevistar agentes públicos. Já os resultados das respostas dos agentes bancários, foi apresentado de forma sistematizada através do quadro 9, que apresenta de forma resumida os principais conceitos abordados pelos entrevistados.

Apesar do presente trabalho não conseguir alcançar um dos objetivos específicos em que se desmembrava o objetivo geral, o presente trabalho consegue suprir essa lacuna e responder a pergunta que traz em sua introdução: "Considerando o juízo dos gestores públicos e privados ligados ao setor bancário, quais as consequências para as cidades pequenas do fechamento de agências bancárias?". Ao alcançarmos os demais objetivos, sobretudo o primeiro e o terceiro que tratam da importância das agências bancárias para os municípios menores. Podemos responder que as consequências do fechamento de agências são diversas, mas entre as principais destacamos que as populações mais vulneráveis podem ficar desassistidas de serviços bancários, a perda de agências pode acarretar maiores dificuldades em a economia local se desenvolver e, sem contar conforme foi apontado por mais de um entrevistado, a presença física dos bancos nos municípios ainda é importante, sobretudo facilitando suprir demandas locais.

Um dado relevante que a presente pesquisa trouxe, é a respeito da forte presença dos bancos públicos nos cinco municípios selecionados. Em contrapartida, a presença de bancos privados é relativamente menor nos mesmos municípios. Segundo os dados apresentados no subcapítulo 5.2, os cinco municípios apresentam agências do banco público estadual Banrisul. O banco público federal BB (Banco do Brasil) possui agências em dois dos municípios, Piratini e Capão do Leão, atendendo os outros três municípios através de postos. Dos três principais bancos públicos que

atendem o estado do RS, apenas a CEF (Caixa Econômica Federal) não atende nenhum dos cinco municípios de forma direta, seja através de agências ou postos. Mas os cinco municípios possuem casas lotéricas, principal correspondente bancário da CEF. Portanto, entende-se que mesmo assim a CEF está nesses municípios. O único banco privado que possui agência em algum dos municípios é o Bradesco, que possui agência no município de Chuí e atende outros três municípios através de postos de atendimento, com exceção de Pedro Osório que não possui atendimento dessa instituição bancária. Destes fatos podemos tirar duas conclusões: a) os bancos públicos são fundamentais para garantir a bancarização de municípios pequenos, sobretudo afastados dos grandes centros urbanos; b) de maneira geral, as cidades pequenas despertam menos o interesse das grandes instituições bancárias privadas.

Neste trabalho buscou-se compreender que fatores levam ao fechamento de agências bancárias. Nossa hipótese inicial sobre um dos motivos do fechamento de agências bancárias, influenciada sobretudo por inúmeras produções que abordam as transformações tecnológicas dos serviços bancários (LIPTON et. al., 2016; VIDEIRA, 2020; CONTEL, 2020a, 2020b; DIAS, 2015; COETZEE, 2018; CARBELLIDO, 2018), era de que os avanços tecnológicos relacionados ao autoatendimento bancário, como o surgimento de aplicativos móveis para transações bancárias, podem ajudar a explicar a diminuição do número de agências bancárias, sendo essa hipótese parcialmente corroborada. Embora não seja possível atribuir apenas a isto essa redução de agências, conforme a resposta da maioria dos entrevistados, uma das razões do fechamento de agências é a busca de redução de custos pelos bancos.

Algo abordado por diferentes entrevistados, que se relaciona com o tema da digitalização dos serviços financeiros, é que existem desigualdades na inserção da população no uso do autoatendimento remoto. Segundo os entrevistados, populações mais idosas, menos escolarizadas e também com menor renda, podem ter dificuldades em utilizar aplicativos e outras formas de autoatendimento. Existe a necessidade de um “letramento digital” mesmo que em pequeno grau, estar inserido naquilo que Lévy (1999) chama de cibercultura, para conseguir assim operar aplicativos ou acessar o *internet banking* através dos sites dos bancos. Essa é uma barreira para muitos idosos e pessoas de baixa escolaridade. Também existe uma barreira econômica, que é a dificuldade de pessoas com menor renda terem acesso

a equipamentos como *smartphones* e conexão à internet, possibilitando assim usar autoatendimento bancário de forma remota.

Neste trabalho buscamos relacionar o processo de reestruturação dos serviços bancários com as mudanças econômicas propiciadas pela inovação tecnológica, sobretudo a economia de plataforma (PESSANHA, 2020; VENCESLAU 2020). Essas mudanças econômicas, em que empresas de tecnologia, as chamadas *big techs*, despontam como importantes atores na economia, se iniciam ainda na década de 1990 (CASTELLS, 2005). Mas nos anos recentes, sobretudo na última década, cada vez mais empresas que atuam por aplicativos e plataformas ganham relevância, de setores como comércio, entrega de alimentos e transporte (ANTUNES, 2020a, 2020b; PRAUN, ANTUNES, 2020; PESSANHA, 2020). As chamadas *fintechs*, e conseqüentemente os bancos digitais, são apenas exemplos dentro deste processo.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. **O fim da história: de Hegel a Fukuyama**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992,
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.
- ANTUNES, R.; Trabalho Intermitente e uberização no limiar da indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. p. 11 – 22.
- ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- AREND, M. **A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho**. Texto para Discussão, N. 2105, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2015.
- ASCHER, François. **Os Novos Princípios do Urbanismo**. São Paulo: Editora Romano Guerra, 2010.
- ASHEIM, B.; GRILLITSCH, M.; TRIPPI, M. Regional Innovation Systems: Past - Presence - Future. In: **Circle**, Lund (Suécia), v. 36, 2015.
- ÁVILA, F. S.; MARTINS, J. M.; CEPIK, M. Armas Estratégicas e Poder no Sistema Internacional: O Advento das Armas de Energia Direta e seu Impacto Potencial sobre a Guerra e a Distribuição Multipolar de Capacidades. **Revista Contexto Internacional**, v. 31, n. 1, p. 49 - 83, jan/abr, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2021.
- BENKO, Georges. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARBELLIDO, Octavio Avendaño. Los retos de la banca digital en México. In: **IUS - Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla**. Puebla (México) v. 12, n. 41. 2018.

CARVALHO, Guilherme Otávio Godinho de. Disputa hegemônica, fatores ideacionais e reconfiguração do tabuleiro internacional: entre a ideologia e o pragmatismo. **Revista Análise Estratégica**, v. 23, n. 1, Dez/Fev, 2022.

CARVALHO, L.; MAIA, C. Empreendedores cívicos e *Smart Cities*: práticas, motivações e geografias da inovação. **CEGOT - Geografia e Ordenamento do Território**, n. 10, p. 95-112, 2016.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: volume 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

CHESNAIS, F. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Revista Outubro**, edição 5, 2001. p. 7 – 28.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COETZEE, Johan. Strategic implications of Fintech on South African retail banks. In: **South African Journal of Economic and Management Sciences**. v. 21, n.1, 2018.

CONTEL, Fabio Betioli. **Território e Finanças: Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. 2006. 343 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

CONTEL, Fabio Betioli. **Território e Finanças: Técnicas, normas e topologias bancárias no Brasil**. São Paulo: Editora Annablume, 2012.

CONTEL, F. B. *Fintechs* e bancos digitais no Brasil. In: GOMES, M. T. S.; TUNES, R. H.; OLIVEIRA, F. G. **Geografia da Inovação: Território, redes e finanças**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 469 - 488.

CONTEL, F. B. Psicofera, topologia bancária e medidas anticíclicas: as mudanças provocadas pela pandemia segundo o Banco Central do Brasil. In: ARROYO, M.; ANTAS Jr, R. M.; CONTEL, F. B. (Orgs). **Usos do Território e Pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 251 - 275.

CONTEL, F. B. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 119 - 134, jan/abr, 2009.

CORIAT, Benjamin. “Automação programável: Novas formas e conceitos de organização da produção”. In: SCHMITZ, Hubertz; CARVALHO, Ruy de Quadroz. **Automação, competitividade e trabalho: A experiência internacional**. São Paulo, Hucitec, 1988.

CORIAT, Benjamin. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: Um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, Helena (org.). **Sobre o “modelo” japonês**. São Paulo, Edusp, 1993.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo Averso**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. Rio de Janeiro: **Revista Território**, ano 4, n.6, jan-jun.,1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A Rede Urbana**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

DESOUZA, Kevin. C. Cidade Inteligente. In: KNOX, Paul (Org). **Atlas das Cidades**. São Paulo: Editora Senac, 2016. p. 226 - 243.

DIAS, L. C; LENZI, M. H. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: processos adaptativos e inovadores. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 97- 117, jan/abr, 2009.

DIAS, L. C. Redes financeiras e mudanças espaciais nas cidades. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015. p. 83 - 98

DIAS, Leila Christina; LENZI, Maria Helena; CORIGLIANO, Livia de Seixas Torres. Reorganização espacial de redes bancárias no Brasil: Concentração financeira e expansão territorial. **Revista Geografica de America Central** (Online), v. 2, p. 1-15, 2011.

DIAS, Leila Christina. O correspondente bancário como estratégia de reorganização de redes bancárias e financeiras no Brasil. **GEOUSP** (USP), v. 21, p. 384-396, 2017.

DIAS, Leila Christina. Por que os bancos são o melhor negócio do país? In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre de. (Org.). **Que país é esse?** São Paulo: Globo, 2005. p. 27- 62.

DIAS, Leila Christina. Redes: Emergência e Organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 141 - 162.

DOWBOR, Ladislau. **A Era do Capital Improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, uberização do trabalho e regulação do capitalismo contemporâneo. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. p. 59 - 78.

FRANÇA, I. S.; ALMEIDA, M. I. S. Rede urbana e novas interações espaciais em cidades médias: uma análise acerca do fluxo aéreo no aeroporto Mário Ribeiro em Montes Claros/MG. **Revista Ra'e Ga**, Curitiba, v. 35, p. 227 - 260, 2015.

FRESCA, T. M.; VEIGA, L. A. Pequenas cidades e especializações funcionais. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, ano 23, n. 3, p. 387 – 396, 2011.

FUKUYAMA, F. **O fim da História e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALEANO, Eduardo H. **As Veias Abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2014. 400 p.

GEORGE, Pierre. **Diccionario Akal de Geografía**. Madri: Ediciones Akal, 2007.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **Espaço de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A Rede Lotérica no Brasil**. CANTON, Ana Maria (Org.). Brasília: 2010.

LEMONS, Amália Inés Geraiges de. A Metropolização nos países de terceiro mundo. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 13, p. 7 - 36, 1999.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIPTON, A.; SHRIER, D.; PENTLAND, A. *Digital Banking Manifesto: The End of Banks?* Cambridge: Massachusetts Institute of Technology, 2016.

MAGNOLI, Demétrio; OLIVEIRA, Giovana; MENEGOTTO, Ricardo. **Cenário Gaúcho: representações históricas e geográficas.** São Paulo: Editora Moderna, 2001.

MARTINS, C. H. B. Região Metropolitana de Porto Alegre: dinâmica legal e institucional. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 20, n. 2, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Leonardo Faria de; COSTA, Raphaella da Silva Dias. As Fronteiras Geopolíticas do Ártico: novo centro de disputas pela hegemonia global. **Revista Geopolítica Transfronteiriça**, v. 1, n. 1, p. 73–93, 2021.

MAZZUCATO, Mariana. **O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado.** São Paulo: Portfolio-Penguin, 2014.

MENDES, R. M.; MISKULIN, R. G. S. A análise de conteúdo como uma metodologia. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 1044 – 1066, jul./set., 2017.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. A relação Urbano – Rural no Brasil contemporâneo. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 26., 2014. **Anais [...]** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2004.

MONTENEGRO, R. H.; MESQUITA, R. Leaders or Loners? How Do the BRICS Countries and their Regions Vote in the UN General Assembly. In: **Brazilian Political Science Review (BPSR)**, v. 11, n. 2, 2017.

MOREIRA, W. W.; SIMÕES, R.; PORTO, E. Análise de conteúdo: técnica de elaboração e análise de unidades de significado. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v. 13, n. 4, p. 107 – 114, 2005.

MOURA, A. J. P.; QUEIROZ, A. L. K.; OLIVEIRA, G. M. A Distribuição Espacial da TI no Rio Grande do Sul em 2017. In: VIII SEMINÁRIO DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, VIII, 2019, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Anais [...]**. Porto Alegre, UFRGS, 2019. p. 194 - 198

OLANDA, Elson Rodrigues. As pequenas cidades e o vislumbrar do urbano pouco conhecido pela Geografia. **Revista Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 183 - 191, 2008.

OLIVEIRA, Giovana Mendes. **Espaço, Território e Inovação**: repercussões geográficas da dinâmica econômica no século XXI. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2013.

OLIVEIRA, Giovana Mendes. O Uso do Território para a Inovação. In: **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 53-60, mai./ago. 2014.

OLIVEIRA, G. M.. Notes on the new economic paradigm: encouraging debate. **Sociology International Journal**, v. 2, p. 171-173, 2018.

OLIVEIRA, G. M.. Nova Economia e território: um estudo das tecnologias da informação. **Sociedade & Natureza** (UFU. ONLINE), v. 33, p. 1-12, 2021.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, nº 2, p. 219 - 232, abr-jun, 2010.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. In: **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, Bogotá v. 23, n. 2, p. 239 - 254, 2014.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 2, p. 347 - 355, ago, 2010.

PESSANHA, R. M. Inovação, financeirização e *startups* como instrumentos e etapas do capitalismo de plataforma. GOMES, M. T. S.; TUNES, R. H.; OLIVEIRA, F. G. **Geografia da Inovação: Território, redes e finanças**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 433 - 468.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

PRAUN, L.; ANTUNES, R. A demolição dos direitos do trabalho na era do capitalismo informacional-digital. In: ANTUNES, R. (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2020. P. 179 – 192.

RODRIGUES, E. A.; TARTARUGA, I. G. P. Cidades Inteligentes e Inovadoras: uma proposta para o desenvolvimento territorial. In: **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 05, n. 02, p. 134-152, 2020.

SALLUM JR, Brasílio. Metamorfoses do Estado Brasileiro ao final do Século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, p. 35 - 54, 2003.

SALVAGNI, Julice; SILVA, Magda Georgia da; VERONESE, Marília Veríssimo; AVILA, Róber Iturriet. A ascensão chinesa e a nova rota da seda: mudanças globais, novas hegemonias. **Revista Sociedade e Estado**, v. 37, n. 2, Mai/Ago, 2022.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Edições BetBolso, 2011.

SANTOS, Roberto. "Relações de produção na Amazônia brasileira: perspectiva histórica, do século XVII ao século XX". In MENDES, Armando Dias (Org.) **A Amazônia e seu Banco**. Manaus. Editora Valer/BASA. 2002. p. 213-241.

SECCHI, E. T.; FUHR, R. A Divisão Internacional do Trabalho no Campo Socialista: Mito, Realidade e o Papel do COMECON. **Revista Perspectiva**, Porto Alegre, v. 10, n. 19, p. 37 - 56, 2017.

SILVEIRA, R. L. M.; FACCIN, C. R. Policentrismo, cidades médias e redes urbanas regionais em regiões do rio grande do sul: apresentando os referenciais e os caminhos da pesquisa. In: SILVEIRA, R. L. M.; FACCIN, C. R. (Orgs). **Urbanização, Cidades Médias e Dinâmicas Urbanas e Regionais**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021, p. 23 - 66.

SILVA, R. C. C.; TOLEDO, M. Panorama recente dos estudos sobre cidades pequenas na Geografia Brasileira. **Geomae**, Campo Mourão, v.12, n. especial Sinapeq, p.385-400, 2021.

SIMON, Adriano Luís Heck. **Morfohidrografia da bacia do arroio Santa Bárbara - Pelotas (RS)**. 2007. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, 2007.

SIMON, A. L. H.; SILVA, P. F. Análise geomorfológica da planície lagunar sob Influência do canal São Gonçalo – Rio Grande do Sul – Brasil. **Geociências**, São Paulo, v. 34, n. 4, p.749-767, 2015.

STORPER, M.; VENABLES, A. O burburinho: a força econômica da cidade. In: DINIZ, C. C.; LEMOS, M. B. (Org.). **Território e Economia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades**. São Paulo: Contexto, 1996.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Redes e cidades**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SPÓSITO, M. E. B. Metropolização do espaço: cidades médias, lógicas econômicas e consumo. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Orgs). **Desafios da metropolização do espaço**. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015. p. 125 - 151

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1987.

TUMOLO, Paulo Sérgio. Metamorfoses no mundo do trabalho: Revisão de algumas linhas de análise. In: **Educação & Sociedade**, v. 18, n. 59, p. 331 - 348, 1997.

VALE, M. No terreno da “cidade inteligente”: Geografias desiguais da inovação, do valor e do poder. GOMES, M. T. S.; TUNES, R. H.; OLIVEIRA, F. G. **Geografia da Inovação: Território, redes e finanças**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 21 - 38.

VENCESLAU, I. O comércio eletrônico e a pandemia da Covid-19 no território brasileiro: tecnosfera e psicofera na expansão do consumo. ARROYO, M.; ANTAS Jr, R. M.; CONTEL, F. B. (ORGS). **Usos do Território e Pandemia: dinâmicas e formas contemporâneas do meio técnico-científico informacional**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2020. p. 123 - 149.

VIDEIRA, Sandra Lúcia. Fintechs: novos atores das finanças contemporâneas - um olhar geográfico. In: **Revista Entre-Lugar**. Dourados. v.11, n.21. 2020.

ZARIFIAN, Philippe. Introdução. In: HIRATA, Helena (org.). **Sobre o “modelo” japonês**. São Paulo: Edusp, 1993.